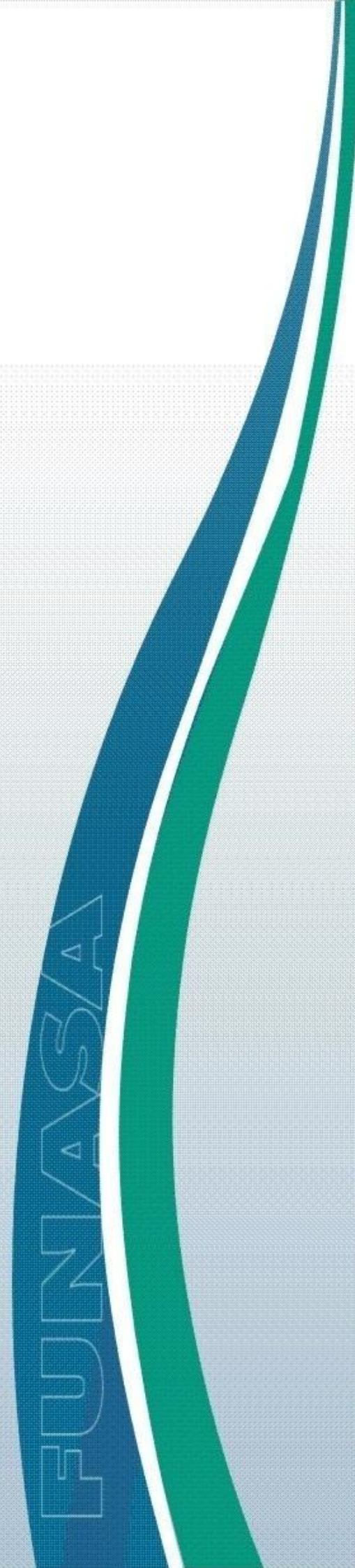




Fundação
Nacional
de Saúde

Belém - Pa/ Março/2014





Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual do Pará

Relatório de Gestão 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 127 de 15 de maio de 2013 e Portaria TCU nº 175 de 9 de julho de 2013.

Belém – PA/ Março/ 2014.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	12
1.3 Organograma Funcional	14
1.3.1 Organograma da Suest-Pa	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos	20
1.4.1 Escritório de Processos Mapeamento de Processos na Funasa	20
1.5 Macroprocesso de Apoio	23
1.6 Principais Parceiros	27
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADO.....	28
2.1 Planejamento da Unidade	28
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados ações que deixaram de ser desenvolvidas ocorreram por não liberação de recurso, como a reforma predial e por força do Decreto.....	32
2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão	33
2.3.1 Indicadores	33
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO	42
3.1 Estrutura de Governança	42
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	42
3.3 Remuneração Paga aos Administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do Conselho Fiscal.....	43
3.4 Sistema de Correição	43
3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	47
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	47
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	48
4.1 Execução das Despesas	48
4.1.1 Programação	48
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	48
4.1.3 Realização da Despesa.....	48
4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos	52
4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	52
4.3.1 Análise Crítica.....	52
4.4 Transferências de Recursos	53
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	53
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	53
4.4.3 Informação sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de cooperação e Contrato de Repasse	53

4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	54
4.4.5	Análise Crítica.....	54
4.5	Suprimento de Fundos	56
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	56
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	56
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	56
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	56
4.5.5	Análise Crítica.....	56
4.6	Renúncias sob a Gestão da Unidade Jurisdicionada	57
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	58
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	58
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	58
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	59
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	61
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	62
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	62
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	64
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	64
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	64
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	65
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	65
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.	65
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.	66
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	67
5.2.5	Análise Crítica.....	67
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	68
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	69
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	69
6.1.1	Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada	69
6.1.2	Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.	72
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	74
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	74
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.	75
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	75
6.2.4	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	76
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	77
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	77

8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	78
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	78
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.	79
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	81
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU	81
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	81
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	90
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	91
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	91
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício.....	95
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	109
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei 8.730/93.....	109
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	109
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	110
9.6	Alimentação SIASG E SICONV.....	112
10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	113
10.1	Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.	113
10.2	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade	113
10.3	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.....	113
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	114
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	114
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	114
11.2.1	Declaração Plena	114
11.2.2	Declaração com Ressalva	115
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	116
11.4	Parecer da Auditoria Independente.....	116
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	117
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	117
	CONCLUSÃO.....	118
	ANEXOS	119

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Situação do Consumo de Energia em kWh, da Suest-Pa, durante o período de 2011 -2013.....	80
---	----

QUADROS

Quadro 01 - Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.....	11
---	----

Quadro 02 - Normas Institucionais da Funasa, segundo sua Situação – Exercício 2013.....	21
Quadro 04 – Principais Processos da Gestão de Convênios Mapeados.....	23
Quadro 05 – Processos relativos a Programação e Execução Orçamentária e Financeira da Funasa.....	24
Quadro 06 - Processos relativos a área de Logística da Funasa.....	24
Quadro 07 - Processos Relativos à área de Captação e Capacitação de Recursos Humanos	25
Quadro 08 - Processos Relativos ao Desenvolvimento Institucional.....	25
Quadro 09 - Processos Relativos à Gestão de TI na Funasa.....	26
Quadro 10 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	42
Quadro 11 - Processos de Investigação Preliminar, Sindicância e PAD Instaurados em 2013.....	46
Quadro 12 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	48
Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	49
Quadro 14 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	50
Quadro 15 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	52
Quadro 16 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	52
Quadro 17 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	53
Quadro 18 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	54
Quadro 19 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	56
Quadro 20 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	56
Quadro 21 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	58
Quadro 22 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – situação em 31/12.....	58
Quadro 23 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12).....	59
Quadro 24 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	59
Quadro 25 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	60
Quadro 26 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores.....	61
Quadro 27 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12.....	62
Quadro 28 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	62
Quadro 29 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	62
Quadro 30 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	63
Quadro 31 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac.....	63
Quadro 32 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	63
Quadro 33 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	66

Quadro 34 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	66
Quadro 35- Composição do Quadro de Estagiários.....	67
Quadro 36 – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por média anual de quilometragem, e idade média da frota, no exercício 2013	70
Quadro 37 – Veículos e Equipamentos utilizados em atividades de Perfuração de Poços, no exercício 2013.....	71
Quadro 38 – Situação dos custos associados à manutenção da Frota de veículos em uso na Suest-Pa, no exercício 2013.....	71
Quadro 39 – Discriminação da Situação dos Contratos de Locação de Veículos, quanto à vigência, valor contratado e valor pago até 31.12.13.....	72
Quadro 40 – Quantitativo de Veículos, por grupo, idade média, média de quilometragem, no exercício 2013, contratada de terceiros pela Suest-Pa - Contrato 59/2010.....	73
Quadro 41 – Quantitativo de Veículos, por grupo, idade média, média de quilometragem, no exercício 2013, contratada de terceiros pela Suest-Pa – Contrato 01/2013	73
Quadro 42 – Situação dos Custos Associados à manutenção da Frota de veículos, contratada de terceiros em uso na Suest-Pa, no exercício 2013 - Contrato 093/2010.....	74
Quadro 43 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	74
Quadro 45 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	75
Quadro 46 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	78
Quadro 47 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	80
Quadro 48 – Recomendações do TCU Atendidas no Exercício.....	81
Quadro 49 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	91
Quadro 50 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício.....	95
Quadro 51 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	109
Quadro 52 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....	110
Quadro 53 – Relação dos Convênios, por Convenientes e Processo de Dano ao Erário, com Medidas Administrativas Adotadas durante o exercício 2013.....	110
Quadro 54– Tomadas de Contas Especial Não Remetidas ao TCU, no exercício 2013.....	111
Quadro 55 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	112
Quadro 56 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada	115
TABELAS	
Tabela 01 – Apuração de Resultados de Indicadores - Saneamento Ambiental.....	33
Tabela 02 – Apuração de Resultados de Indicadores - Saúde Ambiental.....	38
Tabela 03 – Apuração de Resultados de Indicadores – Convênio.....	40
Tabela 04 – Apuração de Resultados de Indicadores - Gestão de Pessoas – Capacitação.....	41
Tabela 05 – Instrumentos cujas Contas fora Aprovadas com Ressalva durante o exercício 2013.....	55
Tabela 06 - Evolução das Transferências de Recursos no Período 2011-2013.....	55

ABREVIATURAS

COREGE	Colegiado Regional de Gestão
CQA	Controle de Qualidade da Água
CTCE	Coordenação de Tomada de Contas Especial
DEADM	Departamento de Administração/Presidência
DENSP	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/Presidência
DIADM	Divisão de Administração
DIESP	Divisão de Engenharia em Saúde Pública
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MSD	Melhorias Sanitárias Domiciliares
MS PROJECT	Microsoft Project
NICT	Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica
PBS	Pedido de Bens e Serviços.
PM	Prefeitura Municipal
PMSB	Planos Municipais de Saneamento Básico
RAA	Relatório de Avaliação de Andamento
RCA	Relatório Consolidado de Acompanhamento
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
RMA	Relatório Mensal de Acompanhamento
RVT	Relatório de Visita Técnica
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SEIDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará
SECON	Serviço de Convênio
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISCOESC	Sistema de Controle de Estoque e Consumo
SISCON	Sistema de Convênios da Funasa
SICOTWEB	Sistema de Controle de Transporte - Web
SPGO	Sistema de Planejamento Orçamentário

O Relatório de Gestão apresentado refere-se ao exercício de 2013 e diz respeito às ações e atividades de competência da Superintendência Estadual do Pará - Suest-Pa - da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Tem como objetivo prestar contas de suas atividades através da exposição de 12 itens, informando que alguns subitens não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, conforme segue abaixo.

Item 2, Subitem 2.2 Programação Orçamentária e financeira e resultados alcançados

Item 3, Subitem 3.1 – Estrutura de Governança

Item 3, Subitem 3.3 - Remuneração Paga a Administradores

Item 3, Subitem 3.6 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

Item 4, Subitem 4.1.1 – Programação

Item 4, Subitem 4.1.3 – Realização das Despesas

4.1.3.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

4.1.3.2 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Item 4, Subitem 4.4.1 – Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Item 4, Subitem 4.4.2 – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos exercícios

Item 4, Subitem 4.5.1 – Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da conta Tipo “B” e por meio de Crédito Corporativos.

Item 4, Subitem 4.5.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.

Item 4, Subitem 4.6 – Renúncia sob a Gestão da UJ

Item 5, Subitem 5.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Item 5, Subitem 5.2.2 - Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Item 6, Subitem 6.2.4 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

Item 7, Subitem 7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Item 9, Subitem 9.3 – Informação sobre a Atuação da Auditoria Interna.

Item 11, Subitem 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.338/2008

Item 11, Subitem 11.2.1 – Declaração Plena

Item 11, Subitem 11.6 – Parecer da Auditoria Independente.

Item 12, Subitem 12.1 – Outras Informações consideradas Relevantes pela UJ

Para elaborar o presente Relatório a Suest-Pa utilizou o aplicativo de gerenciamento de projetos – MS Project. Neste aplicativo foram registradas as ações e atividades – Plano de Ação – tendo como ponto de partida as macroações definidas pela Presidência da Funasa, segundo o que estabelece o PPA 2012-2015. A Suest-Pa não segue diretamente o PPA, mas as definições estabelecidas pelo Órgão Central, a partir dele. O processo de monitoramento ocorreu

semanalmente durante o 1º semestre e quinzenalmente no 2º semestre, com a presença dos responsáveis pelas ações e atualizado no sistema MS Project.

Quanto ao aspecto orçamentário utilizou-se informações do Siafi extraídos por setores da Presidência da Funasa e outras apresentadas pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira – Saofi da própria Suest.

A Suest- Pa durante o exercício de 2013, teve como as suas principais realizações a execução de suas atividades finalísticas, Saneamento Ambiental e Saúde Ambiental, conforme estabelece Decreto 7.335 de 19.10.2010. O Saneamento Ambiental, área finalística, é executado pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública/ Diesp da Suest- Pa. Enquanto que a Saúde Ambiental, unidade que compõe a estrutura das Suest desde 2011, é desenvolvida pelo Serviço de Saúde Ambiental/Sesam responsável por atividades relacionadas aos objetivos estratégicos estabelecidos na PPA 2012-2015, tais como - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde e do relativo ao objetivo - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em Saneamento Básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social. O Sesam executou várias atividades constantes no Plano de Ação 2013 através de suas equipes que compõe a área da gestão, da Seção de Educação em Saúde – Saduc e de uma unidade informal denominada URCQA, herdado da estrutura anterior, que não consta no organograma oficial, vide Organograma da Suest Pará, subitem 1.3, página 14.

Quanto aos resultados alcançados na área de saneamento ambiental a Suest-Pa conseguiu atingir 46%, 16,5% a menos que no exercício anterior, das metas estabelecidas nas 08 macroações, haja vista que muitas ações precisavam ser iniciadas pela Presidência. A área de Saúde Ambiental alcançou neste exercício 99% das suas ações estabelecidas no Plano de Ação 2013.

A gestão da área meio foi desenvolvida pela Suest-Pa no sentido de dar suporte a suas áreas finalísticas dando condições físicas e administrativas para que as atividades fossem desenvolvidas de acordo com o planejado. Além do suporte às demais macroações, a Suest planejou atividades que não foram efetivadas em decorrência da não liberação de recursos, como a referente a reforma predial da sede da Superintendência, que em decorrência da Portaria MPMGO 268/13 que suspende obras desta natureza. Um novo processo foi instruído considerando a necessidade de realizar a estruturação da rede elétrica e lógica e banheiro para portadores de necessidades especiais.

Em relação à área de Gestão de Pessoas a meta de capacitação da força de trabalho alcançou um percentual de 94%, correspondente a 113 trabalhadores, mas, ocorreram 217 participações de servidores em 59 eventos de capacitação. No geral esta área alcançou em 2013 76% de suas ações programadas. Não tendo conseguido desenvolver os Exames Médicos Periódicos, considerando que algumas ações da Presidência do Órgão, não foram concluídas.

A Suest-Pa conseguiu desenvolver suas ações com esforço considerando que se enfrentou algumas dificuldades como a falta de pessoal qualificado, liberação de recurso orçamentário e financeiro de forma fracionada, necessidade de atendimento de demandas da Presidência ocasionando suspensão das atividades programadas pela Suest, teto orçamentário aprovado em desacordo com a capacidade de trabalho de determinadas áreas e inserção de ações no Plano de Ação da Suest que não puderam ser desenvolvidas em decorrência da natural dependência da atuação da Presidência. Uma dificuldade que está se tornando perene é o envelhecimento do corpo de servidores, a sua aposentadoria e não substituição desta força de trabalho.

A Suest-Pa, durante o exercício de 2014, pretende dar continuidade as atividades que compõem as suas áreas finalísticas: Saneamento Ambiental e Saúde Ambiental, conforme orientações estabelecidas pelo nível central, baseando-se na PPA 2012-2015. Em relação à primeira verifica-se que haverá a continuidade na realização de análises, visitas técnicas em relação aos projetos do PAC para o presente exercício bem como de exercícios anteriores em relação a sistemas de abastecimentos de água de esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, resíduos sólidos e controle e qualidade da água. Será dada continuidade também ao fomento de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB em conjunto com o NICT – Núcleo Intersetorial

de Cooperação Técnica, composto de 11 membros representando outras unidades como Astec, Diesp, Secon e Sesam.

A área de Saúde Ambiental continuará atuando em relação ao controle de qualidade da água, Educação em Saúde tanto em relação aos projetos da área de saneamento ambiental quanto em relação ao controle de qualidade da água e ainda em relação aos PMSB, bem como, em relação aos projetos de fomento a Educação em Saúde. Considerando que está é uma área nova dentro da Funasa, a instituição está qualificando seu corpo técnico para atuarem em relação à intervenção em possíveis desastres naturais é um aspecto importante dentro do plano para o exercício de 2014.

A área de gestão da Suest, seguindo o planejamento estabelecido pela Presidência do Órgão, se propõe a dar continuidade ao plano de capacitação de seus servidores com o objetivo de manter e melhorar o desempenho destes buscando ainda a melhoria da qualidade de vida através da implementação do programa de qualidade de vida no trabalho iniciado no exercício de 2010, e que não se conseguiu desenvolver em 100% o que havia sido programado para 2013. Propõe-se ainda em dar continuidade a execução das medidas corretivas identificadas no laudo ambiental da Suest, que não foi possível ser alcançada em decorrência de questões orçamentárias. Bem como, desenvolver o 4º ciclo de avaliação referente à Avaliação de Desempenho Institucional /Individual da Funasa, conforme determina Portaria Funasa 1.744 de 15.09.2010.

A reforma predial da sede programada para o exercício de 2013 foi transferida para o exercício de 2014 considerando o exposto anteriormente. O projeto voltado para a segurança em relação ao combate á incêndio aprovado no final do exercício será desenvolvido em 2014, buscando sempre melhorar as condições de trabalho para que os resultados nas áreas finalísticas atinjam o objetivo que é atender a população.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro 01 - Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde	Código SIORG: 000304	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Estadual do Pará da Fundação Nacional de Saúde.		
Denominação Abreviada: Funasa / Suest – Pará		
Código SIORG: 7482	CÓDIGO LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 255014
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundação Pública		
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual e Municipal.		Código CNAE – 8412-4/00
Telefone /Fax de contato: (91) 3202-3710	(91) 3202-3753	(91) 3202-3773
Endereço Eletrônico: corepa.gab@funasa.gov.br		
Página da Internet: http://www.funasa.gov.br		
Endereço Postal: Av. Visconde de Souza Franco, 616 – Reduto CEP: 66.053-000 Belém/Pa.		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 1991. Missão Institucional alterada pelo Decreto 7.335, de 19.10.2010 que também aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da FUNASA.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manuais e Publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
36211	Fundação Nacional de Saúde	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A criação da Fundação Nacional de Saúde tem relação direta com a estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional.

Em 2010, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, revogado pelo Decreto 7.530 de 21 de julho de 2011, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorresse prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

O Governo Federal considerou prudente estender o apoio administrativo estabelecendo o Decreto 7.461 de 18.04.2011, possibilitando a continuidade do apoio à gestão da saúde indígena no processo de transição de todo o subsistema de Saúde para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS). Esta ação foi concluída em 31.12.2011, conforme definia o referido Decreto. No entanto, a Superintendência Estadual do Pará – Suest-Pa – ainda não finalizou o processo de transferência no que se refere aos bens móveis e imóveis para a Sesai, considerando aspectos orçamentários que impediram a conclusão de atividades necessárias ao processo, previsto para o exercício de 2013. Porém, mesmo com as contenções orçamentárias foram realizados os serviços de Levantamento para o repasse dos Bens Móveis e Equipamentos no Distrito Sanitário Especial Indígena/ Dsei Guamá-Tocantins/Guatoc com assinatura nas listagens, faltando a conferência definitiva do inventariado no sistema Asiweb, para que seja instruído o Processo de Transferência Definitiva para o citado Distrito e realização das baixas nos sistemas Asiweb e Siafi. Em relação aos Dsei Rio Tapajós e Kaiapó devido ao período de transição quanto a mudança de suas Chefias os atuais gestores solicitaram novas conferências justificando não terem participado das anteriores. Quanto ao Dsei Altamira devido a situação supra citada continua pendente os serviços de Levantamento dos Bens.

A Funasa vem desenvolvendo seu novo papel institucional estabelecido no Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, que aprova o seu Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas. No Anexo I, artigo 2º ficou estabelecido que à Funasa compete: fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A inclusão social continua sendo o foco norteador do processo através de ações que objetivam a prevenção e controle de doenças ocasionadas pela ausência ou inadequação de saneamento básico em municípios com população de até 50 mil habitantes e áreas de interesse especial como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

O Estado do Pará, de acordo com informações do Censo – IBGE - a estimativa para 2013 em seu Sítio eletrônico, é de uma população de 7.969.654 habitantes, distribuídos por 144 municípios. Durante o exercício de 2013 a Funasa atuou em 83,7% dos municípios com população com menos de 50 mil habitantes, mediante, aproximadamente 200 instrumentos de repasse, atingindo 24% da população do Estado, são 1.905.564 pessoas que não dispõem de condições adequadas de saneamento. O volume de recursos financeiros investidos no Estado é significativo, considerando ainda, a geração de empregos e renda em decorrência da aplicação deste investimento.

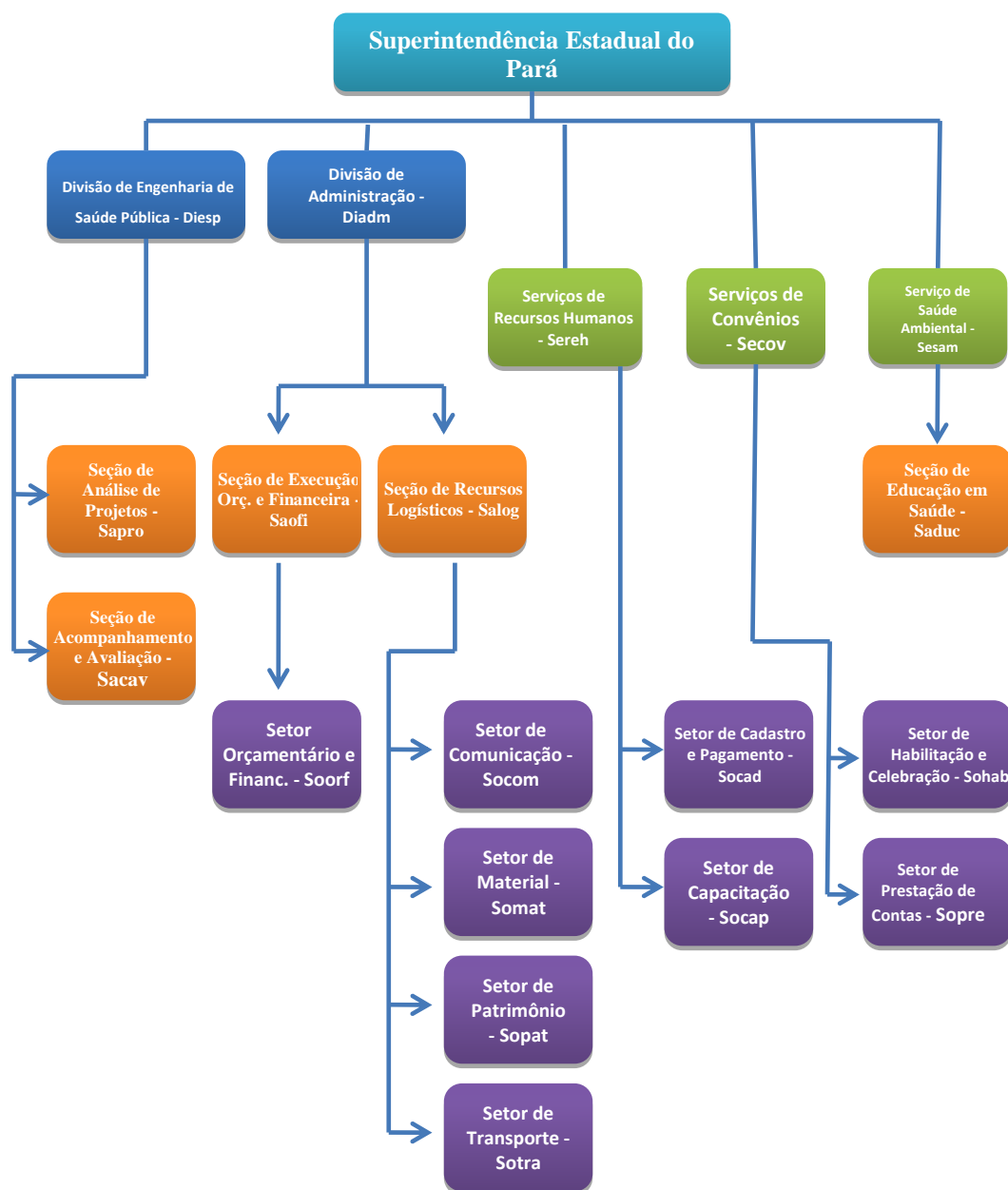
Como Unidade Descentralizada da Funasa o papel da Superintendência Estadual do Pará – Suest Pará - compete “... supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA, nas suas respectivas áreas de atuação”.

A área de Saneamento Ambiental é desenvolvida pela Diesp/ Divisão de Engenharia de Saúde Pública que tem por objetivo coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as suas atividades no âmbito da Suest através de, entre outras atividades, apoio técnico a programas e ações de saneamento desenvolvidas por órgãos municipais e estaduais; acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferências de recursos da Funasa. Estas ações ainda atingem tanto comunidades indígenas, por período determinado, quanto não-indígenas e quilombolas.

Para desenvolver suas atividades durante o exercício de 2013 a Funasa continuou seguindo a Portaria 314, de 14.06.2011 que define critérios para o processo seletivo visando repasse de recursos para ações de saneamento básico. Estas ações dizem respeito à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC2 do Governo Federal. Os critérios estabelecidos foram: atender municípios com população de até 50.000 habitantes (Censo 2010) e de acordo com critérios de priorização: Municípios que contam com projetos básicos de engenharia devidamente elaborados e com plena condição de viabilização da obra; Municípios que contam com gestão estruturada em serviços públicos de saneamento básico com entidade ou órgão especializado e concessão regularizada; Complementação de empreendimentos inseridos na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 1; Empreendimentos que promovam a universalização dos serviços de abastecimento de água; Municípios com elevado risco de transmissão de doenças relacionadas à falta ou inadequação das condições de saneamento, em especial, esquistossomose, tracoma e dengue; Municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH); Municípios com os menores índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água; Municípios com as maiores taxas de mortalidade infantil (TMI); Municípios inseridos nos Bolsões de Pobreza; Municípios que possuam Plano Municipal de Saneamento, elaborado ou em elaboração, nos moldes da Lei Nº 11.445/2007; Municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-SNIS/2009;

1.3 Organograma Funcional

1.3.1 Organograma da Suest-Pa



Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi aprovado o Regimento Interno da Funasa pela Portaria nº 270/MS, publicada em 27.02.2014 no DOU nº 43 de 05.03.2014.

Regimento Interno da Funasa, baseada no dec. 7.335 - de 19/10/2010.

Das Unidades Descentralizadas: Suest

Art. 83. Às Suest compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 84. Compete à Diesp:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Suest;

II - prestar apoio técnico a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Funasa;

Art. 85. Compete à Sapro:

I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados à área de saúde, bem como os relativos a obras nas edificações de uso da Funasa;

II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e

III - prestar cooperação técnica.

Art. 86. Compete à Sacav:

I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Funasa; e

II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas;

Art. 87. À Diadm compete planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 88. Compete à Saofi:

I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;

II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Suest;

III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Suest;

V - elaborar, mensalmente a programação financeira;

VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Suest;

VIII - manter adimplência da Funasa junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e

IX - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 89. Compete ao Soorf:

I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;

II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;

III - executar as atividades de registro de conformidade documental;

IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual.

V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e

VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo chefe da Saofi.

Art. 90. Compete à Salog:

I - executar as atividades de apoio administrativo;

II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;

III - proceder à análise e ao acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;

IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Suest; e

V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 91. Compete ao Socom:

I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, à classificação, à movimentação e à expedição de correspondências e arquivos; e

II - proceder à análise, à avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 92. Compete ao Somat:

I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;

II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e

III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 93. Compete ao Sotra:

I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;

II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e

III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 94. Compete ao Sopat:

I - executar as atividades de administração patrimonial;

II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;

III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e

IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 95. Compete ao Sereh:

I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela unidade central da Funasa;

II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;

III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV - disponibilizar aos servidores informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V - propor à Cgerh o Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e

VI - promover, executar e monitorar as seguintes ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central da Funasa:

a) perícia médica;

b) promoção e vigilância à saúde; e

c) assistência à saúde suplementar.

Art. 96. Compete ao Socad:

I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;

III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;

V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 97. Compete à Socap:

I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Funasa; e

IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 98. Compete ao Secov:

I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela unidade central da Funasa.

Art. 99. Compete à Sohab:

I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Funasa ou a órgãos externos;

III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 100. Compete ao Sobre:

I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Funasa, bem como os resultados de suas análises;

X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e

XII - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Compete ao Sesam:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Desam;

II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por Estados e Municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;

III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;

V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 102. Compete à Saduc:

I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;

II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;

III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e

IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Suest nas ações de sua abrangência.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

1.4.1 Escritório de Processos Mapeamento de Processos na Funasa

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2006, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009-2012 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2006). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. Planejamento: Onde se define os processos a serem mapeados;
2. Mapeamento: Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. Análise e Redesenho do Processo: Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. Implementação: Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estaduais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

A etapa de planejamento da modelagem dos processos consiste na identificação dos pré-requisitos de mapeamento e modelagem no desenvolvimento/aprovação do Plano de Trabalho e reunião com a equipe do processo para nivelamento conceitual metodológico.

A etapa de mapeamento do processo em sua situação atual (AS-IS) consiste na realização de reuniões para levantamento e diagramação do fluxo de trabalho como eles ocorrem, a ser realizado em conjunto entre a equipe do Escritório de Processos/Comor e Unidade Envolvida no processo de negócio. São também levantados os artefatos, modelos, controles e indicadores de desempenho utilizados na gestão do processo para possível padronização e modificações levantadas na etapa de análise do processo. Atualmente a Funasa dispõe de 48 processos mapeados na sua situação atual.

Na etapa de análise e redesenho do processo são realizados o levantamento de Cargos x Funções e Estrutura Organizacional que compõem o Diagnóstico da Situação Atual do Processo.

No artefato Cargo x Funções identifica-se os cargos, funções e atribuições dos funcionários e se estes estão em conformidade com as rotinas de trabalho da área de negócio e se há ou não desvio de função. No artefato Estrutura Organizacional identifica-se as competências e a força de trabalho da área de negócio, se há ou não unidades informais. Esses levantamentos servem de subsídio para analisarmos a capacidade e quantidade de recursos humanos necessários para a adequada execução de um processo, sinalizando no Diagnóstico a realocação/redistribuição de recursos humanos, capacitação ou contratação. Através de *brainstorming* são levantados os problemas que afetam os processos, relação destes problemas com as atividades do processo, propostas de melhoria, plano de implementação das melhorias (5W1H), relação das melhorias com a instituição (Matriz BASICO), diagrama de PARETO para priorização de causas a serem tratadas que mais influenciam no processo. Até este momento foram realizadas estas análises e proposição de melhorias para cerca de 35 processos.

Após essa análise, é realizado o redesenho do processo contemplando as melhorias identificadas e aprovadas. São também elaborados/padronizados os controles e artefatos utilizados no decorrer do processo, bem como são definidos KPI's (Indicadores Chave de Desempenho). Até o momento foram criados aproximadamente 40 indicadores para os 35 processos mapeados e melhorados. Os indicadores criados medem a eficácia, eficiência e efetividade dos processos.

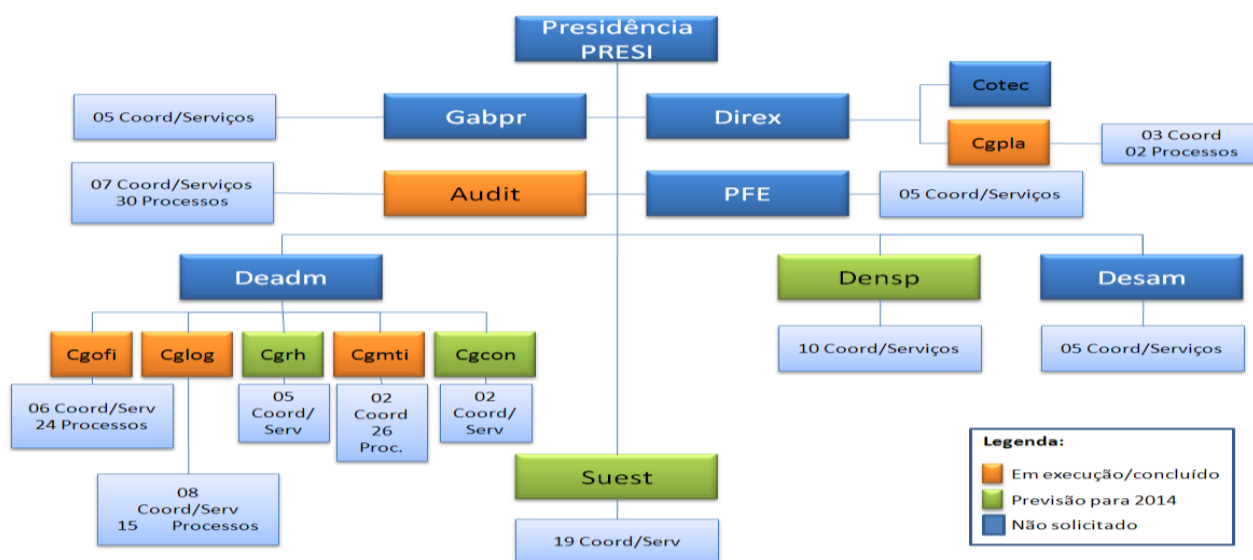
Na etapa de implementação dos processos são realizadas reuniões de sensibilização dos envolvidos nos processos para aprenderem e atuarem conforme a nova rotina melhorada. O processo é institucionalizado através de uma Norma aprovada pelo Diretor da área de negócio ou até mesmo pelo Presidente da Funasa, dependendo da abrangência do processo, conforme definido na Norma de Instituição de Manuais e Elaboração e Alteração de Normas (MNP-AD-001-2012). Atualmente a FUNASA possui 03 Normas aprovadas com base no mapeamento de processos e 09 Normas em fase aprovação, conforme quadro 02:

Quadro 02 – Normas Institucionais da Funasa segundo sua Situação-exercício 2013

Área	Norma	Status
Cgmti/Deadm	Norma de Suporte a Sistemas - Atendimento ao usuário	Aprovada
Cgmti/Deadm	Solicitação e Aquisição de Bens e Serviço de Informática	Aprovada
Cgmti/Deadm	Mapeamento de Processos e Escritório de Processos	Aprovada
Cglog/Deadm	Norma de Gestão do Arquivo e Documentação	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Apropriação de Bens	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Formalização de Solicitação, Devolução e Descarte de Materiais de Consumo.	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Solicitação de Materiais e Serviços	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Fiscalização de Contratos	Em aprovação
Audit/Funasa	Norma de Tomada de Contas Especial	Em aprovação
Cgmti/Deadm	Gestão de Tratamento de Incidentes de Redes	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Formalização de Aquisições e Contratações Diretas	Em aprovação
Cgcon/Deadm	Norma de Gestão de Convênios	Em aprovação

Fonte: Funasa/Comor – 02/2014

Foi realizado um levantamento inicial com as áreas de negócio da Funasa e identificado, para cada área, um quantitativo estimado de processos como demonstrado no gráfico abaixo. O gráfico também informa das áreas, quais estão em fase de mapeamento, quais estão previstas para 2014 e quais ainda não solicitaram o mapeamento dos processos:



No Quadro 03 – Diagnóstico do Mapeamento de Processo Desenvolvido na Funasa – exercício 2013 (Anexo I, pag. 119) segue um diagnóstico de todo o trabalho já realizado na Funasa no que se refere ao mapeamento de processos.

De acordo com o quadro 03, está demonstrado que atualmente há 48 processos mapeados, 45 processos em fase de mapeamento, 03 processos normatizados e 18 em fase de aprovação da normatização. Quanto aos 27 processos não normatizados, os mesmos serão submetidos a uma posterior atualização no intuito de normatizá-los.

1.4.1.1 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Porém, os macroprocessos Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública e Gestão de Ações de Saúde Ambiental ainda não possuem seus processos mapeados.

1) Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública: Trata da proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.

As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.

2) Gestão de Ações de Saúde Ambiental: Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.

3) Gestão de Convênios: Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso tem os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).

As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.

O mapeamento dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação

das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados no quadro abaixo:

Quadro 04 – Principais Processos da Gestão de Convênios Mapeados

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02/2014

Os macroprocessos finalísticos mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

1.5 Macroprocesso de Apoio

Os macroprocessos de apoio compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que apoiam e fornecem subsídios às áreas finalísticas para o cumprimento da missão institucional. De acordo com seu Organograma Funcional, a Funasa conta em sua estrutura, com um Departamento de Administração, unidade responsável pelos macroprocessos de apoio, essencial para o funcionamento da Instituição.

As atribuições do Departamento de Administração, nos termos do Decreto nº 7.335/2010 incluem planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas ao patrimônio, compras e contratações; desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; e utilização, manutenção e modernização dos recursos de informação e informática.

Os processos de apoio da Funasa foram divididos em Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Logística, Gestão de Pessoas, Gestão de Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação, conforme detalhado a seguir:

1) **Gestão Orçamentária e Financeira:** Contempla os processos relativos à programação e execução orçamentária e financeira da Funasa, tais como Proposta orçamentária para o exercício; Programação Orçamentária e Financeira; Processo de Empenho; Processo de Liquidação; Pagamento de Convênios e de Fornecedores e serviços; e Processo contábil.

Quadro 05 – Processos relativos à Programação e Execução Orçamentária e Financeira da Funasa

Processos	Principais Atividades
Pagamento de Convênios	Analisar para pagamento, Efetuar Ajuste Contábil, Apropriar Despesa, Efetuar Pagamento, Efetuar Conferência, Emitir Relação de Ordem Bancária, Colher assinaturas do Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro e Encaminhar R.E. para o banco Creditar.
Pagamento de Fornecedores	Efetuar Triagem, Analisar para Pagamento, Emitir Pagamento, Certificar documentos Emitidos e Pagamentos, Providenciar Assinaturas da R. E, Devolver Processo Físico, Encaminhar R.E. ao Banco
Registro de Garantia e Contrato	Analisar processo de garantia ou contrato, consultar Siafi, Registrar contrato ou Termo Aditivo, Registrar no Siafi nota de lançamento, e Efetuar Guarda do processo.
Devolução da Caução	Consultar Fiscal do Contrato, Solicitar a retirada da caução, emitir ofício ao Banco, Efetuar baixa no registro da caução, Providenciar reconhecimento de Firma, Retirar o dinheiro no banco.
Análise Contábil	Analisar os registros contábeis, Solicitar regularização dos registros contábeis, Registrar ocorrências de restrição contábil, Elaborar memorandos de notificação sobre restrição contábil para as Unidades da Funasa na Presi e para as Suest's
Consolidação das Informações Imposto de Renda Retido na Fonte	Realizar ajustes no ATUARQDIRF antes do envio da DIRF/GOV, Consolidar Declaração de Imposto de Renda retido na Fonte para envio à Receita, Consultar pagamentos e recolhimentos no SIAFI Operacional, Ajustar inconsistências diretamente no Programa da Receita.

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02/2014

A Superintendência Estadual do Pará – Suest-Pa atua no macroprocesso de apoio Financeiro, executando e acompanhando a programação e execução orçamentária e financeira, mantendo atualizados os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos. Também promove o pagamento de processos de despesa estadual, bem como envia e/ou retifica as declarações anuais obrigatórias em nível local. Promove ainda, estudos de custos orçamentários e financeiros das ações envolvidas pela Superintendência.

2) **Gestão de Logística:** Refere-se aos processos relacionados com toda a logística da Funasa, sendo esses Gestão de Compras e Contratações; Gestão de Contratos; Gestão de Diárias e Passagens; Gestão de Patrimônio; Gestão de Transporte; e Gestão do Fluxo de Documentação.

Quadro 06 – Processos Relativos à área Logística da Funasa

Processos	Principais Atividades
Gestão de Compras e Contratações	Aquisições e Contratações Diretas e por meio de Licitações. Gerenciamento de Contratos. Gerenciar Material de Consumo. Manutenção Predial. Solicitação de Materiais e Serviços. Fiscalização de Contratos.
Gestão de Patrimônio	Apropriação de Bens. Controle Patrimonial de Bens Imóveis. Desfazimento de Bens. Inventário. Movimentação de Bens Móveis.
Gestão de Arquivo e Documentação	Abertura e Recebimento de Documentação. Arquivamento de Processos/Documentos. Classificação de Documentos. Eliminação de Documentos.

Quadro 06 – Processos Relativos à área Logística da Funasa

Processos	Principais Atividades
Gestão Diárias e Passagens	Cobrança Trimestral. Orientações em Diárias e Passagens. Prestação de Contas. Solicitação de Diárias e Passagens. Concessão de Diárias e Passagens. Prestação de Contas.

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02/2014

Neste macroprocesso a Suest-Pa aplica o controle, orientação e fiscalização da execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação; análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação; acompanhamento da execução de contratos, acordos e ajustes; e na elaboração de minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

3) **Gestão de Pessoas:** Trata-se dos processos de captação e capacitação de recursos humanos, desde a seleção ao pagamento, tendo como principais processos a Promoção e Progressão de Servidores; Movimentação de Pessoas/Afastamento; Gestão de Seleção e Desenvolvimento; Pagamento dos Servidores; Assistência Integrada à Saúde do Servidor; Orientação para Aplicação da Legislação de Pessoal; e Gestão de Parcerias de RH.

Quadro 07 – Processos Relativos à Captação e Capacitação de Recursos Humanos

Processos	Principais Atividades
Movimentação de Pessoas / Afastamento	Pensão, Aposentadoria e Abono de Permanência. Cessão e Redistribuição. Remoção, Licenças, Férias, Exoneração e Demissão.
Gestão de Seleção e Desenvolvimento	Recrutamento e Seleção. Elaboração de Políticas de Seleção e Desenvolvimento. Capacitação de RH.
Pagamento dos Servidores	Controle de Folha de Pagamento.

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02/2014

A Gestão de Pessoas na Superintendência Estadual refere-se à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela Presidência; proceder com estudos sobre lotação ideal de seus servidores; executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas; elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração; executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos; promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo.

4) **Gestão de Modernização:** Processos relacionados ao desenvolvimento institucional, gestão pública, implementação dos padrões de qualidade no atendimento ao cidadão, gestão por processos e normatização.

Quadro 08 – Processos Relativos ao Desenvolvimento Institucional

Processos	Principais Atividades
Gestão por Processos / Normatização	Mapear e melhorar os processos de negócio da Funasa. Normatizar os procedimentos de trabalho.

	Promover interação e comunicação entre as áreas visando racionalizar o método de trabalho. Propor/criar indicadores de desempenho e qualidade para os processos de negócio.
Elaboração / Revisão de Formulários	Elaborar e atualizar formulários de acessos à sistemas de informação e rede de computadores da Funasa.
Implementação dos Padrões de Qualidade no Atendimento ao Cidadão	Elaborar Material p/ a Implementação dos Padrões. Implementar Padrões de Qualidade. Monitorar Unidade após Implementação dos Padrões.
Gerir Gespública na Funasa	Capacitar Facilitadores p/ Auto-Avaliação. Realizar Sensibilização no âmbito da FUNASA. Realizar Auto-Avaliação. Elaborar Plano de Melhoria. Estabelecer Metas de Melhorias. Implementar Plano de Melhoria da Gestão-PMG. Monitorar Plano de Melhoria da Gestão-PMG. Executar Ações Corretivas.

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02/2014

Este macroprocesso não se aplica às SUEST pois trata-se de uma atividade centralizada na Presidência da Funasa.

5) **Gestão de Tecnologia** da Informação: Processos referentes à toda gestão de TI na Funasa, desde um atendimento de suporte ao desenvolvimento de sistemas, banco de dados e rede e infraestrutura. Dentre esses processos compreende suporte técnico ao usuário; serviços rede e infraestrutura; desenvolvimento e melhoria de Sistemas; banco de dados; suporte a sistemas e governança em TI.

Quadro 09 - Processos Relativos à Gestão de TI na Funasa

Processos	Principais Atividades
Suporte Técnico ao Usuário	Suporte a Ponto e Acesso a Rede. Remanejamento de Equipamentos. Suporte a Aplicativos. Suporte a Peças e Equipamentos.
Rede e Infraestrutura	Gestão de Servidores de Rede. Comunicação de Dados de Rede.
Desenvolvimento e Melhoria de Sistemas	Desenvolvimento de Novos Sistemas. Manutenção de Sistemas.
Banco de Dados	Criação e Manutenção de Objetos. Execução de Script. Análise de Erros. Migração e Carga de Dados. Manipulação de Dados em Produção. Migração de Banco de Dados. Backup de Banco de Dados.
Suporte a Sistemas	Implantação de Sistemas. Atendimento a Usuário. Qualidade e Capacitação.
Aquisição de Bens e Serviços de Informática	Planejamento da Contratação. Análise de Viabilidade. Plano de Sustentação. Estratégia da Contratação. Análise de Riscos. Elaboração de Termo de Referência. Seleção do Fornecedor. Gerenciamento do Contrato. Monitoramento da Execução do Contrato.

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02/2014

Este macroprocesso se aplica às Superintendências Estaduais, exceto ao que tange à fiscalização dos serviços e utilização dos bens e serviços TI, os demais processos tratam-se de atividades centralizadas na Presidência da Funasa.

Os macroprocessos de apoio mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>

1.6 Principais Parceiros

Entre os principais parceiros da Suest-Pa estão as Associações de Municípios, tais como: Famep - Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará, Amam – Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó, Amucan - Associação dos Municípios da Calha Norte, Amat - Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins, Amunep- Associação dos Municípios do Nordeste Paraense, Coimp- Consórcio Intermunicipal do Nordeste do Pará.

O Governo do Estado do Pará tem atuado como parceiro, especificamente através de um de seus órgãos a Seidurb – Secretaria de Integração e Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e os municípios, embora atuem também como usuários dos serviços prestados pela Funasa, através da Suest-Pa.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADO

2.1 Planejamento da Unidade

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade.

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências. Desta forma a Suest-Pa desdobrou suas atividades e semanal ou quinzenalmente reunindo todos os gerentes responsáveis por ações estabelecidas no MS Project para acompanhar o desenvolvimento e fazer ajustes quando necessário, redimensionando em alguns casos. Observa-se que estes momentos são aproveitados para rever as atividades de gestão como um todo, havendo troca de informações e possibilitando resolução às questões que não estariam diretamente ligados as ações do Project, mas que tem referência com a gestão da Suest.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2013, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

Para desenvolver as ações da Funasa a Suest- Pa durante o exercício de 2013, inicialmente ajustou-se os projetos da Suest, constantes da ferramenta MS Project, conforme orientação da Presidência do Órgão, que apresentou – a substituindo o Plano Operacional utilizado até o exercício de 2011.

As atividades desenvolvidas pela Suest durante o exercício de 2013 foram inseridas no MS Project – Plano de Ação - seguindo as 09 ações definidas pela Presidência e desdobrada em 25 subações, 22 atividades e 119 tarefas. Foram monitoradas semanalmente durante o primeiro semestre e quinzenalmente no segundo semestre. A atualização do Sistema ocorria logo após as reuniões, da qual participavam todos os chefes de Divisão, Serviço, e algumas unidades, bem como alguns técnicos responsáveis por determinadas atividades. A atualização era processada em reunião com participação dos responsáveis pelas diversas áreas, com atividades no instrumento. Todos participam do processo com amplo direito, inclusive, a opinar sobre as atividades das demais áreas.

Saneamento Ambiental

Para desenvolver sua missão a Funasa conta na Suest-Pa com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública para executar atividades da área de Saneamento Ambiental, conseguindo avançar através de atividades imprescindíveis ao processo de aprovação de projetos, que são, além da própria análise em si, de visitas técnicas e após aprovação e liberação de recurso visitas de

acompanhamento e elaboração de parecer. Além destas atividades a Diesp, por força da Portaria 314, de 14.06.2011, tem realizado entrevistas técnicas buscando esclarecer aspectos técnicos dos projetos apresentados referentes ao PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. As atividades referentes a estes projetos tiveram a prioridade exigida pelo programa de governo. A Suest-Pa utilizou R\$ 6.068.873,32 para atingir os objetivos estabelecidos para 2013 custeando, entre outras despesas, locomoção e estadia dos técnicos e pessoal de apoio.

Uma das subações constantes nas ações de Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário é a Elaboração de projetos através da qual a Funasa contratava empresas para elaboração de projetos de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário, para os municípios, considerando que os mesmos não possuem capacidade técnica para tal elaboração. Esta não foi desenvolvida pela Suest, uma vez que a Presidência não conseguiu realizar a licitação para contratação das empresas e conseqüentemente a Suest não pode desenvolver nenhuma das atividades e tarefas derivadas desta. O que impediu a Diesp-Pa de alcançar um resultado melhor.

Durante o exercício de 2013 a Diesp especificamente enfrentou problemas em relação às viagens de visita técnica, considerando a redução do teto orçamentário e a limitação de 40 diárias por servidor, a partir disso é necessário solicitar autorização da Presidência, conforme preconiza o Decreto 7.689, de 12.03.2012. Em decorrência desta limitação o PAC foi priorizado em detrimento das ações voltadas aos demais convênios. Além disso, a demanda de solicitação de autorização à Presidência tem um fluxo considerável e lento, fazendo com que as autorizações concedidas à Suest-Pa sejam liberadas após a data prevista para o início do deslocamento do técnico, inviabilizando o acompanhamento da obra ou obras programadas.

Neste exercício a Diesp conseguiu concluir 47% das atividades definidas no MS Project. Embora a Suest- Pa não tenha responsabilidade sobre nenhum dos níveis hierárquicos referentes ao PPA, o Saneamento Ambiental desenvolveu atividades que tem por finalidade contribuir com os resultados da ação orçamentária 20Q8 – Apoiar a implantação e manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental, vinculada ao programa 2068 Saneamento Básico, do PPA 2012-2015.

Assim, a Diesp apresenta como resultado de sua atuação o acompanhamento de 192 obras objetos dos projetos referentes aos instrumentos de repasse (convênios e Termos de Compromisso) vigentes. Foram emitidos 228 relatórios, correspondente a 82% do planejado pela Divisão, sendo que destes 86% são provenientes de visita técnica (RVT), o restante diz respeito a relatório mensal de acompanhamento (RMA) ou relatório consolidado de acompanhamento (RCA), todos referentes às obras. Além destas obras o Diesp acompanha outras, fruto de convênios muito antigos. Para desenvolver este trabalho a Suest-Pa utilizou 46% de seus recursos orçamentários e financeiros destinados ao custeio de diárias. Além disso, a Diesp desenvolveu outras ações voltadas ao Apoio e Gestão para Construção de Poços e a sua manutenção utilizando para isso 45,6% do recurso destinado a área de Saneamento, custeando manutenção de equipamentos de perfuração de poços e insumos.

A situação relacionada a recursos humanos traz risco, no sentido de impedir o alcance das metas, a Suest-Pa contou em 2013 com 08 engenheiros, sendo 05 temporários, cujo prazo de conclusão está previsto para o início de 2014. Conta ainda com 02 servidores efetivos com formação em engenharia, chegando a um total de 10 profissionais. A realização de concurso público, cujo resultado foi divulgado em dezembro de 2013, informando que oito engenheiros foram aprovados, demonstra que a situação apenas será amenizada, uma vez que o concurso não é efetivo, mas sim temporário.

Saúde Ambiental

A área de Saúde Ambiental, que compõe a missão institucional criada em 2010, ainda está se estruturando, no âmbito da Funasa. A missão da Funasa nesta área é planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de

ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental; controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental. Esta área, assim como a anterior, também desenvolve ações que fazem parte do PPA 2012-2015, desenvolvendo atividades referentes à Ação Orçamentária 20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para redução dos riscos à saúde humana em municípios com menos de 50.000 habitantes – vinculado ao programa 2015 Aperfeiçoamento do SUS. A Suest-Pa desenvolveu, também, ações cujos resultados auxiliaram o desempenho da ação orçamentária 20AF – Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano e 6808 – Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental, ambas vinculadas ao programa 2068 Saneamento Básico.

Mesmo sem responsabilidade direta com programas e ações, a Suest-Pa, através do Sesam conseguiu concluir 99% das ações constantes no Plano de Ação, composto por 03 ações, 12 subações, 18 atividades e 94 tarefas, executadas através de 51 visitas técnicas aos municípios beneficiados. Durante estas visitas foram desenvolvidas reuniões, diagnóstico situacional, oficinas, coletas de amostra de água, exames físico-químico e bacteriológico. Na sede foram desenvolvidas capacitações principalmente no que se refere à qualidade da água.

Esta área ressentiu-se com a forma como o recurso orçamentário e financeiro foi liberado, assim como as demandas da Presidência que provocaram a suspensão/priorização das atividades programadas, considerou ainda que o Teto orçamentário foi aprovado sem que a capacidade de trabalho fosse considerada. Esta situação impediu um melhor desempenho do Sesam-Pa.

Convênio

Considerando o total de 218 instrumentos de repasse e dentre este total os convênios passivos, que necessariamente, precisam de acompanhamento técnico e principalmente por questão de análise de prestação de contas, embora o número de técnicos na área de engenharia seja razoável, no entanto, ainda não são suficientes para fazer o enfrentamento às ações em execução, haja vista que a Funasa faz transferência de recursos para 92,4% dos municípios com até 50 mil habitantes. A população estimada para o Estado do Pará para o ano de 2013 é de 7.969.654 (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. / Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2013), e a Funasa atende, através da Suest-Pa, 27,3% da população de todo o Estado. O Secov – Setor de Convênios – é o responsável pelos procedimentos a serem adotados em relação aos instrumentos de repasse sob responsabilidade da Sueste enfrenta falta de recursos humanos com qualificação específica para área. Em 2013 a Equipe contava com apenas 4 analistas de Prestação de Contas, o que dava um total de 54,5 instrumentos por servidor. A solução do problema foi tentada, internamente, com servidores que retornaram a Sede e lotados no Secon, no último trimestre. O risco de se cometer erros em análises, ou deixar de fazer análises existe, como em qualquer atividade, mas a Funasa está buscando suprir a deficiência através de concurso, mas mesmo este tem seu aspecto negativo, é temporário. No entanto, com estes novos e mais os que já eram da Casa, há uma grande possibilidade da equipe superar os 63% alcançados em 2013, com todas as suas atividades, coma análises para pagamentos, prestação de contas e acompanhamento de vigência.

Área Meio

Além das duas áreas finalísticas e mais a área de Convênio, a área de Gestão que envolve o Serviço de Recursos Humanos e a Divisão de Administração desenvolveram atividades com o objetivo de garantir um melhor atendimento aos direitos da força de trabalho da Suest-Pará e, conseqüentemente, melhorar o seu desempenho profissional. Buscou desenvolver atividades com o objetivo de melhorar as condições de trabalho. Para alcançar as metas propostas a Suest contou com 232 servidores durante o exercício de 2013, em sua sede. As duas áreas estão inseridas no Plano de Ação da Suest, mas uma está contida na outra, sendo assim o percentual alcançado foi de 84% das metas estabelecidas. A área de Gestão de Pessoas alcançou 76% de suas metas. O não alcance das

metas da áreas administrativa dizem respeito a não liberação de recursos financeiros por conta da Portaria MPMGO 268/13 que suspende obras desta natureza. A Suest-Pa, através da Diadm está instruindo novo processo, considerando a necessidade de realizar a obra.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados ações que deixaram de ser desenvolvidas ocorreram por não liberação de recurso, como a reforma predial e por força do Decreto

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012-2015, portanto o item 2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, Não se Aplica a esta UJ.

2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão

2.3.1 Indicadores

Tabela 01– Apuração de Resultados de Indicadores – Saneamento Ambiental

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo 2013	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Série Histórica		
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado
1	Percentual de comunidades rurais com obras de saneamento contratadas.	Aferir o número de comunidades com obras de saneamento contratadas.	$\frac{\text{N}^\circ \text{de comunidades rurais com obras de saneamento Contratadas}}{\text{N}^\circ \text{de comunidades rurais com obras programadas}} \times 100$	$\frac{05}{05} \times 100$	Eficácia	Sigob, Relatório Densp	Relatórios Sigob e Planilha Densp	Densp	Contratar x% de obras programadas	102,61%	100%	202,61%
2	Percentual de municípios com apoio à gestão.	Aferir o desempenho no apoio à gestão dos prestadores de serviços de saneamento	$\frac{\text{N}^\circ \text{de municípios apoiados}}{\text{N}^\circ \text{de municípios programados}} \times 100$	$\frac{22}{22} \times 100 =$	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados	100%	100%	100%

Análise Crítica: As prefeituras ainda encontram muitas dificuldades para apresentar projeto para a área Rural, este ano tivemos a contratação de 05 projetos, sendo 04 oriundos de emendas Parlamentares.

Análise Crítica do Indicador 3 : A construção do PMSB é um processo que tem 3 fases, onde 11 produtos são entregues pelos municípios, analisados e aprovados pelo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica /NICT da Suest/Pa. Sendo assim, vários produtos foram aprovados e cada município se encontra em momentos diferentes. Há o município que desistiu e aquele que já construiu o seu Plano com consultoria extra-Funasa. Houve enfrentamento de dificuldades na consecução dos trabalhos voltados para o PMSB, como: a insuficiência de recurso financeiro disponibilizado para a Suest/PA no decorrer do ano, que limitou ao mínimo, as visitas de apoio e acompanhamento na construção do PMSB junto aos municípios e a participação em ações de mobilização social pelo Nict, conforme o Termo de Referência da FUNASA; a mudança de gestores foi fator decisivo para o atraso dos trabalhos do PMSB, muitos outros gestores não quiseram continuar com a empresa que ganhara a licitação porque fora feito pelo gestor anterior. Outros continuaram, mas colocaram muitas dificuldades para as empresas no momento de disponibilizar os dados do município para a realização do trabalho. Os gestores e técnicos não compreenderam, apesar do esforço do Nict, que o Plano é do Município e ele é o conveniente e que, portanto, tinha que participar ativamente do processo de construção do mesmo, no entanto abandonavam a empresa. A Suest/PA se deparou com vários conflitos entre município e empresa licitada, quando teve que administrá-los para que a população não ficasse prejudicada. Por conta destas situações o desempenho deste indicador, em que pese demonstrar 100% de alcance, ainda não é possível considerar a ação concluída.

3	Percentual de municípios com capacitação na Gestão de Serviços de Saneamento.	Avaliar o desempenho na execução das ações de capacitação	Nº de municípios capacitados/ Nº de municípios programados X 100	$\frac{41}{22} \times 100 =$	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados	-	186%	186%
---	---	---	---	------------------------------	----------	-----------------	-----------------------	-------	--	---	------	------

Análise Crítica: A meta era de 22 municípios, os quais possuem convênio com a Funasa para construção do Plano Municipal de Saneamento, participaram 41 municípios atingindo um total de 225 participantes.

4	Percentual de municípios apoiados na elaboração do PMSB.	Avaliar o desempenho no apoio aos municípios na elaboração de PMSB	Nº de municípios apoiados/ Nº de municípios programados X 100	$\frac{22}{22} \times 100$	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados	-	100%	100%
---	--	--	--	----------------------------	----------	-----------------	-----------------------	-------	--	---	------	------

Análise Crítica: Este indicador foi alcançado através de visitas técnicas em todos os 22 municípios e de assessoria aos seus técnicos, bem como das empresas contratadas pelos municípios para realizarem a construção e elaboração do PMSB.

5	<p>Percentual de convênios concluídos no programa de Resíduos Sólidos Urbanos. OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.</p>	<p>Aferir o número de convênios concluídos no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de Resíduos Sólidos Urbanos.</p>	<p>(Nº de convênios com obras concluídas no ano)/(Nº de convênios m acompanhamento) X 100</p>	02/08X100	Eficiência	Sigob	Relatório de Acompanhamento e consulta Sigob Sigesan	Suest-Pa	Alcançar 25% dos municípios a serem apoiados	00%	100%	100%
---	---	---	---	-----------	------------	-------	--	----------	--	-----	------	------

Análise Crítica do indicador 5: Dos oitos Convênios existentes apenas 03 tiveram seus projetos aprovados e parcela liberadas e apenas 02 concluíram, pois trata-se de aquisição de equipamentos, os demais projetos ainda possuem pendências técnicas, apesar da dificuldade das prefeituras, conseguiu-se atingir a nossa meta de atender 25% dos municípios a serem apoiados.

6	<p>"Percentual de convênios concluídos no programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD). OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados, mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.</p> <p>"</p>	<p>Aferir o número de convênios com obras concluídas no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de MSD.</p>	<p>(Nº de convênios com obras concluídas no ano)/(Nº de convênios em acompanhamento) X 100</p>	06/48X100	Eficácia	Sigob	Relatório de Acompanhamento e consultas Sigob Sigesan	Suest-Pa	Alcançar 25% dos convênios em andamento	00%	50%	50%
---	--	--	--	-----------	----------	-------	---	----------	---	-----	-----	-----

Análise Crítica do Indicador 6: A maioria dos Termos de Compromissos são de 2011 com aprovação em 2012, porém com a mudança de gestor no final de 2012, várias obras paralisaram e isso prejudicou a conclusão estabelecendo o índice de 50%. O total de Termos de Compromisso são 48, e todos os projetos foram acompanhados em 2013.

7	<p>"Percentual de convênios concluídos no programa de Melhorias Habitacionais para o controle da Doença de Chagas (MHCDCh). OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados, mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados".</p>	<p>Aferir o número de convênios com obras concluídas no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de (MHCDCh).</p>	<p>(Nºde convênios com obras concluídas no ano)/(Nºde convênios em acompanhamento) X 100</p>	00/02X100	Eficácia	Sigob	Relatório de Acompanhamento e consultas do Sigob e Sigesan	Suest-Pa	Alcançar 100% dos convênios em andamento	0%	0%	0%
---	---	---	--	-----------	----------	-------	--	----------	--	----	----	----

Análise Crítica do Indicador 7: Temos apenas 02 convênios com esta ação sendo que apenas 01 teve o projeto aprovado e parcela liberada, e está em execução. O Convênio de Jacareacanga continua com pendência técnica.

Tabela 02 - Apuração de Resultados de Indicadores – Saúde Ambiental

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo 2013	Memória de Cálculo 2013	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Série Histórica		
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado
1	Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{N}^\circ \text{ de municípios programados}} \times 100$	$\frac{08}{08} \times 100$	Eficiência	Sigob e Siconv	Siconv	Coesa/Desam	Alcançar 100% dos municípios apoiados	0%	100%	100%

Análise Crítica do Indicador 1: Realizado somente apoio técnico em 08 (oito) municípios - Terra Santa, Ulianópolis, Jacareacanga, Rondon do Pará, Quatipuru, Óbidos, Irituia e São Geraldo do Araguaia, considerando que a análise e aprovação dos projetos ficaram sob a responsabilidade da Coesa/Desam. O cumprimento da meta ficou comprometido em função da não liberação dos recursos aos municípios o que implicou na não realização do monitoramento.

2	Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{26}{31} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Coesa/Desam	Atender 100% comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.	100%	84,0%	91%
---	---	--	--	----------------------------	------------	--------------------------------	---	-------------	--	------	-------	-----

Análise Crítica do Indicador 2: O não alcance das metas deveu-se a não realização das ações programadas para o município de Óbidos (05 comunidades) em virtude do percentual de execução do objeto do convênio não ter sofrido alteração que justificasse a visita ao município.

3	Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	Nº de municípios com técnicos capacitados / Nº de municípios previstos no período X 100	$\frac{21}{20} \times 100$	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades das URCQA/ SESAM	Cocag/Desam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA	107,6%	105,0%	102%
---	---	--	---	----------------------------	------------	--------------------------------	--	-------------	--	--------	--------	------

Análise Crítica do Indicador 3 : O alcance do indicador deu-se em virtude da disseminação dos cursos para os gestores e técnicos dos municípios.

4.	Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Número de municípios com análises realizadas / Número de municípios previstos X100	$\frac{10}{08} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	100% municípios programados com amostras de água analisadas	122%	125%	124%
----	---	--	--	----------------------------	------------	---------------------------------------	-----------------------------------	-------------	---	------	------	------

Análise Crítica do Indicador 4 : Na ação de análise de amostras de água foi programado o apoio a 08 (oito) municípios com um quantitativo de 160 (cento e sessenta) amostras. Foram atendidos 10 (dez) municípios com um total de 182 amostras analisadas, ultrapassando a meta estabelecida.

5	Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Número de exames realizados / Número de exames programados X 100	$\frac{114}{97} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	136,6%	118,0%	122 %
---	--	---	--	-----------------------------	------------	--------------------------------	-----------------------------------	-------------	---	--------	--------	-------

Análise Crítica do Indicador 5 : Em 2002/2003 as metas estabelecidas foram ultrapassadas em função do maior número de municípios com áreas especiais trabalhados o que elevou o número de exames realizados.

Tabela 03 - Apuração de Resultados de Indicadores - Convênio

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador	Série Histórica		
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado
1	Percentual de conclusão de análise de prestação de contas	Aferir a capacidade de análise de prestação de contas	$\frac{\text{Número de prestação de conta analisadas e concluídas}}{\text{Nº de prestação de contas que deram entrada}} \times 100$	$\frac{33}{47} \times 100$	Eficiência	Siafi	Relatório mensal extraído do Siafi	Cgcon/ Deadm/ Suest-Pa/ Secon	Alcançar 100% de análise de prestação de contas	152%	70%	103%

Análise Crítica do Indicador: O desempenho do Secon em relação a este indicador foi menor em 2013 considerando alguns aspectos como a demora do processo na Diesp, o não atendimento às Notificações expedidas pelo Secon e a não localização de endereço de ex gestores, para atendimento às Notificações. Muito embora, os 70% alcançados em 2013 signifiquem 12% a mais quanto ao volume de recursos, que aqueles 152% alcançados em 2012.

Fonte: Funasa/Cgcon/Suest-Pa/Secov – 03/2014

Tabela 04 - Apuração de Resultados de Indicadores - Gestão de Pessoas - Capacitação

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Respons.	Meta do Indicador	Série Histórica		
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado
1	Percentual de servidores capacitados	Medir o número de servidores capacitados em relação a Força de Trabalho	$\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Força de Trabalho}} \times 100$	$\frac{113}{232} \times 100$	Eficácia	Planilha Coder/Cgerh Siape DW	Consulta planilha Coder/Cgerh Extração Siapenet	Coder/Cgerh/Deadm/Suest-Pa/Sereh	Alcançar 50% da Força de Trabalho	108,5%	97%	103%

Análise Crítica do Indicador: O número de servidores capacitados em relação à Força de Trabalho significa 48,45% que corresponde a 97% da meta estabelecida para 2013. Ressalta-se que as dificuldades encontradas foram de ordem orçamentária para custear todas as demandas, assim como, de ordem burocrática relacionada à disponibilidade de documentações, indispensáveis para a efetivação dos contratos de capacitação e alguns cancelamentos de eventos pelas empresas parceiras. A eficácia fica evidente especialmente quando se verifica que o recurso aplicado nos eventos equivale a 0,79% por trabalhador capacitado. O aspecto a ressaltar diz respeito à qualificação do corpo técnico, seja da área meio, fim ou gerencial, foram desenvolvidos eventos nas três vertentes.

A Suest-Pa programou 30 eventos e conseguiu desenvolver 59, significando um resultado de 196%, muitos destes eventos foram realizados sem custo para a instituição. Do total de servidores que participaram dos eventos 76% não tem qualquer função gratificada, 100% dos servidores com função gratificada e cargo em comissão foram capacitados, o que significa analisar que a instituição está buscando capacitar sua gerência, qualificando-os para apresentar melhores resultados, mas proporcionalmente a relação com o grupo sem função a um grande hiato, provocado pelo recurso financeiro insuficiente. Foram utilizados por servidor 0,88% do recurso total destinado a capacitação, havendo uma melhora em relação a 2012 quando foi aplicado 0,79%. Observa-se que ocorreram ao todo 217 capacitações, fazendo com que cada capacitação signifique 0,46% do valor de capacitação. Comparando este valor em relação ao total de recursos de custeio descentralizados à Suest em 2013, corresponde a 3,46%. Nestes valores não estão incluídos os proventos recebidos pelos servidores capacitados, no período das capacitações.

Fonte: Funasa/Cgerh/Suest-Pa/Sereh – 03/2014

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 10 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Esta avaliação foi realizada pelo Corege – Colegiado Regional de Gestão da Suest-Pa, reunido no dia 05.02.2014, com a finalidade exclusiva de fazer tal avaliação. Alguns quesitos geraram polêmica, sendo que apenas um suscitou votação os demais foram analisados e ponderados sendo valorados por consenso. Utilizou-se o Relatório de Gestão 2012, verificando-se que aqueles itens julgados inadequados estão sendo cuidadosamente tratados pelas áreas que deram causa a ação inadequada. Participaram da reunião 14 gerentes e 08 servidores que desempenham função técnica ou de apoio aos gerentes, representando todas as áreas que compõem a estrutura da Superintendência: Superintendente, Divisão de Administração/Diadm – 12 servidores, Divisão de Engenharia/Diesp – 02 servidores, Serviço de Recursos Humanos/Sereh – 02 servidores, Serviço de Saúde Ambiental/Sesam – 02 servidores, Serviço de Convênio/Secov – 04 servidores e Assessoria Técnica/Astec – 02 servidores. Os Controles Internos da Suest-Pa estão difundidos em todas as áreas, e o colegiado avaliou que alguns precisam ser melhorados, como por exemplo, o sistema de controle de frequência dos servidores, o novo CPR e o Asiweb, que contem as informações patrimoniais.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Corege – 02/2014

3.3 Remuneração Paga aos Administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do Conselho Fiscal.

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

3.4 Sistema de Correição

A UJ possui servidores capacitados e aptos para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial, bem como é garantido o suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa, além de que com a saída da Saúde Indígena da Funasa foram redistribuídos vários servidores à nova Secretaria Especial de Saúde Indígena, que eram utilizados com regularidade nas atividades correcionais. Apesar disso ao longo do 2º semestre de 2013 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correcionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº 229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o

desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos de regulamentação interna da Funasa.

Os principais resultados de 2013 destacam-se: 1º- A descentralização da atividade de registro das atividades correcionais do sistema CGU-PAD da Corregedoria para as Superintendências; 2º- Melhoria no controle da instauração da atividade correcional indicados preliminarmente pela Corregedoria qual o procedimento mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração na Corregedoria de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); 3º- Implementação dos procedimentos correcionais no âmbito da Fundação e em especial a publicação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD pela Funasa através da portaria nº1.005/2013, e 4º- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância e a capacitação de mais dois servidores da Suest sobre a utilização do sistema informativo CGU-PAD;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Público Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 1.005, de 13/08/2013 – Dispõe sobre a Política de Uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correcionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

Com a capacitação dos servidores viabilizada pela Corregedoria da Funasa, os processos disciplinares e investigativos a partir do ano de 2006 foram todos cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, na própria Suest, pelos servidores, inclusive aqueles elaborados até o final de 2013.

Contudo, as atividades correcionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores.

A Suest-Pa designou através da Portaria 1.515 de 18.10.2006 dois servidores capacitados pela Corregedoria, lotados na Divisão de Administração - Diadm para atuarem na coordenação dos trabalhos inerentes aos procedimentos administrativos de Sindicância e Processos Disciplinares no âmbito da Suest. A referida Superintendência encaminha todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas no Estado para análise e manifestação da Corregedoria

quanto à atividade mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual (Parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012).

Durante o exercício de 2013 a Superintendência instaurou oito processos, de acordo com o seu nível de competência delegada. Desta forma, segue abaixo o quadro 11 contendo as informações sobre estes processos e seu desdobramento. Dos processos instaurados 01(um) resultou em PAD, 04 (quatro) estão em apuração e 02 (dois) estão sobrestados (um aguardando documentação e outro por problema de saúde da servidora acusada) e 01 (um) está em análise para posterior julgamento pela autoridade competente do Órgão (FUNASA/PRESI).

Quadro 11 – Processos de Investigação Preliminar, Sindicância e PAD Instaurados em 2013.

REFERÊNCIA PROCESSO Nº	PORTARIA Nº	PAD/ SIND	OBJETO	DATA DE INÍCIO DOS TRABALHOS	DATA DE TÉRMINO DOS TRABALHOS	STATUS/ DECISÃO PROFERIDA
25200.003241/2013-16	28, de 14/02/2013, BS nº 007, de 18/02/2013	PAD	Suposta subtração e distribuição de materiais (medicamentos, seringas, esparadrapo, gaze, sonda uretral, atadura e fio de sutura) da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba.	20/02/2013	-	Suspensão a partir de 07/10/2013 (aguarda documento para instrução processual)
25200.010899/2013-76	130, de 22/04/2013, BS nº 016, de 22/04/2013	SIND	Apurar suposta irregularidade quanto ao cumprimento de horário especial de estudante, sem a devida compensação para o cumprimento da carga horária semanal (Processo nº 25200.010.819/2013-82)	24/04/2013	21/06/2013	Instauração de PAD
25200.010923/2013-77	131, de 22/04/2013, BS nº 016, de 22/04/2013	PAD	Apurar suposta violação dos artigos 116 e 117 da Lei nº 8.112/90, por parte da servidora (Processo nº 25200.010.818/2013-38)	23/04/2013	-	Suspensão em 30/07/2013 (problema de saúde da acusada).
25200.010925/2013-66	132, de 22/04/2013, BS nº 016, de 22/04/2013	PAD	Apurar denúncia de valores pagos a maior em folha de pagamento de estagiários, referente aos meses de setembro a novembro/2012	24/04/2013	03/10/2013	Aguardando Julgamento
25200.010927/2013-55	133, de 22/04/2013, BS nº 016, de 22/04/2013	PAD	Pagamento Indevido de valores referente a pensão (pensionista falecida), apontado nos autos do processo nº 25200.010.817/2013-93	25/04/2013	-	Em apuração
25200.015492/2013-35	548, de 11/10/2013, BS nº 044, de 04/11/2013	PAD	Cumprimento de horário especial de estudante sem autorização e/ou sem a devida compensação para o complemento da carga horária semanal (Processo nº 25200.010.819/2013-82)	15/10/2013	-	Em apuração
25200.015884/2013-02	569, de 29/10/2013, BS nº 044, de 04/11/2013	PAD	Suposto comportamento inadequado (realizar procedimentos alheio a sua área de atuação, causando constrangimento a paciente), praticado pelo servidor.	18/11/2013	-	Em apuração
25200.016150/2013-32	584, de 06/11/2013, BS nº 045, de 11/11/2013	PAD	Denúncia de suposto comportamento inadequado (coação, constrangimento e humilhação) praticado pela servidora para com o servidor CARLOS GILBERTO FIMA SOUZA, em reunião realizada no dia 19/04/2013, na presença de vários servidores.	12/11/2013	-	Em apuração

Fonte: Funasa/Suest-Pa /Diadm – 03/2014

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos disciplinares e investigativos foram cadastrados no sistema informativo CGU-PAD de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa até maio de 2013, localizada na sede da presidência da Fundação Nacional de Saúde em Brasília/DF. Mas atualmente a Superintendência Estadual possui dois servidores capacitados para registro das atividades correcionais instauradas no exercício de 2013.

Ressalta-se que os processos correcionais instaurados em 2006 até 2009 foram registrados pela UJ, após a regulamentação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD e a capacitação dos servidores identificados para acompanhar o registro no âmbito da Superintendência Estadual. Enfatiza-se que a capacitação sobre o sistema informativo CGU-PAD ocorreu em Brasília/DF sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que contou com o apoio técnico da Coordenação Nacional do Sistema CGU-PAD da Controladoria-Geral da União.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma do art. 15 da Política de Uso do Sistema CGU-PAD da Funasa.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 12 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	36211	255014	0927200890181	6.141,29	-	-
			1012221152000	-	-	4.154.254,57
			10122211520Q8	-	-	512.198,19
			1012821154572	-	-	170.360,97
			10305201520T6	-	-	41.166,51
			10512206820AG	-	-	1.260,00
			1054120686908	-	-	36.712,92
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	36211	255014	1012221152000	1.146.778,87	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Siafi/Funasa/Deadm/Cgofi/Suest-Pa – 03.2014

4.1.3 Realização da Despesa

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.1.3.4. Despesas por Grupo e Emento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.1.3.5. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação de Valores em R\$ 1,00

4.1.3.5.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 13 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	3.246.387,95	3.133.506,08	3.219.099,07	3.133.506,08
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	123.159,30	135.475,23	123.159,30	135.475,23
c) Concorrência	-	41.078,97	-	41.078,97
d) Pregão	3.123.228,65	2.956.951,88	3.095.939,77	2.956.951,88
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	463.367,15	432.434,99	461.835,55	432.434,99
g) Dispensa	-	48.231,37	-	48.231,37
h) Inexigibilidade	463.367,15	384.203,62	461.835,35	384.203,62
3. Regime de Execução Especial	9.716,26	12.869,60	9.716,26	12.869,60
i) Suprimento de Fundos	9.716,26	12.869,60	9.717,26	12.869,60
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	555.313,10	722.547,86	555.313,10	722.547,86
j) Pagamento em Folha	6.141,29	127.066,91	6.141,29	127.066,91
k) Diárias	549.171,81	595.480,95	549.171,81	595.480,95
5. Outros	119.223,34	43.586,93	119.223,34	43.586,93
l) Não se Aplica	119.223,34	43.586,93	119.223,34	43.586,93
6. Total (1+2+3+4+5)	4.394.007,80	4.344.945,46	4.365.187,32	4.344.945,46

Fonte: Siafi/Funasa/Deadm/Cegeo/Suest-Pa/02.2014

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação

Quadro 14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	95.806,35	127.066,91	95.806,35	127.066,91	95.806,35	-	95.806,35	127.066,91
1º. 8 - Outros Benefícios Assistenciais	89.665,06	125.367,79	89.665,06	125.367,79	-	-	89.665,06	125.367,79
2º. 91 - Sentenças Judiciais	6.141,29	1.699,12	6.141,29	1.699,12	-	-	6.141,29	1.699,12
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	4.826.288,10	4.404.352,47	4.283.834,95	4.143.171,19	528.086,65	261.181,28	4.269.380,77	4.143.171,19
1º. 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.795.686,06	1.602.889,38	1.513.792,78	1.528.956,52	281.893,28	73.932,86	1.510.921,85	1.528.956,52
2º. 33 – Passagens e Despesas com locomoção	1.023.653,61	510.132,96	961.252,12	483.132,96	62.401,49	27.000,00	961.252,12	483.132,96
3º- 37 - Locação de mão de obra	779.681,03	629.548,56	713.372,75	577.086,18	66.308,28	52.462,38	713.372,75	577.086,18
Demais elementos do grupo	1.227.267,40	1.661.781,57	1.095.417,30	1.553.995,53	117.483,60	107.786,04	1.083.834,05	1.553.995,53
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	1.146.778,87	290.975,06	-	74.707,36	1.146.778,87	216.104,47	-	74.707,36
1º. 52 - Equip. e Material Permanente- OP. Intra - Orc.	1.146.778,87	149.987,53	-	33.628,39	1.146.778,87	116.195,91	-	33.628,39
2º elemento de despesa - 51 - Obras e Instalações - Op. Int-Orc	-	140.987,53	-	41.078,97	-	99.908,56	-	41.078,97
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi/Funasa/Deadm/Cogeo/Suest-Pa – 02.2014

4.1.3.7. Análise Crítica da Realização da Despesa

A Suest-Pa recebeu em sua totalidade R\$ 6.068.873,32, 26% maior que em relação ao exercício anterior ocasionado pela descentralização de recurso no elemento de despesa 52 para aquisição de móveis e equipamentos para a Suest-Pa, (Quadro 14), solicitada há alguns anos considerando de material de consumo. Não se pode esquecer que neste recurso estão incluídos aqueles destinados a Saúde Ocupacional para atender aos tutelados de justiça, significando cerca de 28% a necessidade de melhorar as condições de trabalho de seu corpo funcional. De acordo com o demonstrado no Quadro 13, a modalidade de licitação predominante é o pregão, 71% das aquisições de bens e serviços foram realizadas via esta modalidade. Comparando ao exercício anterior foi 6% superior àquele. Em relação às contratações diretas, a Suest-Pa utilizou 10% de seus recursos na modalidade Inexigibilidade e não utilizou a modalidade Dispensa. Analisando o Quadro 12 verifica-se que 84,5% dos recursos de conta corrente referem-se à Administração da Unidade utilizado para viabilizar viagens, administração da unidade em si, fazendo gestão junto aos contratos e a locação de mão de obra e aquisição deste valor, um aumento de 6% em relação ao exercício anterior.

Foram atendidos 246 servidores tutelados de justiça, tendo sido desenvolvidos 874 atendimentos tanto em relação a consultas médicas quanto a exames especializados, conforme está definido no contrato 04/2012 celebrado com prestadora de serviços de saúde. Este atendimento significou uma despesa correspondente a 9,25% do recurso total utilizado no atendimento aos tutelados distribuídos em contratos referentes a passagens aéreas, hospedagens, locação de veículos, medicamentos, exames e consultas e ressarcimento. O elemento de despesa mais dispendioso deste diz respeito ao 339033, representando 51,1% das despesas, diferentemente do exercício anterior que foi hospedagem (21,2%).

Os recursos de despesas correntes foram solicitados para custear as atividades de manutenção da Unidade tornando possível o desenvolvimento de suas ações finalísticas. Neste aspecto os recursos de custeio recebidos pela Suest-Pa significaram 81% do total de recurso descentralizado e 19% para investimento em móveis e equipamentos. Comparando com o exercício anterior o recurso de custeio recebido em 2013 foi maior em 15%.

Observando o Quadro 14, Despesas por Grupo e Elemento de Despesa verifica-se que a coluna Restos a Pagar não processados demonstra que no exercício 2013, foi maior que em 2012 em decorrência da liberação do recurso para equipamentos ter ocorrido no final do exercício impossibilitando a entrega dos bens adquiridos dentro do mesmo exercício. Ainda assim, foram pagas 72% das despesas. Através deste quadro verifica-se que 31,5% de despesas em restos a pagar são de custeio. Observa-se ainda que o elemento de maior volume de recursos - 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, com um percentual de 37,2%, em quanto que a segunda maior despesa neste elemento foi o 33 - Passagens e Despesas com locomoção, com um percentual de 21,2% das despesas.

Em relação à modalidade Diárias, importante para o desenvolvimento das ações, verificou-se que a área de saneamento utilizou 46,27% do recurso destinado a este fim. A área de Saúde ambiental utilizou 21% ficando o restante 33% sendo utilizado pela área administrativa. A área de Capacitação respondeu por 34% do recurso utilizado pela administração.

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos

Quadro 15. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013

Fonte: Funasa/Deadm//Cgofi/Suest-Pa – 03/2014

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis, conforme abaixo descrito:

- 2.1.2.1.1.04.00 – Obrigações Tributárias Fornecedores Insuficiência
- 2.1.2.1.1.11.00 – Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recurso
- 2.1.2.1.2.11.00 – Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recurso
- 2.1.2.1.3.11.00 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos
- 2.1.2.1.5.22.00 – Obrigações Tributárias por Insuficiência de Crédito/Recursos
- 2.1.2.1.9.08.11 – Benefícios Previdenciários por Insuficiência de Créditos/Recursos
- 2.1.2.1.9.22.00 – Deb. Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos
- 2.2.2.4.3.00.00 – Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 16 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013				
2012	477.285,75	430.980,36	46.305,39	-
2011	1.288.785,21	295.658,87	362.439,42	630.686,92
2010	502.545,27	210.065,09	-	292.480,18
2009				
2008	115.406,13	-	-	115.406,13
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013		-	-	-
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-

Fonte: Funasa/Deadm//Cgofi/Suest-Pa – 03/2014

4.3.1 Análise Crítica

Os Restos a Pagar não Processados, amparados pelo Decreto 9.3872/86, referem-se em sua maioria a obras de saneamento, ainda em área indígena, em fase de conclusão. Em relação a 2008 há o contrato 064/2008 referente a uma obra em finalização, no Município de Capitão Poço, um Posto de Saúde, localizado na aldeia Sítio Novo. A empresa concluiu 70% da obra, foi penalizada. O restante do recurso será cancelado em 2014 e como a Funasa não poderá mais intervir, a própria

Sesai terá que assumir a conclusão da obra. Quanto aos contratos de 2010 observa-se que o 025/2010 refere-se à construção da Casa de Saúde Indígena de Redenção, que está com 90% da obra concluída. A vigência deste contrato expira em 25.03.2014 e não será prorrogado. O 051/2010 diz respeito a 02 sistemas de abastecimento de água, localizados em aldeias em Capitão Poço, sendo que, de acordo com a Diesp, um foi concluído o outro está em fase de conclusão, prevista para março de 2014, 023/2010 – construção da Casa de Saúde Indígena de Altamira, concluiu 94%, mas, a empresa foi notificada e penalizada, uma vez que o contrato expirou. De 2011 constam da coluna saldo a pagar o contrato 020/2011- 01 Posto de Saúde em Jacareacanga, que foi cancelado. Contrato 039/2011 – dos 03 Sistemas de Abastecimento de Água em aldeias localizadas no município de Senador José Porfírio, foram concluídos 02, o saldo será cancelado. Quanto ao Contrato 038/2011, - 100 Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD, em Cumaru do Norte, será concluído em 2014. 100% do saldo de restos a pagar não processados referem-se às obras necessárias à área indígena em fase de conclusão, observando que do exercício de 2012 não consta saldo a liquidar, considerando a mudança de nossa missão institucional.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

4.4.3 Informação sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de cooperação e Contrato de Repasse

Quadro 17 – Resumo da prestação de contas sobre transferências Valores em R\$ concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de 1,00 contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Estadual do Pará					
CNPJ: 26989350/0005-40		UG/GESTÃO: 255014 / 36211			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Termo de Compromisso/PAC
2013	Contas Prestadas	Quantidade	11		36
		Montante Repassado	6.908.252,99		32.593.685,39
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01		02
		Montante Repassado	130.000,00		1.121.954,47
2012	Contas Prestadas	Quantidade	12		19
		Montante Repassado	10.400.207,23		24.927.223,43
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		-
		Montante Repassado	-		-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	10		15
		Montante Repassado	12.097.756,00		10.771.429,48
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado	3.021.900,00		

Fonte: Siafi / Funasa/Suest-Pa/Secon/Sopre – 20/02/2014

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 18 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Estadual do Pará					
CNPJ: 26989350/0005-40			UG/GESTÃO: 255014/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			28	68
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	04	29
			Quantidade Reprovada	01	09
			Quantidade de TCE	00	00
			Montante Repassado (R\$)	5.442.914,50	35.518.105,21
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01	05
			Montante Repassado (R\$)	444.500,00	5.218.826,80
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	09	04
			Quantidade Reprovada	08	01
			Quantidade de TCE	00	00
			Montante Repassado (R\$)	13.429.711,10	1.989.235,58
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	05	20
				Montante Repassado (R\$)	1.560.273,96
	2012	Quantidade de contas prestadas			19
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	09	38	
		Quantidade Reprovada	03	07	
		Quantidade de TCE	01	00	
		Montante repassado	4.525.808,54	46.870.882,49	
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	06	11	
		Montante repassado (R\$)	2.916.030,86	15.678.334,12	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			47	37
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	35	31	
		Quantidade Reprovada	03	01	
		Quantidade de TCE	06	01	
		Montante Repassado	18.512.632,43	17.302.250,23	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	03	04	
		Montante Repassado	7.818.880,00	4.299.050,00	
	Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	09	00
Montante Repassado			1.479.973,00	00	

Fonte: Siafi / Funasa/Suest-Pa/Secon/Sopre – 20/02/2014

4.4.5 Análise Crítica

Durante o ano de 2013 o Serviço de Convênios da Superintendência Estadual do Pará teve um desempenho melhor no desenvolvimento de suas atividades, em função dos seis servidores disponibilizados para atuarem nos Setores de Habilitação e Celebração e de Prestação de Contas, o

que contribuiu no avanço das análises dos convênios trazendo mais tranquilidade para a equipe na realização de suas tarefas.

A análise do Passivo foi um dos pontos que mais teve avanço, com a formalização de todos os processos Administrativos de Cobrança, de acordo com o Inciso I do art. 6º da IN-71/2012-TCU e em conformidade com a Ordem de Serviço/Funasa nº 02/2012, com o setor utilizando-se de força tarefa compostos pelos servidores das duas áreas (Habilitação e Prestação de Contas). Do total de dezessete processos (17), três (03) já foram concluídos, conforme se observa no item 9.5.

Já no que se refere às instruções processuais que antecedem a instauração das Tomadas de Contas Especiais e as análises das Prestações de Contas Parciais e Finais recebidas, ficou prejudicado, frisando novamente, a insuficiência de profissionais lotados na área de engenharia e que exercem a função de acompanhamento à execução das obras.

Com o levantamento realizado com mais detalhe, precisão e entendimento melhor sobre o assunto, os dois quadros, 17 e 18, foram preenchidos com as informações reais no que se referem aos exercícios de 2011 e 2012, observando-se um número elevado de contas apresentadas em 2013 pelas entidades conveniadas.

A área financeira continua não realizando o acompanhamento “in loco” por conta do órgão central (Presidência da Funasa) insistir e entender que a análise é apenas documental.

As contas dos instrumentos apresentadas na tabela abaixo foram analisadas e aprovadas com RESSALVA:

Tabela 05 – Instrumentos cujas Contas foram Aprovadas com Ressalva durante o exercício de 2013

Item	Instrumentos	SIAFI	Entidade
01	TC-2706/05	556190	PM de Rondon do Pará
02	CV-0444/06	571797	PM de Portel
03	CV-2531/06	591066	PM de Portel
04	CV-2802/06	591042	PM de Portel
05	TC-1160/08	649347	PM de Itupiranga
06	TC-0836/09	658112	PM de Itupiranga
07	TC-0004/12	676340	PM de Cumaru do Norte

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Secon - 02/2014

Abaixo se apresenta a tabela 06 demonstrando a evolução das transferências de recursos realizados nos três últimos anos referentes aos instrumentos de repasses celebrados com entidades localizadas no Estado do Pará.

Tabela 06 - Evolução das Transferências de Recursos no Período 2011-2013

Ano	Montante Repassado	Evolução (%)
2011	R\$52.850.584,17	-
2012	R\$70.463.988,56	33,32%
2013	R\$34.513.379,21	-51,02%

Fonte: SIAFI/Funasa/Suest-Pa/Secon – 02.2014

Mesmo com as dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício de 2013, a Superintendência Estadual do Pará foi responsável pela instrução processual para liberação de R\$33.368.431,13 (Trinta e três milhões trezentos e sessenta e oito mil quatrocentos e trinta e um reais e treze centavos) que corresponde a 96,68% do total de recursos liberados para as obras dos instrumentos de repasses, no exercício de 2013.

Com a chegada de mais servidores para o setor, o espaço físico se tornou inadequado, dificultando assim, melhor atendimento ao cliente principalmente o externo e a execução da análise documental, que requer atenção do analista. Com relação à parte material foi suficiente para o Serviço.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Não se Aplica a Esta Unidade Jurisdicionada

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se Aplica a Esta Unidade Jurisdicionada

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 19- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador Valores em R\$ 1,00

Código da UG	255014	Limite de Utilização da UG	573.750,00		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
1. Afonso Costa da Silva	093.337.622-72	1.800,00	400,00	-	400,00
2. Alberto Barreto de Sousa	224.099.982-91	700,00	126,00	149,00	275,00
3. Ardolino Colares de Jesus	086.881.922-00	3.300,00	745,00	2.465,16	3.210,16
4. Daniel Rodrigues do Couto	159.331.722-00	705,00	600,00	105,00	705,00
5. José Afonso Ferreira da Silva	373.299.282-91	400,00	-	126,00	126,00
6. Mario Gama da Silva	109.040.182-53	3.000,00	2.150,00	-	2.150,00
7. Moisés Benigno Queiroz Filgueiras	257.007.292-00	600,00	287,06	-	287,06
8. Paulo Afonso Costa	157.886.602-20	300,00	235,64	-	235,64
9. Raimundo Campos dos Santos	090.002.162-46	500,00	170,00	167,40	337,40
10. Valmir Nazareno Oliveira de Araújo	246.785.892-87	2.000,00	1.990,00	-	1.990,00
Total Utilizado pela UG			6.703,70	3.012,56	9.716,26
Total Utilizado pela UJ			6.703,70	3.012,56	9.716,26

Fonte: Siafi/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Saofi – 01/2014

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 20 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	13	9.716,26	12	12.869,60	18	14.286,01

Fonte: Siafi/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Saofi – 01/2014

4.5.5 Análise Crítica

A Suest-Pa recorreu a esta sistemática, excepcionalmente, considerando que para executar suas ações, em sua maioria referente às áreas finalísticas, precisou enfrentar a diversidade

geográfica do território paraense. Além disso, a falta de infraestrutura em muitos municípios provoca a não aceitação do Cartão Corporativo, fazendo com que os servidores utilizem o mecanismo do “saque” possibilitando o cumprimento das atividades tais como visitas técnicas em obras e ou projetos de saneamento ambiental. 80% dos suprimentos estavam a serviço das atividades da Diesp, que costumeiramente enfrenta problemas. Os suprimentos de fundo em relação à Diesp foram utilizados para aquisição de passagens fluviais, fretamento de lanchas (Arquipélago do Marajó), cobrir despesas com combustível e para reparos ou serviços nos equipamentos de perfuração de poços. Em relação aos demais a situação não foi diferente. Por conta de situações desta natureza a Suest-Pa recorre-se a Portaria Funasa nº 877, de 20 de junho de 2006, orientando o seu controle, evitando sua utilização inadequada.

Observando os quadros 19 e 20 verifica-se que o uso de suprimento de fundo é uma estratégia que vem diminuindo de forma crescente. A Suest-Pa utilizou em 2013 o valor correspondente a 75,5% do valor utilizado em 2012, que por sua vez foi 32% menor que o valor utilizado em 2011. Em relação às Prestações de Contas verifica-se que, durante o exercício em análise, 100% delas foram apresentadas sem ressalvas. Ressalta-se também que esta Unidade Jurisdicionada não utiliza a Conta Tipo B.

4.6 Renúncias sob a Gestão da Unidade Jurisdicionada

Não se Aplica a Esta Unidade Jurisdicionada

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro 21 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	224	06	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		224	06	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		224	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	06	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	01	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	231	06	11

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh / 03/2014

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 22– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	576
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) 8.112 art.93 inciso I,§ 1º.e Lei nº8.270/91	575
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	04
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	03
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	01
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	05
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	02
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	142
4.1. Doença em Pessoa da Família	29
4.2. Capacitação	113
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	00
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	02
5.4. Interesses Particulares	01

5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	727

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh/ 03/2014

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 23 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	07	0	0
1.1 Cargos de Natureza Especial		0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior		06	0	2
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão		06	0	0
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
1.2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4 Sem Vínculo		01	0	0
1.2.5 Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	27	2	1
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		27	0	0
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	34	2	3

Fonte: SIAPE/SIApecad/Funasa/Suest-Pa/Sereh – 03.2014 // 14 FGR + 13 FCT + 07 DAS = 34

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

Quadro 24 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	02	09	175	496	98
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	5	175	494	98
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	4		02	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	08	21	04
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	5	0

2.3. Funções Gratificadas	0	0	7	16	4
3. Totais (1+2)	02	08	183	517	94

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Sereh/03/2014

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 25 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada Em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	02	30	116	409	214	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	02	30	116	409	207	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	7	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	13	20	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS)	0	0	0	0	0	06	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas (FGR)	0	0	0	0	13	14	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	02	30	116	422	234	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Suest-Pa/Sereh/03/2014

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 26 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013	5.769,33	0,00	3.609,60	1.735,81	1.188,00	769,62	0,00	0,00	0,00	13.072,36
	2012	65.803,00	0,00	48.889,64	5.395,45	5.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	125.777,09
	2011	57.220,00	0,00	42.521,43	4.691,70	4.938,69	0,00	0,00	0,00	0,00	109.371,82
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	73.999.967,24	115.043,86	31.162.725,16	11.378.214,97	3.965.738,28	6.145.855,88	451.764,64	0,00	0,00	127.219.340,01
	2012	79.492.146,03	55.675,63	40.387.269,93	13.335.740,13	10.081.494,80	3.292.737,66	26.374,89	0,00	0,00	146.691.43,00
	2011	69.123.605,24	48.413,59	35.119.365,16	11.613.687,07	8.766.517,18	2.863.250,14	22.934,69	0,00	0,00	68.140.23,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	459.750,00	0,00	42.975,85	27.789,30	16.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	547.105,15
	2012	8.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.411,55	0,00	0,00	0,00	11.151,55
	2011	7.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.097,00	0,00	0,00	0,00	9.697,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	99.548,64	0,00	85.095,71	13.787,78	13.863,92	10.380,04	3.061,17	0,00	0,00	225.737,27
	2012	29.898.649,57	1.541.231,15	31.505.452,01	7.301.488,07	7.411.084,53	2.474.003,68	210.052,31	0,00	0,00	80.341.961,32
	2011	25.998.825,71	0,00	129.513,60	45.066,48	54.983,16	0,00	0,00	0,00	0,00	262.283.388,95
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	501.700,59	105.170,91	682.705,08	92.584,57	95.630,66	60.535,34	0,00	0,00	0,00	1.538.327,45
	2012	176.006,90	76.363,85	58.483,42	14.759,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342.979,99
	2011	153.049,48	66.403,35	50.855,15	12.834,43	15.101,07	0,00	0,00	0,00	0,00	298.243,48
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013	342.562,80	4.621,59	379.084,10	68.322,45	67.843,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	321.584,52	91.111,31	144.704,32	52.153,10	68.120,54	0,00	0,00	0,00	0,00	677.673,79
	2011	279.638,71	79.227,23	125.829,84	45.350,52	59.235,25	0,00	0,00	0,00	0,00	537.503,44

Fonte: Funasa/Suest – Pa/Sereh/Socad - 03/2014

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 27 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	797	23
1.1 Voluntária	677	21
1.2 Compulsória	03	00
1.3 Invalidez Permanente	117	02
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	138	00
2.1 Voluntária	92	00
2.2 Compulsória	19	00
2.3 Invalidez Permanente	25	00
2.4 Outras	02	00
3. Totais (1+2)	935	23

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/Suest-Pa/Sereh-03/2014

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 28 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	338	15
1.1. Integral	316	15
1.2. Proporcional	22	00
2. Em Atividade	278	02
3. Total (1+2)	616	17

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh - 03/2014

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 29 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	26	97	26	37
Concessão de pensão civil	21	0	21	33
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	0	00	0
Concessão de reforma	00	0	00	0
Concessão de pensão militar	00	0	00	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	01	37	00	0
Totais	48	134	47	70

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh - 03/2014

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro 30 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2012	2011
Desligamento	0	12	0	12
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	12	0	12

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 03/2014

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Quadro 31 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	38	01	00	00
Concessão de pensão civil	29	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	01	00	00	00
Total	67	01	00	00
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	00	00	00	00
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Total	00	00	00	00

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 03/2014

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro 32 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	00	00	00	00
Outros atos fora do SISAC (especificar)	00	00	00	00
Totais	00	00	00	00

Fonte: SIAPE/SIAPECAD/Funasa/ Suest-Pa/ Sereh – 03/2014

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

- a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;

Em resposta ao item de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Emprego Público, o Serviço de Recursos Humanos emitiu individualmente o controle realizado manualmente, por meio dos Memorando Circular emitidos pela Presidência da Funasa e apontamento de auditorias.

Referente à informação prestada no relatório de 2012, as situações estavam em andamento, foram realizados as comunicações para quem respondeu ao chamado do Memorando Circular nº.27/CGERH/DEADM, e O Ofício Circular nº.01/2013/SEREH/SUEST/PA. No qual solicita o “levantamento em todas as suas unidades jurisdicionais, onde existam servidores do quadro da Fundação Nacional de Saúde (Descentralizado ao Estado, aos Municípios e Cessão a outro órgão),diante do ato administrativo implementado os servidores foram notificados para encaminharem os contracheques extra SIAPE, ao Setor de Cadastro. Após esse procedimento, houve análise de cada situação, sendo identificados os que acumulam cargos, e assim realizarem as opções, ou pelo cargo do órgão originário, ou pelo segundo cargo. Desse modo a situação encontra-se em andamento”; A situação não obteve sucesso em razão do movimento de greve, que perdurou 3 meses, prejudicando todo o andamento cadastral, os procedimentos ficaram para o exercício de 2014, estamos novamente notificando os interessados e após a nova apresentação da documentação será efetiva o que for necessário lança no sistema SIAPECAD.

- b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;

A situação em tela questionada é examinada por meio de supervisão, e acompanhadas manualmente pelo Setor de Cadastro. No exercício de 2014, será efetivado um controle maior nas supervisões, com o objetivo de apresentar melhores resultados.

- c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;

Por se tratar de controle novo, estamos em fase de adaptação dos procedimentos, entretanto, as supervisões apresentam resultado de alcance de 100%. Mantendo o posicionamento as supervisões serão intensificadas.

- d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Esta sendo realizado novo levantamento na situação indicada para o exercício de 2013/2014.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

- a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
No exercício de 2013, não foram expedidas notificação, ficaram prejudicadas em razão do movimento de greve, sendo providenciado para o exercício de 2014.

- b) O resultado das notificações realizadas;

A documentação esta no setor de cadastro, estamos levantando novamente, em razão de vários motivos: Troca de chefia em dois momento e greve, estamos providenciando para o exercício de 2014.

- c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

Por não, ocorrer a continuidade da situação por diversos motivos já explanado, todos os apontamentos foram transferidos para o exercício de 2014.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UG não tem indicadores gerenciais desenvolvidos para a área de gestão de pessoa. Tem-se apenas o de capacitação, considerando o Plano Anual de Capacitação e que nos possibilita fazer o acompanhamento das diversas atividades. O indicador citado encontra-se no subitem 2.

Informações sobre Outros Resultados da Gestão (Tabela 04). Em seguida apresenta-se algumas informações sobre as situações abaixo, que poderão vir a ser indicadores.

Absenteísmo

O controle passou a ser realizado por meio de registro eletrônico a partir de abril de 2013, sendo monitorado pelas chefias imediatas, assim como por cada servidor, pelo sistema SIS-FUNASA, são emitidos relatórios mensais para averiguação pelo Setor de Cadastro no qual confronta com sistema FORPONTO.

Quanto às ausências médicas o lançamento é realizado no Sistema SIASS, registrando todos os CIDs, em que a ausência foi fundamentada, controle esse realizado internamente no Serviço de Atenção Integral ao Servidor (SEAIS). E posterior encaminhamento para arquivamento da homologação na pasta funcional do servidor, conforme quadro 22, deste item.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Em relação a acidente de trabalho no decorrer do exercício de 2013 houve apenas 01 caso devidamente registrado no Sistema SIASS.

Quanto ao atendimento de saúde ocupacional o controle interno ocorre no Sistema SIASS, sendo registrada por código/OU CIDs, informação discriminada no quadro 22 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.

Rotatividade (turnover)

O Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro realiza o controle interno de rotatividade via Sistema SIAPE/SIAPECAD, com lançamento específico conforme cada carteira de trabalho localizado no Setor de Cadastro, existindo uma carteira específica com atualização mensal de movimentação de servidores por alteração de lotação interna e externa e cessão.

Educação Continuada

Quanto ao item supracitado, informa-se que foram realizados os cursos programados no PAC/12/SUEST/PA em consonância com Plano Anual de Capacitação /PAC de 2013 da Presidência Funasa, ocorrem por meio de oficinas e seminários e encontro de gerências.

Disciplina

Em relação ao indicador disciplina implementou-se no âmbito nacional da FUNASA, as avaliações de desempenho distribuídas por ciclos avaliativos de Desempenho Institucional e Individual, conforme Portaria nº.1.743 de 10 de Dezembro de 2010, ocorrendo em 2013 o 4º.Ciclo, apresentando como eixo principal os critérios individuais do art.4º da citada portaria.

Aposentadoria versus reposição do quadro.

Houve aposentadoria no decorrer do exercício de 2013, entretanto, a reposição de recursos humanos, foi por meio de concurso público temporário somente para área finalista do órgão, as recolocações na área de convênio foram feitas por pessoas que retornaram para órgão.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro 33 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual no Pará													
UG/Gestão: 255014/36211							CNPJ: 26989350/0005-40						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	0	53/2009	63.807.812/0001-63	28/12/2009	30/04/2013	13	13	1	1	-	-	E
2011	V	0	31/2011	04.113.174/0001-11	31/10/2011	30/10/2014	10	2	-	8	-	-	P
2013	L	0	03/2013	83.353.912/0001-74	02/05/2013	1º/05/2014	14	8	-	6	-	-	A
Observações:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog – 02.2014

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 34 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Pará													
UG/Gestão: 255014/36211							CNPJ: 26989350/0005-40						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	6	0	01/2011	07.679.989/0001-50	01/02/2011	30/04/2014	2	1	-	1	-	-	P
2011	8/9	0	35/2011	04.883.542/0001-00	10/11/2011	09/11/2013	5	3	-	2	-	-	E
2013	8/9	0	07/2013	01.427.148/0001-70	11/12/2013	10/12/2014	-	-	14	14	1	1	A
2013	4	0	03/2013	83.353.912/0001-74	02/05/2013	1º/05/2014	2	-	-	2	-	-	A
Observações:													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Transportes;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada									
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadista;													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog – 02.2014

5.2.5 Análise Crítica

Em relação aos 07 contratos constantes do quadro 32 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e quadro 33 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra, esclarece-se que durante o exercício 2013, não foram registradas ocorrências de nenhuma natureza na gestão dos Contratos que comprometessem de forma insatisfatória a prestação dos serviços. As prestadoras de serviço tem atuado de acordo com o que estabelecem os contratos, não tendo ocorrido qualquer dificuldade para a Administração da Suest-Pa.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 35 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	08	10	13	15	62.753,59
Área Fim	01	03	03	03	24.613,14
Área Meio	07	07	13	12	38.140,45
Nível Médio	20	20	27	28	90.005,74
Área Fim	05	03	03	03	10.408,93
Área Meio	15	17	24	25	79.596,81
Total (1+2)	28	30	40	43	152.759,33

Fonte: Siape/Funasa/Suest-Pa/ Sereh/Socad/Socap/ 03.2014

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

6.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- A Gestão da frota é realizada pautando-se no Decreto nº 6.403, Art. 10, de 17.03.2008, dispõe sobre utilização da frota de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como na Instrução Normativa nº 03, de 15.05.2008, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e seus anexos.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
- De um modo geral a relevância está no atendimento das demandas dos diversos setores da Suest-Pa, na área meio - administrativa entre outras atividades há a relevância quanto ao atendimento dos servidores tutelados de justiça. Quanto à área finalística a frota dá suporte ao processo de fiscalização de obras do PAC e convênios diversos, bem como dá suporte as atividades referentes à área de Saúde Ambiental.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
- Encontra-se no quadro 37, página seguinte.
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
- Encontra-se no quadro 37, página seguinte
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;
- Encontra-se no quadro 37, página seguinte.

Quadro 36 - Quantidade de Veículos em uso na Suest-Pa, Média Anual de Quilometragem e Idade Média da Frota, por grupo, durante o exercício 2013.

Item	c) Discriminação dos veículos em uso, individual e por grupo					d) Média Anual de Quilometro rodado, por grupo.	e) Idade Média/ Por grupo
	Placa	Marca/Modelo	Ano de Fabricação	Grupo	Total por grupo		
1	JTC- 9273	FORD/14000	1998	Transporte de carga pesada	1	28.561,92	26
2	JTX- 8713	CHEVROLET/CORSA	2002	Transporte de Servidores a Serviço – Região Metropolitana de Belém	5	1293,52	12,2
3	JTZ-0932	CHEVROLET/CORSA	2000				
4	JTX-8693	CHEVROLET/CORSA	1999				
5	LVN-9980	CHEVROLET/CORSA PICK UP	2002				
6	JTZ-7312	CHEVROLET/S10	2001				
7	JWE-8714	FIAT/VAN DUCATO	2008	Laboratório Móvel de Análise de Água	1	6219,96	5
8	JUE-7875	FORD/RANGER	2001	Serviço de Perfuração de Poços	3	16.412,32	6,6
9	JVH-8087	FORD/RANGER	2008				
10	JVH-8147	FORD/RANGER	2008				
11	JVP-5105	MITSUBISHI/L200	2009	Transporte de Servidores a Serviço – visitas técnicas e acompanhamento de obras Convênios e TC no âmbito do Estado do Pará.	8	83.843,84	2,75
12	JVP-5135	MITSUBISHI/L200	2009				
13	JVI-2224	MITSUBISHI/L200	2009				
14	NSZ-4604	MITSUBISHI/L200	2011				
15	NSZ-5244	MITSUBISHI/L200	2011				
16	NSZ-5524	MITSUBISHI/L200	2011				
17	NSZ-5624	MITSUBISHI/L200	2011				
18	NSZ-5374	MITSUBISHI/L200	2011				
Total					18	136.331,56	7,5

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sotra/ Sicotweb/02/2014

Além dos veículos retratados no quadro anterior a Suest-Pa dispõe ainda de três outros equipamentos utilizados nas atividades de perfuração de poços da Diesp e que precisam de manutenção e utilizam combustíveis para seu funcionamento, conforme discriminado no quadro 38

Quadro 37 – Veículos e Equipamento utilizado em atividades de perfuração de poços, durante o exercício 2013

Item	Placa	Veículo/Equipamento	Ano de Fabricação	Atividade Desenvolvida
01	DIW - 5405	PERFURATRIZ	2008	Equipamentos utilizados em serviço de perfuração de poços realizados pela Diesp
02	DIW – 5412	PERFURATRIZ	2008	
03	DIE – 1001	COMPRESSOR	2008	Equipamento utilizado no auxílio às perfuratrizes em serviços de perfuração de poços realizados pela Diesp

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 02/2014

- f) Custos associados à manutenção da frota – Observando este item e comparando ao desenvolvido no exercício 2012 (R\$ 322.828,26), verifica-se um aumento de 6,08% nos custos alcançados durante o exercício 2013. Os subitens que provocaram este aumento foram combustíveis e lavagem de veículos.

Quadro 38 – Situação dos Custos Associados à Manutenção da Frota de Veículos em Uso na Suest-Pa, no exercício 2013

Descrição dos Custos	Prestador do Serviço	Valor em reais
Combustíveis	Ticket Serviços S/A Ltda - Contrato 110/2012	108.707,53
Oficina Mecânica	C.P. Comércio Ltda – Contrato nº 23/2011.	183.370,69
Lavagem de Veículos	Sintonia Comércio e Serviços Automotivos Ltda – Contrato 11/2010	15.118,00
Seguro Obrigatório e Licenciamento	Detran – Pa	7.236,97
Total		314.433,19

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 02/2014

- Plano de substituição da frota;
 - Plano de substituição da frota segue o Anexo IV da Instrução Normativa nº 03, de 15.05.2008 – Plano Anual de Aquisição Veículos - PAAV
- Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
 - Anteriormente a aquisição estava sendo realizada pela Presidência do Órgão. Atualmente a instituição não está realizando aquisições de veículos. A opção é pela locação de frota terceirizada.
- Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
 - A Suest-Pa dispõe de um Sistema de Informações para Controle de Frota – Sicotweb;
 - Monitoramento e controle de abastecimento de combustível são realizados através do Sistema Informatizado da rede Ticket Serviços S/A – Contrato nº 110/2012; e

- O processo de fiscalização é realizado pelos fiscais de contratos, nomeados por portarias, junto às empresas contratadas por prestação de serviço de manutenção da frota da instituição.

6.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.

- Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
 - Os estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte ocorreram devido a grande demanda do atendimento aos serviços administrativos, bem como as ações da área finalística – visitas técnicas e de acompanhamento de obras do PAC demais convênios, realizadas pelos técnicos da Diesp. Há ainda a necessidade de atender as ações desenvolvidas pela perícia médica e principalmente o atendimento aos servidores tutelados de justiça, ambos coordenados pelo Seais.
- Nome e CNPJ das empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte;
 - Ricarte Rebouças Locação de Veículos Ltda - CNPJ – 10.383.428/0001-14.
 - T. G. R. Mourão – Me - CNPJ – 11.336.826/0001-42
- Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Quadro 39 – Discriminação da Situação dos Contratos de Locação de Veículos, quanto à vigência, valor contratado e valor pago até 31.12.13

Tipo de Licitação	Nº contrato	Vigência	Valor Contratado em Reais	Valor Pago até 31.12.2013, em Reais
Pregão 093/2010	59/2010	30.12.2014	324.000,00	972.000,00
Pregão 017/2012	01/2013	05.03.2014	488.256,00	332.091,93

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 02/2014

- Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículo:
 - Trata-se do Decreto nº 2271, de 07.07.1997 e a Instrução Normativa nº 03, do MPOG, de 15.05.2008
- Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
 - Possibilitou o atendimento da demanda dos diversos setores, tanto em relação à área meio, quanto em relação à área fim, possibilitando a melhoria no desempenho das ações estabelecidas no planejamento. Sem a locação de veículos as visitas técnicas de acompanhamento às obras, do PAC e dos demais convênios, assim como as ações definidas pela área de Saúde Ambiental não teriam condições de serem alcançadas. Assim como não se teria condições, também, de atender aos servidores tutelados de justiça.
- Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
 - Informação descrita nos quadros 41 e 42
- Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

- Informação descrita nos quadros 41 e 42

h) Idade média anual, por grupo de veículos

- Informação descrita nos quadros 41 e 42

Quadro 40 – Quantitativo de Veículos, por grupo, idade média e média de quilometro rodado, no exercício 2013, contratada de terceiros pela Suest-Pa - Contrato 59/2010

Nº	Placa	Marca/Modelo	Ano Fabricação	Grupo	Total por Grupo	Idade Média do Grupo	Média Anual quilometro rodado
01	OSQ - 0971	Chevrolet - S10	2013	Transporte de Servidores em Serviço da Diesp, Sesam, Secon e Administração, no Estado.	05	1ano	30.971
02	OIQ – 6119	Chevrolet – S10	2013				
03	OIO – 1059	MMC/L200 Triton	2013				
04	OIO – 1989	MMC/L200 Triton	2013				
05	OIO – 5279	MMC/L200 Triton	2013				

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 02/2014

Em relação ao contrato 01/2013 apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 41 – Quantitativo de Veículos em uso na Suest-Pa, por modelo, ano de fabricação e Quilometragem, contratado de terceiros, durante o exercício 2013 - Contrato 01/2013

Nº	Local	MARCA/MODELO	Quantidade	GRUPO	Idade Média Anual	Média Anual de Km.
01	Belém	Van/Ducato 2.8 - Diesel	01	Transporte de Servidores tutelados de justiça e atividades de perícia médica	Contrato estabelece que os carros devem ter até 50 mil Km rodados	10.016,83
02	Belém	Passeio 1.0 - gasolina	02			
03	Conceição do Araguaia	Van/Ducato 2.8 - Diesel	01			
04	Conceição do Araguaia	Passeio 1.0 - gasolina	01			
05	Marabá	Van/Ducato 2.8 - Diesel	01			
Total			06	-	-	10.016,83

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 02/2014

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado.

- Em relação ao contrato 01/2013 o pagamento da locação se fez unicamente por aferição dos quilômetros rodados, com tarifas diferenciadas entre capital e demais municípios, não cabendo a Suest-Pa custos com combustível, honorário de pessoal, manutenção multa ou qualquer outro custo.
- Quanto ao Contrato 093/2010, a Suest-Pa é responsável pelo abastecimento dos veículos locados, utilizando o sistema informatizado da Rede Ticket Serviços S/A, ver quadro abaixo.

Quadro 42– Situação dos custos associados à manutenção da Frota de veículos, contratada de terceiros em uso na Suest-Pa, no exercício 2013 - Contrato 093/2010

Descrição dos Custos	Nível de Responsabilidade	Valor em reais
Combustíveis	Ticket Serviços S/A Ltda - Contrato 110/2012	47.686,23
Total		47.686,23

Fonte: Sicotweb/Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Sotra/ 02/2014

- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
- Fiscalização e monitoramento realizados pelos fiscais dos Contratos 59/2010 e Contrato 01/2013.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 43 – Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
UF - Pa		97	97
BRASIL	Município de Belém	05	05
	Município de Abaetetuba	04	04
	Município de Abel Figueiredo	01	01
	Município de Alenquer	02	02
	Município de Almeirim	01	01
	Município de Altamira	05	05
	Município de Aveiro	02	02
	Município de Barcarena	01	01
	Município de Bom Jesus do Tocantins	02	02
	Município de Benevides	01	01
	Município de Brasil Novo	03	03
	Município de Brejo Grande	01	01
	Município de Breves	04	04
	Município de Cametá	06	06
	Município de Capanema	03	03
	Município de Castanhal	05	05
	Município de Conceição do Araguaia	01	01
	Município de Curuá	01	01
	Município de Eldorado do Carajás	01	01
	Município de Igarapé - Açu	03	03
	Município de Igarapé - Miri	02	02
	Município de Itaituba	03	03
	Município de Itupiranga	01	01
	Município de Jacundá	01	01
	Município de Jacareacanga	01	01
	Município de Marabá	05	05
	Município de Marapanim	01	01
	Município de Medicilândia	04	04
	Município de Moju	01	01
	Município de Monte Alegre	02	02
	Município de Nova Ipixuna	01	01
	Município de Novo Repartimento	01	01
Município de Óbidos	01	01	

	Município de Oriximiná	04	04
	Município de Palestina	01	01
	Município de Parauapebas	01	01
	Município de Rio Maria	01	01
	Município de Rondon do Pará	01	01
	Município de Rurópolis	01	01
	Município de Santa Izabel do Pará	01	01
	Município de Santarém	02	02
	Município de São Domingos do Capim	01	01
	Município de São Felix do Xingú	01	01
	Município de Soure	02	02
	Município de Xinguara	01	01
	Município de Vitória do Xingú	02	02
	Município de Paragominas	01	01
	Município de Goianésia de Pará	01	01
	Subtotal Brasil	97	97
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	Subtotal Exterior	00	00
	Total (Brasil + Exterior)	97	97

Fonte: Suest-Pa/Diadm/Sopat – 02/2014

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.

Quadro 44 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel - Anexo II - pag. 121

Análise Crítica

Os Bens Imóveis da Fundação Nacional de Saúde – Suest-Pa, em termos numéricos são 97 dos quais 05 estão localizados no município de Belém e 91 são imóveis localizados nos municípios discriminados no quadro 43, que se encontram em situação de Cessão de Uso por conta do Processo de Descentralização das Ações de Saúde. Do universo de 97 imóveis 41 estão registrados no SPU. Observa-se que todos precisam ser regularizados junto a cartórios, Prefeituras e no próprio SPU.

Esclarecemos ainda que cinco imóveis localizam-se na Capital do Estado, como, a Sede da Superintendência Estadual; o prédio que está em fase de Processo de Cessão de uso ao Instituto Evandro Chagas; dois outros estão em Processo de Cessão de uso ao Governo do Estado e um que é utilizado pela 7ª Regional – com Ações de Endemias também pelo Governo do Estado. Além destes há outros 06 sem edificação, localizado em Barcarena.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro 45 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
Ocupado	-	15	-	-	-	-	-
Total							

Fonte: Funasa/Diadm/Sopat – 02/2014

Análise Crítica:

Esta situação se apresenta no Município de Barcarena, onde há um imóvel classificado como residência e está ocupado para atender ações de saúde no município. Existe ainda a situação de um imóvel dividido em 11 lotes, não desmembrados no registro de imóveis e que não tiveram suas edificações averbadas estando ocupadas por servidores da instituição.

6.2.4 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 46 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? • <i>De acordo com o objeto licitado é exigido no edital a documentação que comprove que a empresa atende aos critérios solicitados como ENCE, INMETRO, IBAMA, CONAMA, RAC. A limitação do mercado paraense impede de apurar as exigência. A equipe da CPL considera que as empresas deveriam se comprometer com o recolhimento do Descarte do material licitado, quando necessário.</i>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? • <i>Além, do ISO, ENCE e INMETRO.</i>				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? • <i>Não adquiriu equipamentos, mas instalou aqueles adquiridos em exercícios anteriores.</i>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? o Sim, papel e lápis.					X
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. • A Suest-Pa seguindo o citado Decreto estabeleceu seu subcomitê Agenda Ambiental na				X	

Administração Pública A3P, através da Portaria 78, de 28.03.13 que elaborou não um plano de gestão, mas um plano de trabalho para 2013, ainda embrionário, que se encontra no anexo III, página 123.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p><i>A análise deste subitem foi realizada em conjunto com o subitem 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos. Foi também desenvolvida pelo Corege – Colegiado Regional de Gestão da Suest-Pa, reunido no dia 05.02.2014, com a finalidade exclusiva de fazer avaliação em relação aos dois subitens. A avaliação deste subitem, mas foi realizada de forma comparativa ao elaborado no Relatório de Gestão 2012. Desta forma procurou-se ser o mais fiel possível às informações. A área responsável pelas aquisições de bens e serviços tem se adequadamente as normas vigentes com o objetivo de aplicar a legislação fidedignamente. Participaram da reunião 14 gerentes e 08 servidores que desempenham função técnica ou de apoio aos gerentes, representando todas as áreas que compõem a estrutura da Superintendência: Superintendente, Divisão de Administração/Diadm – 12 servidores, Divisão de Engenharia/Diesp – 02 servidores, Serviço de Recursos Humanos/Sereh – 02 servidores, Serviço de Saúde Ambiental/Sesam – 02 servidores, Serviço de Convênio/Secon – 04 servidores e Assessoria Técnica/Astec – 02 servidores.</i></p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

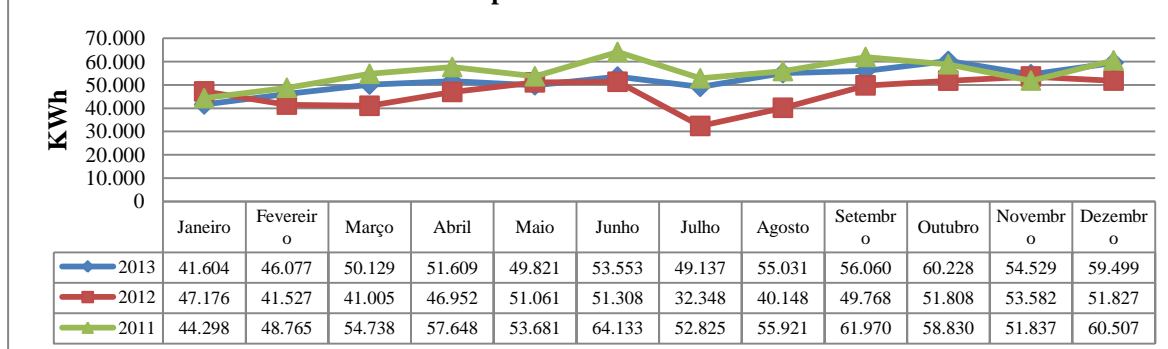
Fonte: Funasa/Suest-Pa/Corege – 02/2014

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.

A Suest-Pa seguindo o Decreto 7.746, de 05.06.2012 estabeleceu o seu subcomitê referente a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, desenvolvendo um plano de trabalho que tratou de duas temáticas: Racionalização dos recursos naturais e bens públicos e Gestão adequada dos Resíduos Sólidos. Das quatro ações definidas para 2013 em relação a primeira temática, foram executadas 75% enquanto que em relação a segunda não foram concluídas as duas programadas.

A Suest-Pa tem monitorado seu consumo com energia elétrica, papel, água mineral e tinta para impressora, através do instrumento de monitoramento de suas ações – MS Project. A Suest também aderiu ao PES – Programa Esplanada Sustentável do Governo Federal, no qual as despesas de vários consumos também são lançados e monitorados. Em relação ao consumo de energia elétrica observa-se que ainda não se conseguiu diminuir em 10% o consumo, como estabelece o PES, houve um aumento de 12,31% em relação a 2012. No entanto, lembra-se que em 2012, houve uma paralisação na maioria das atividades, provocada por greve de servidores durante o período de junho a setembro de 2012, o que faz transparecer que se consumiu mais em 2013, na realidade se consumiu menos em 2012 (Gráfico 01) por inatividade. A comparação com 2011 demonstra que a Suest precisa desenvolver ações que auxiliem no processo de redução deste consumo. A diminuição no custo ocorreu em virtude da medida adotada pelo Governo Federal que diminuiu o valor das tarifas de energia elétrica.

Gráfico 01 - Situação do Consumo de Energia Elétrica da Suest-Pa durante o período 2011-2013



Fonte: Funasa/Suest-Pa/Salog- 02/2014

Em relação aos demais itens ocorreram alguns acréscimos nos valores pagos, em relação ao papel houve um acréscimo de 0,4% em relação a 2012, e continuou abaixo de 2011, sendo que o consumo diminuiu 4,2%. Em relação à água que é fornecida pela Concessionária – Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará), não é controlada por hidrômetro, limitando-se a cobrança mínima através de uma taxa. A Suest-Pa consome água captada de um poço artesiano. Consome ainda água mineral cujo custo este ano foi corrigido em 58,9% (Quadro 47). O custo total de 2013 em relação aos itens solicitados cresceu 6,43% quando comparado a 2012.

Através do sistema que monitora outros custos de consumos, além da energia como os de contratos de: Limpeza e Conservação, Locação de Veículos, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Material de Consumo em geral e Serviços de Telecomunicações e Vigilância. O Programa estabeleceu que se buscasse uma economia de 10%. A Suest-Pa apresentou um desempenho geral do consumo durante o exercício de 2013 de apenas 2,97% a menor que em 2012.

Quadro 47 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valor em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	2013	Criada na Suest-Pa, através da Portaria 78, de 28.03.2013 subcomitê. Estabelecido Plano de Trabalho pelo Subcomitê				
Projeto Esplanada Sustentável - PES	2013	Portaria 722 de 16.05.2013 – Cria Grupo Técnico do Projeto Esplanada Sustentável – PES e define suas atribuições 02 Servidores da Suest –Pa foram nomeados nesta Portaria, como responsáveis pelo monitoramento dos custos realizados.				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (Resma)	1.150	1.200	1.200	10.560,00	11.520,00	10.800,00
Água de provedora local**	-	-	-	18.458,88	18.458,88	18.458,88
Água Mineral para consumo (Garrafão c/ 20L.)	1.800	1.800	1.800	9.498,00	5.976,00	5.400,00
Energia Elétrica (KWH)	627.277	558.510	602.551	270.814,93	249.646,29	226.724,79
			Total	284.343,70	267.142,29	242.924,79

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog/Somat/Almoxarifado/Asiweb/30.01.2014.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 48 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Superintendência Estadual da Funasa no Pará. UG: 255014/CÓDIGO SIORG: 7482								
Período: 02/01/2013 - 31/12/2013								
Item	Acórdão/N.º do TC	Comunicação Recebida		Determinação	Providências Adotadas			Status
		Documento	Data		Documento Expedido	DATA	Informação	
01	Diligência - Saneamento do Processo - TC 028.445/2012-0	Ofício n.º 0730/2013-TCU/SECEX-PA	04/06/2013	<p>Solicita a Funasa, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo relatório de tomador de contas, conclusivo quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>a) Detalhe a origem do débito imputado, informando o número do ajuste em que ocorreu a irregularidade (convênio, termo de parceria, contrato de repasse, contrato administrativo ou outro ajuste).</p> <p>b) Detalhe, de forma individualizada, a conduta culposa de cada agente, informando as normas infringidas.</p> <p>c) Inclua em sua matriz de responsabilização as empresas contratadas.</p> <p>d) Justifique a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, detalhar os motivos que levaram a responsabilização pessoal e solidária dos sócios das empresas em comento, ou retire da sua matriz de responsabilização.</p> <p>e) Inclua no relatório o detalhamento dos débitos imputados aos responsáveis, com referência a data efetiva em que ocorreram as irregularidades.</p> <p>f) Elabore novos demonstrativos de débitos.</p>	Ofício n.º 1.787/Suest-PA	21/10/2013	Elaborado Relatório Complementar demonstrando todas as medidas adotadas para o cumprimento dos itens a a f da diligência. Atendida no prazo de 120 dias.	Atendida

02	Diligência - Saneamento do Processo - TC 028.445/2012-1	Ofício n.º 1115/2013-TCU/SECEX-PA	03/09/2013	Atendendo à solicitação da Suest-Pa, datada de 22/8/2013, consoante delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues (Portaria MIN-WAR n.º 01, de 25/3/2013, máximo 60 dias) e ato de subdelegação de competência do Secretário de Controle Externo no Pará (Portaria Secex-PA n.º 1, de 4/2/2013, publicada no BTCU 4/2013), concedo, excepcionalmente, o prazo de 60 sessenta) dias a partir da ciência para atendimento ao Ofício n.º 0730/2013-TCU/SECEX-PA-DILIGÊNCIA.	Ofício n.º 1.357/Suest-PA	22/08/2013	Comunica concessão de prorrogação do prazo por 60 dias Atendida no prazo estabelecido.	Atendida
03	Acórdão n.º 861/2012/TC 003.621-6/2006-6	Ofício n.º 257/2012-TCU/SECEX-PA	16/03/2012	VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em face de indícios de superfaturamento de preços na aquisição de bens e serviços pela Coordenação Regional da Funasa no Pará, entre 1996 e 1998; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 2101, § 3º, do Regimento Interno em: 9.1. arquivar estas contas especiais, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; 9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como o relatório e voto que o fundamentam, a Fundação Nacional de Saúde e ao responsável.	Despacho TCE n.º 030/2012.	29/03/2012	Encaminhado à comunicação de deliberação recebida por meio do ofício n.º 257/2012-TCU/SECEX-PA que envia cópia do Acórdão TCU - 1ª Câmara, em que determina arquivar contas especiais do processo de TC-003.621/2006-6, em razão de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento, para análise e manifestação. Por oportuno, informo que a cópia do processo n.º 25100.000.314/99-91 de Tomada de Contas Especial (fase interna) se encontra arquivado na caixa n.º 32 nessa Procuradoria.	Atendida

04	Acórdão n.º 3035/2012/TCU 023.196/2009-1	Ofício n.º 711/2012-TCU/SECEX-PA	21/05/2012	Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 43, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 250 do regimento Interno, em considerar em fase de implementação o subitem 1.5.1 do Acórdão n.º 1559/2010-TCU-2ª Câmara e adotar as medidas abaixo transcritas: 1.6.1. à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que informe, nas próximas contas anuais ordinárias, o resultado das providências adotadas para o ressarcimento ao erário dos recursos repassados à conta do Convênio n.º 2802/06 (SIAFI 591042), firmado com a Prefeitura Municipal de Portel/PA, instaurado, caso necessário, a competente tomada de contas especial.	Despacho TCE n.º 051/2012.	31/05/2012	A TCE foi concluída ainda está aguardando a pré-certificação pela Auditoria da Funasa Presi	Atendida
05	Acórdão n.º 587/2013TCU Plenária -TCU 016.319/2011-7	Ofício n.º SEFIP 6325/2013	09/05/13	Mapa de Apuração de Tempo de Serviço	Documentos emitidos pela SUEST (Ofício)	28/05/2013	Informar os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento Conforme solicitação Item 3 do Ofício n.º 6325/2013-Sefip, bem como foi feito correção no sistema	Atendida
06	Of. n.º 97/AUDIR/SE GEP/MP 13022013	Ofício n.º 0673/2013-TCU n.º 7485/2012-1ª Câmara	13/02/2013	Suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando ressarcimento das importâncias recebidas de boa fé.	Documentos emitidos pela SUEST/PA (Notificação)	29/01/2013	Providenciado abertura de processo administrativo para apurar os fatos, notificação aos interessados e após a conclusão do processo foram excluídos os pagamentos dos beneficiários de pensão consideradas ilegais.	Atendida
07	Acórdão n.º 49/2013/TCU 043.203/2012-4	Ofício n.º 1675/2013-TCU/SEFIP, 20/02/2013	29/01/2013	Determinar à secretaria de fiscalização de pessoal que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema SISAC, tendo por base as informações constantes do sistema SIAPE, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º; inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pelo Resolução TCU 237, de 2010.			Emissão de título de Inatividade para fins de anexar ao processo de aposentadoria	Atendida

08	Acórdão TCU 2.09/2006 e 4.960/2012, ambos da 2ª Câmara.	Ofício nº SEFIP-D/4376	02/10/2012	Pensão decorrente da acumulação de proventos de aposentadoria em desacordo com as possibilidades previstas na CF/1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Foi detectada a existência concomitante de uma aposentadoria voluntária com cargo de Microscopista de uma aposentadoria compulsória no cargo de Técnico de Laboratório, ambos na Superintendência Estadual da Funasa no Pará.	Emitido Notificação	18/03/2013	Informar os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento. Notificação para ciência e providências cabíveis	Atendida
09	Acórdão 7592/2012-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 70653/2012-TCU/SEFIP.	27/12/2012	Considera ilegais e recusar o registro aos atos de pensão civil instituídos em favor de Adalberto Correa Ribeiro, Fabiana Ribeiro Moraes, Gabriela Lorrane da Gama Ribeiro e Romulo Rodrigues da Silva Cordeiro, que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15da IN/TCU 55/2007.	Emitido Notificação	15/03/2013	Informa os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento/SOCAD/CONCESSÃO Providenciadas cópias para os assentos funcionais	Atendida
10	Acórdão 870/2013-TCU 1ª Câmara	Ofício 3524/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 026.744/2012-0	19/03/2013	Considerado legal para fins de registro concessão de pensão civil.	Não há		Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
11	Processo nº 006.455/2013-1	Ofício nº SEFIP-2969/2013-Processo nº TC 006.455/2013-1	11/03/13	Em relação a Eduardo Ferreira de Melo encaminhar cópias da sentença judicial e demais documentos que comprovem o reconhecimento da união estável entre o instituidor Eduardo Ferreira de Melo e a ex-companheira Sonia Maria Oliveira de Abreu e não afaste a viúva Andreлина Santos de Melo; em relação a José Antonio Lobo Nunes encaminhar cópia da sentença judicial e demais documentos que comprovem o reconhecimento da união estável entre o instituidor José Antonio Lobo Nunes e a ex-companheira Maria de Lourdes Ferreira Nascimento e não afaste a viúva Maria de Fátima Everton Nunes do benefício da pensão.	Ofício nº 380/SUEST/PA	25/03/2013	Foram encaminhados somente declaração de união estável, e deixamos de anexar cópias da sentença judicial, pois as mesmas não foram apresentadas na formalização dos processos de pensão. Interessados Notificados.	Atendida

12	Acórdão nº 32/2013-TCU 1ª Câmara	Processo TC-042.581/2012-5(APOSENTADORIA)	29/01/2013	Considerada legais: Gilda de Jesus Negrão Costa, Guilherme Alves de Lima, Ilma Figueira Mesquita, Israel Gonçalves Aranha, Joaquina Romana Amaral Gadelha, José Genilson Ferreira Lima, José Roberto da Silva Costa, José Beserra Pedrosa, José Mauri Cunha Xavier, José Miguel de Lacerda Rocha, José Rodrigues de Almeida, Leticia Maria Navarro Seabra de Freitas, Lucia Pires Lopes, Luiz Gonzaga Ferreira Pinto, Maria Freitas de Souza, Maria da Conceição Silva Botelho, Maria das Graças Albuquerque Azevedo, Maria das Graças Mota Gonçalves, Maria das Graças Sousa e Silva e Maria do Amparo Oliveira.	Não há		Título de Inatividade emitido para fins de anexar ao processo de Aposentadoria	Atendida
13	Acórdão nº 31/2013-TCU 1ª Câmara	Processo TC-042.580/2012-9(APOSENTADORIA)	29/01/2013	Consideradas legais: Andre do Espírito Santo Costa, Antonio Rodrigues dos Santos, Antonio Simões de Miranda, Aureolina Alves de Oliveira, Benedito Alfredo Gomes Rodrigues, Carlos Nascimento Monteiro, Claisa Dias Rodrigues, Cleonice de Sousa Farias, Delismar dos Santos Costa, Edilson Batista Lucena, Eloina Maria Gomes dos Santos, Emanuel das Graças Alves da Silva, Enedino Caldas, Euclides Vieira Ferreira, Filomena Costa de Sousa, Francisco Alves de Queiroz Filho, Francisco Ferreira da Silva, Geraldo Correa de Miranda e Gilberto Caetano Araujo da Silva.	Não há		Emissão de título de Título de Inatividade para fins de anexar ao processo de aposentadoria.	Atendida
14	Acórdão nº 49/2013-TCU-1ª Câmara	Processo TC-043.203/2012-4 (APOSENTADORIA)	29/01/2013	Considerada legais: Eliel Vieira de Souza, Nilce da Silva Gomes.	Não há		Emissão de título de Título de Inatividade para fins de anexar ao processo de aposentadoria.	Atendida
15	Acórdão nº 1521/2013-TCU-1ª Câmara	Processo TC-002.669/2013-7 (PENSÃO CIVIL)	26/03/13	Considerada legais: Ana Maria Rocha da Silva, Astrogilda Silva de Oliveira, Dionizia Alberto Casseb, Maria da Conceição Lima Cavalcante.	Não há		Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais	Atendidas

16	Acórdão nº 1342/2013-1ª câmara	Ofício 4486/2013-TCU/SEFIP - Processo TC 016.738/2011-0	09/04/13	Consideradas ilegais: Fabiana Leticia Costa de Sousa e Fabio Leandro Santos de Sousa Junior.	Emitido Notificação	22/04/13	Informar os termos do documento encaminhado ao setor competente para atendimento. Notificação para ciência e suspensão do pagamento.	Atendida
17	Acórdão nº 1905/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício 5092/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 008.312/2013-3	16/04/13	Considerar legal: Ariston Souza Fontes	Emitido Notificação	26/04/13	Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais	Atendida
18	Acórdão nº 2120/2013-TCU-2ª Câmara	Ofício 5991/2013-TCU/SEFIP-Processo TC025.294/2010-5-(Pensão Civil)	03/05/12	Consideradas legais: Fancisca Odelita de Oliveira Barros, Josue dos Santos Cunha, Osvaldina Ferreira de Araujo, Sonia Maria Ferreira de Araujo e Waldemir Pierre de Lemos Cunha	Não há		Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais	Atendida
19	Acórdão 861/2013-TCU 1ª Câmara	Ofício nº 3010/2013-TCU-SEFIP-Processo TC 045.380/2012-0	12/03/13	Consideradas legais: Antonio Augusto França Nunes, Arnaldo Salgado do Amaral, Ivonalda Francisca Loureiro, Ivonilde Nascimento Gomes, José Gomes de Souza, Reinaldo Silva, Sukarno Henrique de Oliveira.	Não há		Providenciadas cópias para os assentamentos funcionais	Atendida
20	Acórdão nº 2614/2013-TCU 1ª Câmara	Ofício 6519/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 005.795/2013-3 (APOSENTADORIA)		Considerada legais: Israel Gonçalves Aranha e Leticia Maria Navarro de Freitas.	Não há		Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendidas

21	-	Ofício nº SEFIP-5987/2013-Processo nº 003.668/2013-4	14/05/13	Cópia do Laudo Médico, emitido por junta médica oficial, atestando a invalidez da pensionista Maria de Nazaré dos Santos Pinheiro, filha maior inválida do instituidor Newton dos Reis Pinheiro.	Não há	11/06/13	Emitido pela junta médica oficial cópia do laudo da Srª Maria de Nazaré dos Santos Pinheiro	Atendida
22	Acórdão nº 3290/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 7689/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 011.524/2013-8	03/06/13	Considerada legal: Darcila Palheta dos Santos	Não há	28/05/13	Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
23	Processo nº 012.325/2011-2	Ofício nº SEFIP-6279/2013	09/05/13	Irregularidade: Falta de comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias, na época própria ou posteriormente de forma indenizada, relativas ao período de 4 anos, 11 meses e 13 dias de tempo de serviços rural averbado.	Ofício nº 855/Suest-Pa, 06.06.2013	03/06/13	Enviado documentação do servidor aposentado José Pereira de Carvalho, bem como informe que a correção foi feita no sistema.	Atendida
24	Acórdão nº 3449/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 8232/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 011.797/2013-4 (APOSENTADORIA)	10/06/13	Considerados prejudicados por perda de objeto: Alcir Pacheco de Araujo e Ariston Souza Fontes.	Não há		Providenciado cópias para os assentos funcionais.	Atendida

25	Acórdão nº 3998/2013-TCU- 1ª Câmara	Ofício 9019/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 008.476/2013-6(PENSÃO CIVIL)	24/06/13	Considerada legais: Ana Leão da Paz, Bendito Evangelista Virgolino, Eduardo Gabriel da Silva Belém, Elizabeth Cristina da Silva Belém, Gabriela Rodrigues da Paz, Geovana da Costa Silva, Geralda Lima Rodrigues, Jéssica Passos Trindade, Maria Alice da Costa Silva, Maria Regina da Silva Belém Martins, Maria Solange Ramos da Silva, Maria do Amparo Aires de Sousa, Risomar Leal Lima Neto, Sammyla de Fatima Silva Leal, Uesley Souza Silva, Ulinaldo Souza Silva, Ulinete Souza Silva e Viviane Maria Bitar Mesquita Lima.	Não há		Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
26	Acórdão nº 4579/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 10215/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 011.383/2013-5 (PENSÃO CIVIL)	12/07/13	Considerada legal: Laura Pena de Souza	Não há	09/06/13	Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
27	Acórdão nº 1658/2013-TCU/Plenária	Ofício nº 9847/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 014.362/2013-9 (APOSENTADORIA)	05/07/13	Considerada legais: Jaci Teodoro das Neves, Maria Augusta Gonçalves Pontes e Osmar José Silva de Souza.	Não há		Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
28	Acórdão nº 5091/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 11699/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 014.630/2013-3 (PENSÃO CIVIL)	07/08/13	Considerada legal: Ruth Fortes de Souza	Não há		Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida

29	Acórdão nº 6244/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 14640/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 012.157/2013-1-2 (APOSENTADORIA)	27/09/13	Consideradas legais: Edson Ferreira Horta, Genebaldo Ribeiro Mendes, José Luiz de Lima Bulcão, João Gomes da Silva e Newton Azevedo da Silva.	Não há		Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
30	Acórdão nº 6922/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 16163/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 026.272/2013-0 (PENSÃO CIVIL)	23/10/13	Considerada legais: Maria Nazaré da Silva Brito, Reginaldo Sergio dos Reis Brito.		09/10/13	Providenciados cópias para os assentos funcionais	Atendida
31	Processo nº 022.095/2013-6	Ofício nº SEFIP-15809/2013-Processo 022.095/2013-6	16/10/13	Encaminhar memória de cálculo do benefício previdenciário, discriminando as parcelas que integram a base de cálculo da médio, nos termos do art. 1ª da Lei 10.887/2014.		31/10/13	Encaminhado os documentos solicitados do servidor Helio Ferreira Paiva	Atendida
32	Acórdão nº 6932/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 16170/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 026.415/2013-5 (PENSÃO CIVIL)	23/10/13	Considerar prejudicado pela perda do objeto: Alba Raissa Pacheco Pereira			Providenciados cópias para os assentos funcionais.	Atendida
33	Acórdão nº 7461/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 16559/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 003.668/2013-4 (PENSÃO CIVIL)	04/11/13	Considerada legal: Maria de Nazare dos Santos Pinheiro			Providenciado cópias para os assentos funcionais.	Atendida

34	Acórdão nº 8184/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 17427/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 030.783/2013-5 (APOSENTADORIA)	04/11/13	Considerada legal: João Gomes da Silva.			Providenciado cópias para os assentos funcionais.	Atendida
35	Acórdão nº 7788/2013-TCU-1ª Câmara	Ofício nº 17623/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 027.680/2013-4 (APOSENTADORIA)	28/11/13	Considerada por perda de objeto: José Gama e Silva Sobrinho.			Providenciado cópias para os assentos funcionais.	Atendida
36	Acórdão nº 5212/2013-TCU-2ª Câmara	Ofício nº 13202/2013-TCU/SEFIP-Processo TC 024.495/2010-7 (NOTIFICAÇÃO)	02/09/13	Considerar ilegal o ato de pensão civil instituído por Raimundo Nonato de Brito, em favor de Ana Leticia Braga de Brito e Maria de Nazare Braga de Brito.	Ofício nº 1778/Suest-Pa, 18/10/2013	27/08/13	Encaminhado os comprovantes de notificação e exclusão de pagamento, providenciamos novo SISAC.	Atendida
37	Acórdão nº 7288/2013 – TCU 1ª Câmara	Of. 5117/2013 – TCU/SEFIP – Processo TC 000.764/2012-4	16/05/13	Pedido de Reexame. Excluir a beneficiária Irene Paraense da Silva do Item 9.3 do Acórdão 1.239/2012 – 1ª Câmara, considerar legal o ato de pensão civil em seu favor e ordenar-lhe o registro			Encaminhados os comprovantes (notificação e retorno de pagamento) conforme item 9.1, 9.2 e 9.3 do referido Acórdão	

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/CTCE /Sereh– 03.2014

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

As pendências registradas no exercício anterior foram sanadas e encontram-se registradas no quadro 49, itens 02 e 03.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 49 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Superintendência Estadual da Funasa no Pará - UG: 255014/CÓDIGO SIORG: 7482								
Período: 02/01/2013 - 31/12/2013								
ITEM	UF	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		ASSUNTO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	INFORMAÇÃO	
01	PA	Solicitação de Auditoria 201306001/01-CGU	11/04/2013	Reportam-se ao item 2 da Solicitação de Auditoria nº 201306001/01 da Controladoria Geral da União -CGU, de 11/04/2013 (em anexo), onde trata do trabalho de auditoria que estará sendo realizada na Funasa a partir de 15.04.2013 e solicitação informações. Para tanto solicitações e envio das seguintes informações abaixo relacionadas: a) Relação de processos de TCE que foram arquivadas no exercício de 2012, constando os dados abaixo: Nº do processo de TCE, Nº do Convênio, Objeto e Localização atual do Processo.	Memorando nº 095/TCE/Diadm/Suest-PA	19/04/2013	Informado que 18 processos de TCE foram arquivados em 2012. Houve atendimento em meio físico e por meio eletrônico.	Atendido
02	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081. Memorando nº 40/Diadm	06/12/2012	Item 8.1.1 - Avaliação da Gestão sobre as Transferências. "A LIBERAR" – Vigência expirada (68 Transferências)	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013	01 – Tomada de Contas Especial concluída (473790). A Tomada de Contas Especial tombada sob o nº 25200.040.626/2009-70 referente ao convênio 505/02 firmado com a Associação dos Povos Indígenas do Tocantins, foi concluída em 18/01/2012 com aprovação das contas, porém, o processo de convênio nº 25200.004.019/2002-70 não foi remetido ao Serviço de Convênios para regularização da	Atendida

							conta a liberar. A área financeira quando da aprovação das contas não regularizou a situação da conta à liberar e também não houve ao final da TCE encaminhamento do processo para regularizar a referida conta . Atendida e estornada posteriormente ao Relatório de Auditoria.	
03	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081 Memorando nº 40 Diadm	06/12/2012	Item 8.1.1 - Avaliação da Gestão sobre as Transferências. "A LIBERAR" – Vigência expirada (68 Transferências)	Memorando nº 018/TCE	16/01/2013.	01 – Processo em Tomada de Contas Especial (478857) A Tomada de Contas Especial tombada sob o nº 25200.014.820/2006-57 referente ao convênio nº 1821/02 firmado com a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, foi concluída em 23/08/2011 com aprovação das contas, porém, o processo não foi remetido ao Serviço de Convênios para regularização da conta a liberar." A área financeira quando da aprovação das contas não regularizou a situação da conta a liberar e também não houve ao final da TCE encaminhamento do processo para regularizar conta referida conta. Atendida e estornada posteriormente ao Relatório de Auditoria	Atendida
04	PA	Ofício nº 27730/12/CGU Regional/PA/CGU/PR	20/10/2012	1.1.3 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203676. Capacitar membros da equipe de licitação da Unidade de forma a permitir a aderência dos editais da licitação à IN SLTI/MPOGNº01/2010 e a Portaria			Os servidores: Cláudio Barbosa dos Santos, Fernando Paulo Pereira Teixeira e Betânia Siqueira Lobato de Souza, que atuam em licitação, foram capacitados no período 1 e 02/8/2013, Contratações Públicas e Sustentáveis e Congresso de Pregoeiro com a participação da servidora Betânia Siqueira Lobato.	Atendido
05	PA	Memorando nº 1991-GAB/AUDIT/PRESI - Relatório de Auditoria Interno nº 2012/081	28/11/2012	4.1.9.- Contrato nº 53/2009 – limpeza e conservação Comprovar a auditoria: - vantajosidade em continuar com os chamados saneantes domissanitários na planilha de custos; e exclusão do item insumo - treinamento capacitação reciclagem desde a	Memo. nº 225/Diadm	17/9/13	Em 2012 foi realizada pesquisa de preços de mercado local e através do of. 2610/SUESTPA, solicitou-se da empresa contratada o valor dos produtos e constatado a vantajosidade da contratação com os produtos inclusos, mas considerando orientação da Auditoria e em atendimento as INs 02/08 e 04/09 e ainda a empresa ter aceitado a prorrogação do contrato até o dia	Atendido

				assinatura do contrato, com posterior ressarcimento ao erário, se for o caso, por meio de compensação nos próximos pagamentos.			31-03-2013, está sendo providenciados novos PBs p/ aquisição dos produtos e contratação de empresa para conservação e limpeza. Feita a cobrança por meio do of. n. 2603/2012 e aguardando o recolhimento do valor. Realizada em 2013 nova licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza e conservação processo nº 25200.001.701/2013-63 e licitação para aquisição - Ata de Registro de Preços nº.08/2013, processo nº25200.000.924/2013-11, para aquisição dos produtos saneantes domissanitários. Recolhimento por meio de GRU, no valor de R\$ 176,75 correspondente ao período de 28/12/2009 a 26/12/2012, referente ao item insumo-treinamento, capacitação e reciclagem.	
06	PA	Memorando nº 1991-GAB/AUDIT/PRESI - Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	22/11/2012	5.1.3. – Análise da gestão dos controles contábeis dos materiais de consumo em estoque no almoxarifado. É necessário que, pelo menos, enquanto permanecer a situação de inoperância do ASIWEB e do SISCOMAT, os saldos informados do RMA reflitam de forma fidedigna a real situação dos registros contábeis existentes na conta contábil 11.318.01.00, no último dia de cada mês	Memo. nº 225/Diadm	17/09/2013	Atualização efetivada e encaminhado o relatório de movimentação do almoxarifado referente ao mês de agosto/2013 por meio do memorando nº58/Somat de 09/9/2013 a CGLOG/COMAP/SEMAT/FUNASA/PRESI	Atendida
07	PA	Relatório de Auditoria Interna nº2012/081	24/11/2012	7.1.2.- Avaliação da Gestão da frota de veículos Assim que resolver o recurso impetrado junto ao Detran, providenciar de imediato o emplacamento do veículo placa JTZ-0932; - Verificar no Detran/Pa, o andamento da documentação do	Memo. nº 225/Diadm	17/09/2013	Os veículos de Placa JTZ 0932 e LNZ 9980 já estão regularizados junto ao DETRAN/PA, conforme certificados de Registros e Licenciamento de Veículo - CRLV	Atendido

				emplacamento do veículo LNV-9980, relativo ao exercício de 2012;				
08	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 399881			Convênio nº 1639/99 - SIAFI nº 399881 - Município de Tome Açu R\$7.000,00 - 25100.011.156/99-12 - A TCE foi concluída em 02/10/2006, encaminhada a Auditoria/Astec em 01/11/2006, certificada pela Auditoria e julgadas irregulares por determinação do Acórdão nº 1459/2011 – TCU 2ª Câmara. Secom instaurando processo administrativo de cobrança, 25100.018.507/2007-05 conforme OS nº 02/2012. Arquivado de acordo com Súmula TCU 132/2007.	Atendido
09	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 473785			Convênio nº 380/02- 473785 - Associação dos Povos Indígenas do Tocantins – APITO R\$258,26 - 25200.008070/02-51 – processo administrativo de cobrança foi concluído, conforme estabelece Súmula TCU 132/07, pelo Secom.	Atendido
10	PA	Relatório de auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	11.1.1. Disparidade na lotação dos servidores nas áreas fins e meio			Dentro das limitação da Suest-Pa este assunto foi tema de reunião no Colegiado Regional de Gestão – Corege – onde se buscou suprir as dificuldades com falta de recursos humanos nas áreas finalística. Buscou-se no quadro existente, servidores dispostos a mudar para as equipes deficitárias, sendo reordenado pelo Sereh. Assim foram absorvidos pelo Secom, 07 servidores, que retornaram a sede e outros 02 que já se encontravam na sede foram lotados no Sesam. A Funasa realizou concurso público, mas temporário, para todo país. O Pará foi contemplado com 13 vagas para engenheiro e 02 vagas para administrador. Foram aprovados 09, mas apenas 08 poderão assumir. As vagas de administração foram preenchidas e se destinam ao Secom.	Atendida

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício

Quadro 50 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final de Exercício

Período: 02/01/2013 - 31/12/2013								
ITEM	UF	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		ASSUNTO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS			STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	INFORMAÇÃO	
01	PA	Memorando nº 1991-GAB/AUDIT/PRESI - Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12	<p>1.1.7. Avaliação dos exames realizados na conformidade contábil da unidade As inconsistências apontadas pelo serviço de contabilidade da Coordenação Feral de Orçamento e Finanças exigem providências urgentes visando a regularização das pendências, a fim de evitar que as contas anuais da SUEST não sofram a imputação de restrições pela CGU inclusive, com a possível aplicação de multa ao gestor da unidade. Com relação à TCE 25200.007.519/2012-54, acompanhar no seu andamento, e que a tramitação no âmbito da FUNASA seja breve.</p>			<p>As pendências detectadas estão sendo regularizadas na medida do possível, pois algumas informações registradas referente à questão patrimonial estão desatualizadas no sistema devido a inoperância do sistema ASIWEB, problema ainda não resolvido pela Presidência, bem como a legalização dos imóveis em cartórios, para posterior atualização dos valores no SPIUNET, o que já está sendo feito, pois é um processo lento, devido envolver várias situações. Realizada a correção/reparo no sistema pela Presidência do Órgão somente em agosto de 2013. Estando em fase de regularização e ajustes. TCE referente ao PAD 25200.066.133/2001-98 foi concluída</p>	Pendente Parcialmente
02	PA	Memorando nº 1991-GAB/AUDIT/PRESI - Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12	<p>6.1.2. Análise da gestão de doação de bens patrimoniais em uso por terceiros Tão logo seja possível a regularização da situação do ASIWeb e do SIPAT, providenciar a baixa dos respectivos valores dos processos de doação, de modo que a situação da subconta contábil seja regularizada, lembrando que ainda existia uma diferença de R\$367.071,50 a ser identificada.</p>			<p>Será providenciada a devida regularização assim que o sistema ASIWEB voltar a funcionar na SUEST-PA e isso só depende da disponibilidade do referido sistema pela Presidência. Realizada a correção/reparo no sistema ASIWEB pela Presidência do Órgão em agosto de 2013. Estando em fase de regularização e baixa</p>	Pendente Parcialmente

03	PA	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12	<p>6.1.3. Ausência dos inventários dos bens móveis e imóveis relativos ao exercício de 2011</p> <p>Em face da aproximação do encerramento de mais um exercício financeiro, a nossa recomendação é no sentido de que a Superintendência Estadual providencie imediatamente a designação da comissão que será responsável pela feitura dos inventários, de modo a se iniciar o levantamento físico dos bens, a fim de permitir que tão logo se realizem os devidos acertos no Sistema Asiweb, os inventários sejam finalmente concluídos e encaminhados para a Presidência da FUNASA.</p>		<p>A Superintendência vem designando Comissão para realizar o Levantamento físico dos bens, a qual já iniciou os trabalhos de levantamento.</p> <p>O sistema de Patrimônio nesta Superintendência passou a funcionar efetivamente em 20/06/2013, e a partir desta data iniciamos as entradas dos bens adquiridos pela instituição nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, sendo que já estão regularizadas todas as entradas e está em fase inicial de baixa dos bens relacionados nos processos de doação na subconta contábil mencionada, conforme orientação do SEPAT/PRESI. Vale ressaltar que não se pode dar baixa nesses processos de doação antes de efetivar as referidas entradas, devido à conciliação financeira.</p>	Pendente Parcialmente
04	PA	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081		<p>6.1.4. Avaliação da gestão de transferência de bens móveis e imóveis para o Ministério da Saúde</p> <p>Ressalvadas as restrições impostas pela limitação de diárias e passagens decorrentes da edição do Decreto supramencionado, bem assim das limitações decorrentes da situação geográfica do Estado do Pará, é razoável que na hipótese de não ser possível se concluirá transferência dos bens imóveis para o Ministério da Saúde também neste exercício de 2012, que a Presidência da FUNASA seja cientificada das verdadeiras razões impeditivas que motivaram a intempestividade da determinação superior.</p>		<p>As Transferências de Bens Móveis e Imóveis para o Ministério da Saúde, esta Superintendência vem cumprindo dentro das condições de restrições do Decreto 7.689 de 12.03.2012, foram realizados trabalhos de levantamentos dos bens a serem repassados a Sesai – MS, nos Distritos; GUATOC, Tapajós – Itaituba e Kayapó – Redenção, porém, para finalizar o Processo dependemos do Sistema ASIWEB para efetivar e confeccionar os Termos de Transferências e Baixas no sistema;</p> <p>Falta realizar levantamento no Distrito de Altamira, programado para acontecer em abril de 2013;</p>	Pendente Parcialmente

							<p>Quanto aos imóveis a ser colocado a disposição da Sesai, está sendo analisada a situação para ser definida a forma do repasse de utilização de uso;</p> <p>Levantamento realizado em fase de assinatura do Termo de Transferência</p> <p>OBS: Ocorre que nos Distritos que foram feitos os levantamentos (Dsei Tapajós e kayapó) devido a mudança de Gestor, houve recusa na assinatura do Termo.</p> <p>A Presidência da Funasa fará intervenção para assinatura e aceitação por parte do gestor local</p> <p>.</p>	
05	PA	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12	<p>6.1.5 – Avaliação e Gestão dos processos de Alienação de Bens Móveis</p> <p>Considerando que os processos ainda se encontravam em fase de conclusão, verificar a possibilidade de incluir outros bens que eventualmente se encontram nas mesmas condições dos veículos, de modo a também serem incluídos nesses mesmos processos de alienação.</p> <p>Dispensar o necessário apoio logístico às Comissões, de modo a possibilitar que a alienação dos bens seja concluída o mais rápido possível, de preferência até o final do exercício de 2012, de modo a se eliminar o registro de bens a alienar no controle patrimonial da Superintendência Estadual.</p>			<p>A SUEST-PA está envidando todo o esforço para que o procedimento seja concretizado o mais rápido possível</p>	Pendente

06	PA	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	24/11/12	<p>6.1.6. Reincidência de inconsistência apontada em relatório de auditoria anterior, relativa a obras em andamento.</p> <p>Mais uma vez, a equipe de auditoria alerta à SUEST sobre a necessidade de se realizar a baixa do respectivo saldo, alertando igualmente, que na hipótese de haver dificuldades operacionais para se regularizar a situação, salientamos que a Administração busque o apoio logístico que for necessário no Setor de Contabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Presidência da FUNASA;</p> <p>- Como orientação alertamos que a subconta tem por finalidade, registrar de forma transitória as obras executadas, cujo saldo permanecerá registrado até a sua conclusão e após a lavratura dos respectivos termos de vistoria, de recebimento definitivo, e de entrega, em se tratando de obra em favor de outra entidade pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública, a quem compete auxiliar aos setores patrimonial e contábil na realização das mencionadas baixas.</p>		<p>Registro Conta Contábil – 14.211.91.00 – Valor de R\$ 1.409.610,11 – Obra em Andamento, informo que o setor de Patrimônio está aguardando o fornecimento pela Divisão de Engenharia dos documentos referentes às edificações: Termos de Vistoria, recebimento definitivo, de entrega das obras, visto se tratar de execução de obra em favor de outra entidade, para que se proceda a devida baixa;</p> <p>Quanto ao valor ter aumentado do informado anteriormente para R\$ 4.079.610,07 trata-se de lançamento de Obras de construção de Casai's, em fase de conclusão, com valores lançados de R\$1.082.229,75 e 1.599.747,66, não sendo possível realizar a baixa no momento, e o valor lançado de R\$399.260,27, correspondente a construção do Laboratório de água-URCQA nesta Superintendência, o qual já será regularizada a baixa.</p> <p>Quanto aos saldos correspondentes as edificações antigas, estamos verificando cada caso, junto a Divisão de Engenharia, para posterior baixa no sistema.</p> <p>Foi solicitado o auxílio do SPU/PRESI, para orientar e solucionar as divergências e baixa dos valores da referida conta contábil.</p>	Pendente
----	----	--	----------	--	--	---	----------

07	PA	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12	<p>6.1.7. Reincidência da inconsistência apontada em Relatório de exercício anterior, relativa à saldo de bens em processo de localização</p> <p>Considerando que esta subconta tem por objetivo registrar de forma transitória e durante o período de tempo razoável, os bens não localizados no processo de inventário. Considerando ainda, que o saldo é remanescente de exercícios anteriores, recomendamos que se adote as medidas cabíveis para a regularização ou se determine a apuração de responsabilidade nos casos de bens extraviados, de modo a evitar que o Gestor não venha no futuro, a responder administrativamente pelas sequências de impropriedades apontadas pelos órgãos de controle</p>		<p>Bens em Processo de Localização – Conta 14.212.90.00 – foi efetuado levantamento a fim de identificar as lotações e ou localização dos bens relacionados na conta supracitadas; se trata de bens lotados nas unidades Mistas e Distritos descentralizados, acervos bibliográficos ou bens que passaram despercebidos no momento em que o grupo da LINKDATA que veio implantar o sistema ASIWeb, mas não tem como precisar o modo como se desenvolveu os trabalhos de substituição dos números de controle nos bens por não fazer parte da equipe de patrimônio nem saber informar quem do setor acompanhou o processo de implantação de substituição da codificação dos bens; Situação agravada pela inoperância do sistema Asiweb, dificultando as conclusões dos levantamentos e ajuste das situações apontadas pelas Auditorias. Tão logo retorne o sistema, a situação de pendência será regularizada.</p> <p>Levantamento efetuado no sistema Asiweb, visto que os processos de doação definitiva, ainda estavam pendentes quanto as assinaturas dos Senhores Prefeitos e Secretários de Saúde, encontrando-se todos assinados, aguardando somente as baixas que irão acontecer após a atualização das entradas dos bens adquiridos pela Instituição no período em que o sistema esteve inoperante</p>	Pendente
----	----	--	----------	--	--	--	----------

08		Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081		<p>6.1.8 Reincidências das inconsistências apontadas em relatório de Auditoria de exercício anterior, relativas aos bens imóveis. No sentido de afirmar que os controles internos de gerenciamentos dos bens imóveis necessitam de maiores cuidados e acompanhamentos sistemáticos pela administração da Suest, de modo que, as inconsistências que são detectadas ano a ano pelas auditorias, sejam solucionadas em definitivo, de modo a evitar que o Gestor não venha no futuro, a responder administrativamente pelas sequências de impropriedades/irregularidades apontadas pelos órgãos de controle; e</p> <p>Verificar a possibilidade de prover O Setor de Patrimônio de recursos humanos que sejam razoavelmente suficientes para executarem a contento a atividades que são afetas ao setor.</p>		<p>As divergências apontadas, de acordo com a Chefe do Setor de Patrimônio, ocorreram devido a equívocos nas informações registradas na base de dados dos Sistemas Siafi e Spiunet, conforme documentos encontrados no setor, informando que foram registradas por um técnico do SPU e a pessoa responsável à época pelo Patrimônio de forma não consistentes em suas totalidades ocasionando tais restrições, desde a unificação dos Órgãos SUCAM e FSESP, por força do Decreto 100 de abril de 1992, e mais o Processo de Descentralização das Ações de Saúde e Endemias para Estado e Municípios, situação levantada que se tenta resolver desde 2007.</p> <p>Devido a limitação orçamentária, do quantitativo de imóveis localizados em 38 municípios, o Setor de Patrimônio, programou para este exercício realizar visita em 11 municípios..</p> <p>A atualização e legalização dos imóveis é um processo lento que requer prazos tanto em relação aos Cartório quanto a liberação de documentações fornecidas pelas Prefeituras, exigindo verificações “in loco” de vistoria e avaliação.</p> <p>Foi iniciado o Processo de Legalização dos imóveis, pelos prédios da Região Metropolitana de Belém, sito Avenida Visconde de Souza Franco, 616 – Reduto e Rua Professor Nelson Ribeiro, 253 – Telegrafo, junto ao Cartório de Registro de Imóvel e Secretaria de</p>	Pendente
----	--	--	--	--	--	--	----------

						<p>Finanças do Município-Sefin, dos quais aguarda-se resposta em conformidade com os prazos estipulados, garantidos pela Lei de Imunidade quanto às solicitações de Legalização junto aos Cartórios.</p> <p>A Diadm através de seu Setor de Patrimônio está desenvolvendo atividades, inclusive de planejamento no sentido de sanar as pendências apontadas, sendo que estas não dependem exclusivamente da ação da Suest -Pa, considerando ainda as limitações orçamentárias. O que é de competência da Suest está sendo desenvolvida, inclusive questões referentes a espaço físico e recursos humanos.</p> <p>Ressalto que em 2013 foi iniciado o processo nos municípios de Santarém, Itaituba e Novo Repartimento, faltando a Diesp executar sua ação quanto ao georeferenciamento das áreas dos terrenos e Memorial descritivo do imóvel para apresentar nos cartórios, para que seja dada continuidade na atualização e legalização dos imóveis dos municípios, a fim de regularizar situação de pendências e inconsistências dos imóveis. Ressalta-se que em reunião realizada em Brasília em Dezembro de 2013 com todos os chefes de Administração de todas as Superintendências, foi informado que a Presidência da Funasa contratou empresa especializada para realizar o levantamento e atualização para posterior regularização pelas Suest junto aos cartórios de todos os imóveis de propriedade da Funasa. Aguarda-se orientações de como se dará a logística</p>
--	--	--	--	--	--	---

							para tal situação. Providenciada sala maior para a equipe do Sopat aguardando móveis para equipá-la para posterior mudança	
09	PA	Relatório de Auditoria Interna nº 2012/081	27/11/12	<p>7.1.2.- Avaliação da Gestão da frota de veículos</p> <p>Providenciar urgentemente a realização de processo de alienação dos veículos que se encontravam relacionados para tal procedimento;</p> <p>Adotar providências pertinentes aos impedimentos administrativos junto ao Detran/Pa, de modo que a documentação dos veículos seja resolvida;</p> <p>Verificar a possibilidade de incluir o veículo JUB-6104 no processo de alienação em tramitação na Suest.</p>			<p>- Aguarda-se a conclusão da contratação do leiloeiro, que está em fase de emissão de contrato, para posterior concretização do Leilão</p> <p>- Verifica-se a situação atual dos veículos com impedimento administrativo para a devida regularização</p> <p>O veículo de placa JUB-6104 será incluído no próximo processo de alienação a ser aberto, pois no processo que está em tramitação não será possível, uma vez que a contratação do leiloeiro foi fechada com o quantitativo exato constante no referido processo.</p> <p>A Diadm através de seu Setor de Transporte está desenvolvendo atividades, no sentido de sanar as pendências apontadas, bem como já está em fase de levantamento e instrução para realização de leilão dos restantes dos veículos que não foram incluídos no processo de leilão nº25200.001.084/2010-53.</p>	Pendente
10	PA	Ofício nº 27730/12/CGU – Regional/PA/CGU/PR	20/10/12	<p>6.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676</p> <p>Atualizar a contabilização das transferências no sistema Siafi</p>			<p>CV 2316/05 – Ananindeua – aguardando as providências que a Cgcon/Presidência precisa adotar para que a Suest possa prosseguir em suas atribuições</p> <p>Situação atual - 2316/05 – Ananindeua – processo encontra-se na Cgcon/Presi para regularização da vigência. Prestação de</p>	Pendente

							Contas final deverá ser apresentada após liberação da última parcela. Por ser localizada na Região metropolitana a última parcela deverá ser repassada quando a conveniente concluir a obra. Situação atual: Vigência expirada em 21.11.2010.. Saldo de empenho anulado no Siafi. Secon notificou Município a apresentar prestação de contas.	
11	PA	Ofício nº 27730/12/ CGU – Regional/ PA/CGU/PR	20/10/12	6.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676 Atualizar a contabilização das transferências no sistema Siafi			EP 0302/07 – Maracanã – Diesp está aguardando apresentação de Relatório de Execução pela conveniente. Será realizada visita técnica a obra em março /2013 Diesp expediu notificação à Prefeitura aguardando apresentação de Relatório de Execução pela conveniente. 2ª parcela não foi paga, considerando análise técnica da Diesp, que não acatou a solicitação de prorrogação de prazo. Secon aguarda Prestação de Contas Final.	Pendente
12	PA	Ofício nº 27730/12/ CGU – Regional/ PA/CGU/PR	20/10/12	6.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676 Fortalecer a estrutura de controles internos existentes, visando integrar as atividades pela Secon e Diesp para minimizar os riscos relativos à comunicação e monitoramento das transferências voluntárias cujo acompanhamento esteja sob responsabilidade da Suest-Pa			TC- 0611/09 – Vigia – Processo em fase de instrução para encaminhamento a instauração de TCE Exercício 2013: Processo encontra-se na Coordenação de TCE para a instauração de TCE.	Pendente
13		Relatório de Auditoria Interna nº 2012/08	24/11/12	8.1.- Análise dos Convênios/ 8.1 Avaliação da gestão sobre as transferências 1. Por intermédio das áreas técnica e financeira deverá priorizar a análise e emissão dos pareceres referentes aos convênios com vigências já expiradas, sob pena de apuração de responsabilidade;			Durante o exercício 2013 o Secon tem desenvolvido suas atribuições e entre esta a de solicitar a atualização da situação dos convênios ao Órgão Central. Atualmente a situação é a seguinte: 05 convênios expirados “a liberar”; 33 estão na situação “não	Pendente

				Solicitar à CGCON/DEADM o registro na conta “Não liberado” as transferências com vigências expiradas com existência de saldos “A liberar”, ressalvadas as que existam recursos a liberar com obras em andamento;			liberado”, além destes outros 06 são de responsabilidade da CGCON; 33 convênios “a aprovar” e mais 12 de responsabilidade da Cgcon e Cenepi e 01 no Densp; e 38 Termos de compromisso expirado “Aprovar”.	
13.1		Relatório de Auditoria Interna nº 2012/08	24/11/12	O setor de Convênios deverá analisar as prestações contas das transferências que se encontram na situação “A Aprovar”, conforme determina o artigo 31 da IN/STN nº 01/1997, e em cumprimento as determinações do Acórdão nº 2128/2004/TCU/2ª. Câmara, enviado por meio do Ofício Circular 26/CGU/PR, de 17.01.2005;			Encontram-se no Secon/Sopre 12 convênios com Saldo no Siafi na conta “A Aprovar”. Outras 07 em igual condição encontram-se na Diesp aguardando análise. Estas situações ocorrem motivadas pelo não atendimento às notificações e falta de recursos humanos.	Pendente
13.2		Relatório de Auditoria Interna nº 2012/08	24/11/12	Providenciar registros de aprovação ou impugnação das prestações de contas parciais que não foram apresentadas ou constatadas irregularidades e demais medidas administrativas de acordo com o Artigo 35, § único da IN/STN/01/97 e suas alterações; e Comprovar instauração das competentes TCEs sobre os convênios registrados na conta de “Inadimplência Efetiva”, conforme preceitua o Art 38 da IN/STN nº 01/1997, atentando para o prazo de 180 dias previsto no § 1º do art. 1º da IN/STN nº 56, de 05/12/1997 (responsabilidade solidária), bem como quanto à conclusão e o encaminhamento dos processos constantes na conta inadimplência Suspensa” à CORCE/AUDIT, setor responsável pelo acompanhamento da instrução processual, análise, emissão do despacho de certificação de auditoria e envio à CGU.				Pendente

14	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	24.11.12	<p>Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE</p> <p>Em consulta realizada no Sistema SIAFI em 17/05/2012 constatou-se a existência de 137 convênios inadimplentes na situação de expirados, desde 1993 a 2012, sem que a equipe de auditoria tivesse a confirmação de que foram providenciadas as instaurações das respectivas TCEs, dos convênios no SIAFI a seguir: 091054, 127565, 351552, 390844, 399880, 399881, 439304, 439615, 445197, 446148, 473785, 477623, 489275, 490245, 490417, 506119, 506219, 518461, 533824, 556181, 556186, 556221, 649348, 651941, 657817, 658146 e 658662.</p> <p>Recomendação: Informar quais as providências adotadas visando à instauração de Tomadas de Contas Especiais referente aos convênios listados acima</p>		<p>O Secon e o Diesp têm realizado análises dos processos, e dependendo da situação, o Secon está instruindo processo de cobrança administrativa ou de TCE ou ainda notificando o Gestor Municipal.</p> <p>Os atrasos em relação aos vários processos referentes aos convênios citados deve-se a falta de recursos humanos para atuar no Secon, especificamente no Sobre- Setor responsável pela análise de Prestação de Contas. Esta situação vem sendo superada pela Suest-PA. Os convênios 399881 e 473785 foram arquivados conforme Súmula TCU. O convênio 490245 teve sua TCE instaurada e concluída. Abaixo são apresentados os convênios cujos processos foram convertidos em processo administrativo de cobrança, que se encontram em andamento e outros que se encontram em análise em vários setores.</p>	Pendente
14.1	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	<p>Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE</p> <p>Convênio nº 091054</p>		<p>Convênio nº 237/93 – SIAFI 091054 – SESMA - Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente R\$3.898,54 – Sem número de processo – por estar abaixo do valor de alçada, não é TCE e sim procedimento administrativo a cargo da Secon.</p> <p>Situação atual – Secon por várias vezes tentou localizar a documentação do convênio, mas o mesmo não foi encontrado.</p>	Pendente
14.2	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	<p>Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE</p> <p>Convênio nº 127565</p>		<p>Por ordem da Assessoria da Asplan/Presi foi solicitado arquivamento em 08.01.1996. A Secon tomará as medidas necessárias para dar baixa no SIAFI.</p> <p>Convênio nº 010/95 - SIAFI nº 127565 – Prefeitura Municipal de Vitoria do Xingu R\$3.300,00 - 25200.002.160/94-</p>	Pendente

							76 - por estar abaixo do valor de alçada, não é TCE e sim procedimento administrativo a cargo da Secon. Está com Registro no Siafi de Inadimplência Suspensa.	
14.3	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 399880			Convênio nº 1780/99 - SIAFI nº 399880 - Município de Tome Açú R\$1.575,00 - 25100.010.715/99-69 - A TCE foi concluída em 19/06/2008, encaminhada a Auditoria/Astec em 06/08/2008, certificada pela Auditoria e julgadas irregulares por determinação do Acórdão nº 2082/2011 – TCU 2ª Câmara. No exercício 2013 o Secon instaurou Processo Administrativo de Cobrança, 25100.0005.648/2011-36, de acordo com a O.S. 002/212, que está em andamento	Pendente
14.4	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 446148			Convênio nº 39/02 - 446148 – Prefeitura Municipal de Jacareacanga R\$469.378,58 - 25100.007.346/02-10 – O processo foi restituído duas vezes a área administrativa por falta de pressupostos válidos e regular do processo, faltou o parecer técnico conclusivo que possibilitasse a notificação do potencial responsável de modo a exercitar o contraditório e a ampla defesa, atualmente se encontra na COPON .	Pendente
14.5	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº490417			Convênio nº EP 626/03 – 490417 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins R\$8.084,46 - 25100.057.521/03-92 . Exercício 2013 - Secon prosseguiu co processo 25100.027.710/2011-41 quanto a cobrança administrativa que está em andamento.	Pendente
14.6	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº506219			Convênio nº 1146/04 - 506219 – Pikatoti Associação Kamoko-Re R\$1.125.008,27 - 25100.020.630/04-35 – O processo encontra-se na COPON.	Pendente

14.7	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº533824		Convênio nº EP 1505/04 – SIAFI nº 533824 - Prefeitura Municipal de São João do Araguaia R\$59.997,87 - 25100.039.136/04-44 – Exercício 2013 - Secon instaurará Processo Administrativo de Cobrança, no próximo exercício.	Pendente
14.8	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº556181		Convênio nº 0656/05 – SIAFI nº 556181 – Prefeitura Municipal de Redenção R\$8.550,00 - 25100.030.525/05-95 Exercício 2013 - Secon prossegue com processo administrativo de cobrança nº 25200.005.625/2011-01.	Pendente
14.9	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº556186		Convênio nº 2077/05 - SIAFI nº 556186 - Prefeitura Municipal de Tucumã R\$320.000,00 - 25100.036.967/05-45. Exercício 2013 - Secon encaminhou processo a Presidência do Órgão para cancelamento de saldo de empenho.	Pendente
14.10	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº556221		Convênio nº EP 2707/05 - SIAFI nº 556221 – Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Para R\$78.274,30 - 25100.042086/05-63. Exercício 2013 - Processo encontra-se no Secon para reanálise de prestação de contas para possível instauração de TCE.	Pendente
14.11	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.1 – Avaliação dos Exames Realizados em TCE Convênio nº 658662		Convênio nº TC/PAC 0211/08 – SIAFI nº 651941 – Prefeitura Municipal de Mãe do Rio R\$2.430,00 - 25100.018.450/08-17. Exercício 2013 - Processo encontra-se no Secon em análise de prestação de contas.	Pendente
15	PA	Relatório de Auditoria nº 2012/081	06/12/2012	Item 9.1.2 TCE Iniciadas e não Finalizadas Verificou-se que as TCEs referentes aos Convênios nºs 2147/1999 e 2273/2001, iniciadas em 2005, 2102/2001, 1640/2002, iniciadas em 2006, 2259/2001, 2271/2001 iniciadas em 2008, 334/2002 e 381/2002, iniciadas em 2009, EP-2260/2001, 2585/2006 iniciadas em 2010, 2802/2006,		Durante o exercício 2013 foram aprovadas as seguintes TCEs dos seguintes convênios: 2147/1999, 2273/2001, 1640/2002, 381/2002, 2260/2001 e 2802/2006, significando 43% do total levantado. A TCE do convênio 334/2002 foi convertida em	Pendente Parcialmente

			<p>2706/2005, 444/2006, 339/1999, iniciadas em 2011, não foram finalizadas, tendo sido instauradas as devidas Tomadas de Contas Especiais TCE's, pela não aprovação e não apresentação da prestação de contas, superando os prazos determinados na Ordem de Serviço/Funasa nº 01/2005, a saber: Recomendação: Adotar as providências junto aos servidores designados para tomadores de contas no sentido de priorizar a finalização de tais procedimentos.</p>			<p>Processo Administrativo de Cobrança, em decorrência do valor, instaurado pelo Seccon estando em andamento.</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Seccon – 03.2014

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 51 - Demonstrativo do cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	02	02	-
	Entregaram a DBR	01	01	-
	Não cumpriram a obrigação	01	01	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	33	33	-
	Entregaram a DBR	19	19	-
	Não cumpriram a obrigação	15	15	-

Fonte:Funasa/Suest-Pa/Sereh//Socad - 03/2014

Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;
 - As notificações estão sendo providenciadas, a fim de sanar a pendência, em relação aos servidores que não apresentaram a DBR.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;
 - Serviço de Recursos Humanos/Setor de Cadastro/Setor de Pagamento.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;
 - Não, o controle ocorre de maneira manual.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;
 - A forma de Recepção das DBR ocorre em formulário específico delineado pela Presidência da FUNASA.
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;

- No âmbito do órgão a nível local não existe análise, em virtude do controle já ocorrer na Receita Federal e pelos órgãos de controle.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.
 - As informações documentais são arquivadas na pasta funcional das autoridades, servidores e empregados, sendo utilizado somente para auditoria quando solicitado.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro 52 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
17	17	0	03	01	03	07	12	03

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Diadm/CTCE/Secon/Sopre – 02/2014

O Serviço de Convênio – Secov – da Suest-Pa é responsável pelos procedimentos a serem adotados em relação aos casos de dano objeto de medidas administrativas internas, durante este exercício foram tratados 17 casos, conforme consta no quadro 52 e seu detalhamento no quadro 53 abaixo. Observa-se que os itens 2 e 14 foram arquivados de acordo com a súmula TCU-132/2007 e o item 5 foi pago e o processo concluído, os demais estão em andamento.

Quadro 53 – Relação dos Convênios, por Conveniente e Processo de Dano ao Erário, com Medidas Administrativas Adotas durante o Exercício de 2013.

Item	Conveniente	Convênio	Processo
01	PM Água Azul do Norte	1502/04	25200.014.584/2013-06
02	Associação dos Povos Indígenas do Tocantins - Apito	0380/02	25200.010.000/2013-15
03	Associação dos Povos Indígenas do Tocantins - Apito	0455/02	25200.014.584/2013-06
04	PM Bom Jesus do Tocantins	0626/03	25100.027.710/2011-41
05	PM Inhangapi	0895/02	25200.010.665/2013-29
06	PM Marapanim	1258/95	25200.011.056/2005-87
07	PM Ourém	2302/01	25200.005.140/2011-18
08	PM Porto de Moz	3541/01	25200.014.328/2013-19
09	Pikatoti Associação Kamoko-rê	0001/03	25200.008.561/2013-54
10	PM Redenção	0656/05	25200.005.625/2011-01
11	PM São Domingos do capim	2273/01	25200.014.327/2013-66
12	PM Santa Isabel do Pará	2082/99	25200.014.329/2013-55
13	PM Tomé-açu	1780/99	25100.005.648/2011-36
14	PM Tomé-açu	1639/99	25100.018.507/2007-05
15	PM Tomé-açu	2222/99	25100.014.330/2013-80
16	Universidade Estadual do Pará/Uepa	0334/02	25200.008.982/2013-85
17	PM Vitória do Xingu	1396/03	25200.013.183/2013-21

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Secon/Sopre-02/2014

Em relação à coluna Outros Casos, de acordo com a Coordenação de TCE, os três processos lá informados, abaixo relacionados, não foram analisados para verificar se continham os pressupostos de constituição e de desenvolvimento e se todas as medidas administrativas foram adotadas, vez que houve

afastamento legal de duas servidoras, redistribuição de um servidor, ficando a equipe com apenas a servidora que Coordena os trabalhos e realiza Tomada de Contas. Outro fato que contribuiu para o não atendimento do prazo estabelecido foi a não liberação do servidor da Saofi para atuar na equipe dentro do exercício, bem como a abertura de PAD em desfavor da Coordenadora de TCE.

PROCESSO	TC/PAC	SIAFI	CONVENENTE
1. 25100.020.523/2008-31	1035/08	649382	PM Rurópolis
2. 25200.032.158/2009-60	0611/09	658147	PM Vigia
3. 25100.018.462/2008-41	0223/08	649042	PM Bujaru

Quanto à coluna - Não enviadas > 180 dias do exercício de instauração os processos de Tomadas de Contas Especial que não foram enviados a mais de 120 dias, apresenta-se o detalhamento no quadro 54, abaixo.

Quadro 54 – Tomadas de Contas Especial não Remetidas ao TCU, durante o exercício 2013

ITEM	CONVENENTE	CONVÊNIO	SIAFI
01	PM Altamira	1548/01	445205
02	PM Eldorado dos Carajás	1841/02	476931
03	PM Porto de Moz	2259/01	439611
04	PM Juruti	1486/02	477635
05	PM Rondon do Pará	2706/05	556190
06	PM Portel	444/06	571797
07	PM Redenção	339/99	375031
08	PM Portel	2531/06	591066
09	PM São João do Araguaia	2271/01	439631
10	Associação Metindejá Kayapó	2585/06	579965
11	Pikatoti Associação Kamoko-rê	1146/04	506219
12	Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará	1850/98	353853

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/CTCE – 02/2014

Justifica-se que a demora na condução dos trabalhos de Tomada de Contas Especial em sua maioria, deve-se a instauração durante a vigência da Ordem de Serviço/Funasa nº 01/2005, em que os processos eram instaurados sem que os pareceres técnicos e financeiros possibilitassem aos tomadores condições plenas para quantificar o valor do dano e apurar as responsabilidades. Outros fatores que contribuíram para atraso dos trabalhos foram as constantes idas e vindas do processo as áreas técnicas, falta de pressupostos válidos e regulares, as várias solicitações de defesa pelos responsáveis, a insuficiência de técnicos aliada à falta de capacitação desses servidores, bem como, a priorização das atividades do PAC ficando os demais processos, como os de TCE, em segundo plano.

O Serviço de Recursos Humanos também desenvolve processo administrativo de devolução ao erário de acordo com a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 05, de 21.02.2013. Durante o exercício de 2013 foram abertos 23 processos administrativos de cobrança, destes 17,4% já foram pagas, 30% estão sendo pagas e 52% estão em andamento, conforme relação abaixo.

Item	Processo	Situação	Item	Processo	Situação
1.	25200.009789/2013-61	Devolvendo	13	25200.014.900/2013-31	Em andamento
2.	25200.009.801/2013-38	Em andamento	14	25200.014.924/2013-91	Devolvendo
3.	25200.010.834/2013-21	Pago	15	25200.015.007/2013-23	Em andamento
4.	25200.010.999/2013-01	Pago	16	25200.015.100/2013-38	Em andamento
5.	25200.011.597/2013-15	Pago	17	25200.015.797/2013-47	Pago
6.	25200.012.743/2013-20	Em andamento	18	25200.016.306/2013-85	Devolvendo
7.	25200.013.123/2013-16	Devolvendo	19	25200.016.832/2013-45	Em andamento
8.	25200.013.143/2013-89	Devolvendo	20	25200.016.966/2013-66	Em andamento
9.	25200.012.417/2013-12	Devolvendo	21	25200.016.967/2013-19	Em andamento
10.	25200.011.285/2013-10	Em andamento	22	25200.016.965/2013-11	Devolvendo
11.	25200.014.452/2013-74	Em andamento	23	25200.017.251/2013-21	Em andamento
12.	25200.014.629/2013-34	Em andamento			

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 55 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG E SICONV



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual do Pará

DECLARAÇÃO

Eu, Florivaldo Vieira Martins, CPF. nº. 108.654.972-49, ocupante do cargo de Superintendente Estadual, exercido na Fundação Nacional de Saúde no Estado do Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém - Pa, 12 de fevereiro de 2014

Florivaldo Vieira Martins
108.654.972-49
Superintendente Estadual do Pará

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - www.funasa.gov.br, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da Funasa 2º andar – Ala Norte, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2013 o SIC-Funasa recebeu 366 (trezentos e sessenta e seis) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Quanto à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes à ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

A Funasa vem envidando esforços em definir mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos / usuários, mas ainda está em fase de elaboração.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

A Funasa vem trabalhando para obter a demonstração de resultados, mas que ainda está em fase de elaboração.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Funasa vem promovendo regularmente a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. As informações prestadas pela UJ devem conter, conforme abaixo:

Depreciação de Bens Imobilizados

- a) Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o disposto na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com a Lei n.º 4.320/64, com a Lei Complementar n.º 101/2000, com a Lei n.º 10.180/2001 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTPS);
- c) A vida útil de cada bem do imobilizado adquirido a partir de janeiro de 2010 é definida conforme tabela disposta no item 27 da Macrofunção 020330;
- d) Metodologia de cálculo: adotou-se o Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da referida Macrofunção;
- e) As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens em função do tempo de vida útil e deduzidos os valores residuais nos percentuais estabelecidos no item n.º 27;
- f) A depreciação se procedeu a partir do custo histórico (Valor em Nota Fiscal) registrado no SIAFI, para os bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Os bens anteriores a este período estão pendentes de avaliação de valor econômico para iniciação do processo de depreciação.
- g) Como impacto tem-se o decréscimo patrimonial decorrente da perda de valor econômico do ativo imobilizado, aproximando-o do valor real, ou seja, o valor justo, considerando o tempo de uso, a ação da natureza e a obsolescência dos bens. Trata-se de uma variação diminutiva que impacta no patrimônio da entidade.

Mensalmente, a Setorial contábil faz a conferência dos saldos apresentados nos Relatórios de Depreciação gerados pelo Sistema de Gestão Patrimonial comparando-os aos valores registrados no SIAFI e procedendo os registros mensais da depreciação.

Reavaliação e Redução a Valor Recuperável de Ativos Imobilizados

Os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável do Ativo Imobilizado desta Fundação serão efetuados pela empresa LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, CNPJ/MF n.º 24.936.973/0001-03, cujo processo de contratação encontra-se em curso, conforme Ata de Registro de Preços n.º 21/2013, Pregão n.º 22/2013.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Não se Aplica a Unidade Jurisdicionada

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro 56 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR															
Denominação completa (UJ)			Código da UG												
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Pará			255014												
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th>RESTRIÇÃO</th> <th>TÍTULO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>632</td> <td>SLD ALONG/ INDEV. CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIR-IMOBIL</td> </tr> <tr> <td>640</td> <td>SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB</td> </tr> <tr> <td>641</td> <td>BENS IMOV. Ñ CLASSIF. COMO. USO ESPECIAL</td> </tr> <tr> <td>645</td> <td>OUTROS – ATIVO PERMANENTE</td> </tr> <tr> <td>653</td> <td>SLD ALONG/INDEV. CONTAS TRANSITORIAS AT. COMP.</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				RESTRIÇÃO	TÍTULO	632	SLD ALONG/ INDEV. CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIR-IMOBIL	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB	641	BENS IMOV. Ñ CLASSIF. COMO. USO ESPECIAL	645	OUTROS – ATIVO PERMANENTE	653	SLD ALONG/INDEV. CONTAS TRANSITORIAS AT. COMP.
RESTRIÇÃO	TÍTULO														
632	SLD ALONG/ INDEV. CONTAS TRANS. AT. Ñ. CIR-IMOBIL														
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB														
641	BENS IMOV. Ñ CLASSIF. COMO. USO ESPECIAL														
645	OUTROS – ATIVO PERMANENTE														
653	SLD ALONG/INDEV. CONTAS TRANSITORIAS AT. COMP.														
Local	Brasília-DF.	Data	27/01/2014												
Contador Responsável	Evanice Camargo Cardoso	CRC-DF nº	4763												
Ordenador de Despesas	<p style="text-align: center;">Florivaldo Vieira Martins Superintendente Estadual do Pará Port. nº 1.305/2010</p>														

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

11.4 Parecer da Auditoria Independente

Não se Aplica a esta Unidade Jurisdicionada

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Este tópico não foi utilizado, pelo fato de não ter havido quaisquer outras informações julgadas relevantes.

Durante o exercício de 2013 a Suest-Pa desenvolveu suas atribuições seguindo as orientações da Presidência da Funasa desenvolvendo o planejamento da instituição através das diversas ações e subações delegadas a Superintendência, monitorando-as através da ferramenta MS Project, buscando alcançar os resultados estabelecidos.

Foram desenvolvidas em 04 projetos 09 ações definidas em sua maioria pela Presidência do Órgão, 25 subações 22 atividades e 119 tarefas desdobradas pela Suest através das áreas de Saneamento Ambiental, Saúde Indígena, Recursos Humanos, Administração e Assessoria Técnica. Por ser uma forma nova de planejar nem todas as ações desenvolvidas pela Suest consta do MS Project.

Em relação ao Project a Suest alcançou um percentual de 77% durante o exercício de 2013, nenhuma das áreas alcançou o índice máximo. Do total de 09 ações 52,17% foram concluídas

É importante garantir recursos para a locomoção das equipes tanto de Saúde Ambiental quanto Saneamento Ambiental e área de Administração. A necessidade de apresentar resultados sobre as atividades desenvolvidas exige a utilização de recursos financeiros. Por exemplo, atividades da área administrativa relacionadas à regularização de bens imóveis da Funasa em vários municípios do estado, ação urgente, mas que requer tempo para ser executado, não dependendo apenas de uma única viagem para resolver. Esta é uma das ações que fazem a Suest ser avaliada pelos órgãos de controle como “regular com ressalva”.

A melhoria nas instalações físicas da Superintendência é importante neste processo, considerando que significa melhorias nas condições de trabalho e que não foi efetivada durante o exercício de 2013, mas que se pretende concretizar em 2014. A aquisição de móveis e equipamentos considerando a indicação ergonômica estabelecida no Laudo Ambiental, somente será finalizada em 2014 e ainda o projeto de combate a incêndio que também só poderá ser efetivado no exercício seguinte. Estas ações em sua maioria foram programadas para 2012, mas somente no final do exercício de 2013 se conseguiu concretizá-las. Há outras ações como a reforma do prédio que inclui a melhoria da rede lógica, da rede elétrica e banheiros para portadores de necessidades especiais, programadas para o exercício de 2013, foram reprogramadas para 2014, considerando a Portaria MPMGO 268/13 e a falta de recursos financeiros.

Garantir o desenvolvimento da missão institucional é fundamental, a Suest-Pa tem sob sua responsabilidade 200 instrumentos de repasse vigentes, e ainda outros tantos em processo de análise final de prestação de contas, em TCE e Procedimento Administrativo de Cobrança. Significando um grande volume de trabalho para todo o seu corpo funcional, mas finalisticamente, são Diesp e Secon os que precisam dar respostas concretas a respeito desta vertente da missão. E o esforço tem sido grande, em 2013 éramos na sede da Suest-Pa 231 servidores e a área finalística é composta por 28% aproximadamente, deste contingente. O Sesam tem um quantitativo satisfatório, mas a área de saneamento se ressentiu de profissionais ligados a área. Em 2013 contou com 10 profissionais da área de engenharia, sendo que 50% são contratados temporariamente, cujos contratos venceram em dezembro de 2013. Nestas condições cada engenheiro tem sob sua responsabilidade em média 20 projetos para supervisionar, analisar, apreciar prestação de conta, visitar obras.

O Secon responsável pela gestão dos instrumentos de repasse tem um número menor de servidores para desempenhar este papel, em relação à prestação de contas, em 2013 desenvolveu suas atribuições com 04 analistas de prestação de contas, cada um fica, em tese, com 48 instrumentos sob sua responsabilidade. Além disso, há os convênios antigos expirados em análise. Observa-se um esforço da instituição em prover estas áreas de pessoal qualificado com o concurso autorizado pelo Ministério de planejamento, mas o concurso é temporário, significando que a instabilidade continua. Os profissionais aprovados podem sair a qualquer momento, uma vez que é comum os candidatos buscarem melhores oportunidades. A instabilidade é lesiva para o profissional aprovado e para a própria instituição que vai investir no profissional tornando mais qualificado e em alguns anos vai perdê-lo para o mercado de trabalho.

ANEXO I.

Macroprocessos Finalístico

Quadro 03 – Diagnóstico do Mapeamento de Processo Desenvolvido na Funasa – exercício 2013

Área	Processo	Mapeamento	Normas
Cgpla/ Direx	Elaboração do Plano Estratégico	Concluído	Não normatizado
	Execução e Acompanhamento de Projetos	Concluído	Não normatizado
Cgcon/ Deadm	Celebração de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Pagamento de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Prestação de Contas de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Prorrogação de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Celebração PAC - Plano de Aceleração do Crescimento	Concluído	Não normatizado
	Pagamento PAC - Plano de Aceleração do Crescimento	Concluído	Não normatizado
	Prorrogação PAC - Plano de Aceleração do Crescimento	Concluído	Não normatizado
	Gestão de Transferência Voluntária (com 12 subprocessos)	Concluído	Não normatizado
	Gestão de Transferência Obrigatória - PAC	Concluído	Não normatizado
Cotec/ Direx	Seleção do Organismo Internacional para Cooperação	Concluído	Não normatizado
	Elaboração do Marco Lógico	Concluído	Não normatizado
	Processo de Contratação do Organismo Internacional	Concluído	Não normatizado
	Controle de Produtos	Concluído	Não normatizado
	Cancelamento de Contrato de Produtos	Concluído	Não normatizado
Cglog/ Deadm	Cadastramento Geral - PRESI/FUNASA	Concluído	Não normatizado
	Concessão de Diárias e Passagens - PRESI/FUNASA	Concluído	Não normatizado
	Prestação de Contas - PRESI/FUNASA	Concluído	Não normatizado
	Cadastramento - SUEST	Concluído	Não normatizado
	Concessão de Diárias e Passagens - SUEST	Concluído	Não normatizado
	Prestação de Contas - SUEST	Concluído	Não normatizado
	Arquivamento de Processos/Documentos	Concluído	Em aprovação
	Classificação de Documentos	Concluído	Em aprovação
	Consulta/empréstimo de Processos/Documentos	Concluído	Em aprovação
	Eliminação de Documentos	Concluído	Em aprovação
	Apropriação de Bens	Concluído	Em aprovação
	Controle Patrimonial de Bens Imóveis	Iniciado	Em mapeamento
	Desfazimento de Bens	Iniciado	Em mapeamento
	Movimentação de Bens Móveis	Iniciado	Em mapeamento
	Adesão a Ata	Concluído	Em aprovação
	Cotação Eletrônica	Concluído	Em aprovação
	Dispensa ou Inexigibilidade	Concluído	Em aprovação
	Fiscalização de Contratos	Concluído	Em aprovação
	Formalização do Contrato	Concluído	Em aprovação
	Formalização do Processo de Aquisição/Contratação	Concluído	Em aprovação
	Gerenciamento de Contratos	Concluído	Em aprovação
	Gerenciar Material de Consumo	Concluído	Em aprovação
	Manutenção Predial	Concluído	Em aprovação
Solicitação de Materiais e Serviços	Concluído	Em aprovação	
Cgmti/ Deadm	Solicitação e Aquisição de Bens e Serviços de Informática	Concluído	Normatizado
	Suporte Técnico ao Usuário	Concluído	Não normatizado
	Rede e Infraestrutura	Concluído	Não normatizado
	Desenvolvimento e Melhoria de Sistemas	Concluído	Não normatizado
	Banco de Dados	Concluído	Não normatizado
	Suporte a Sistemas	Concluído	Normatizado

	Design e Web	Concluído	Não normatizado
	Gerir o tratamento de incidentes em Redes	Concluído	Em aprovação
	Metodologia de Mapeamento e Modelagem de Processos	Concluído	Normatizado
Cgofi/ Deadm	Análise Contábil	Iniciado	Em mapeamento
	Consolidação das Informações de IRRF	Iniciado	Em mapeamento
	Bloqueio e Desbloqueio de Contas Correntes de Convênios	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Convênios	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Fornecedores	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Pessoal (Folha de Pagamento)	Iniciado	Em mapeamento
	Registro de Contrato e Garantia	Iniciado	Em mapeamento
	Acompanhamento e baixa de inadimplência	Iniciado	Em mapeamento
	Atendimento a Diligências	Iniciado	Em mapeamento
	Declarações Obrigatórias	Iniciado	Em mapeamento
	Dotação Orçamentária	Iniciado	Em mapeamento
	Empenho	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Diárias e Passagens	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamentos Diversos	Iniciado	Em mapeamento
	Prestação de Contas	Iniciado	Em mapeamento
	Programação Financeira	Iniciado	Em mapeamento
	Registro Contábil	Iniciado	Em mapeamento
Suprimento de Fundos	Iniciado	Em mapeamento	
Auditoria	Solicitação e instauração de TCE	Concluído	Em aprovação
	Desenv. pré-certificação, certificação e julgamento TCE	Concluído	Em aprovação
	Acompanhamento e Monitoramento	Iniciado	Em mapeamento
	Analisar e Monitorar Denúncias	Iniciado	Em mapeamento
	Monitoramento do PAIN'T	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria de Gestão	Iniciado	Em mapeamento
	Relatório de Gestão e Prestação de Contas	Iniciado	Em mapeamento
	Análise de Processos Administrativos	Iniciado	Em mapeamento
	Folha de Pagamento	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria Especial	Iniciado	Em mapeamento
	Elaboração PAIN'T	Iniciado	Em mapeamento
	Apuração de Denúncia de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria Especial de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Análise de Processo Administrativo de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Análise Inicial	Iniciado	Em mapeamento
	Investigação Preliminar	Iniciado	Em mapeamento
	Sindicância Investigativa	Iniciado	Em mapeamento
	Sindicância Punitiva	Iniciado	Em mapeamento
	PAD - Rito Ordinário	Iniciado	Em mapeamento
	PAD - Rito Sumário	Iniciado	Em mapeamento
	Termo de Ajustamento de Conduta - TAC	Iniciado	Em mapeamento
	Atender demanda do controle externo	Iniciado	Em mapeamento
Acompanhar as auditorias externas	Iniciado	Em mapeamento	
Tramitação e Atendimento de Documentos	Iniciado	Em mapeamento	
Solicitação de Material	Iniciado	Em mapeamento	

Fonte: Funasa/Deadm/Comor – 02.2014

ANEXO II.

Gestão do Patrimônio Imobiliário
Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 44 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.

UG – 25.5014

RIP	Município	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor da Reavaliação	Com Reforma	Com Manutenção
0427.00555.500-8	Belém	21	02	977.735,31	-	-	50.606,00	131.081,71
0427.00531.500-7	Belém	10	05	12.761,64	-	-	-	-
0427.00561.500-0	Belém	21	02	41.453,02	-	-	-	-
-	Belém	10	04	0,01	-	-	-	-
-	Belém	10	02	0,01	-	-	-	-
0401.00007.500.4	Abaetetuba	05	04	90.191,80	-	-	-	-
-	Abaetetuba	05	04	-	-	-	-	-
-	Abaetetuba	05	04	-	-	-	-	-
-	Abaetetuba	05	05	-	-	-	-	-
-	Abel Figueiredo	05	04	-	-	-	-	-
-	Alenquer	05	-	-	-	-	-	-
-	Alenquer	05	-	-	-	-	-	-
-	Almeirim	05	-	-	-	-	-	-
-	Almeirim	05	-	-	-	-	-	-
0411.00294.500-3	Altamira	05	-	834.932,03	-	-	-	-
0411.00301.500-0	Altamira	22	05	92.288,46	-	-	-	-
0411.00275.500-0	Altamira	22	05	8.250,00	-	-	-	-
-	Aveiro	05	-	-	-	-	-	-
-	Aveiro	05	-	-	-	-	-	-
-	Bom Jesus do Tocantins	21	-	-	-	-	-	-
0575.00002.500-7	Bom Jesus do Tocantins	05	-	32.133,39	-	-	-	-
-	Bom Jesus do Tocantins	05	-	-	-	-	-	-
0429.00009.500-5	Benevides	05	-	11.888,60	-	-	-	-
-	Brasil Novo	05	-	-	-	-	-	-
-	Brasil Novo	05	-	-	-	-	-	-
-	Brasil Novo	05	-	-	-	-	-	-
-	Brejo Grande do Araguaia	05	-	-	-	-	-	-
0435.00012.500-6	Breves	10	-	35.314,02	-	-	-	-
0435.5001.500-1	Breves	05	-	138.529,87	-	-	-	-
-	Breves	05	-	-	-	-	-	-
-	Breves	05	-	-	-	-	-	-
0441.00010.500-0	Cametá	05	-	96.738,99	-	-	-	-
-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
0443.00021.500-6	Capanema	05	04	13.312,64	-	-	-	-
0443.00022.500-1	Capanema	05	04	7.200,00	-	-	-	-
0443.00023.500-7	Capanema	05	04	40.214,44	-	-	-	-
0447.00178.500-3	Castanhal	05	04	113.623,29	-	-	-	-
0447.00176.500-2	Castanhal	05	04	216.823,04	-	-	-	-
-	Castanhal	05	04	-	-	-	-	-
-	Castanhal	05	04	-	-	-	-	-

-	Castanhah	05	04	-	-	-	-	-
0453.00142.500-1	Conceição Araguaia	21	-	1.890,00	-	-	-	-
-	Curuá	05	-	-	-	-	-	-
-	Eldorado Carajás	05	-	-	-	-	-	-
0627.00002.500-3	Goianésia do Pará	10	-	1.200,00	-	-	-	-
-	Igarapé Açú	05	-	-	-	-	-	-
-	Igarapé Açú	05	-	-	-	-	-	-
-	Igarapé Açú	05	-	-	-	-	-	-
-	Igarapé Miri	05	-	-	-	-	-	-
0465.00014.500-9	Igarapé Miri	21	-	3.290,00	-	-	-	-
0471.00235.500-5	Itaituba	22	04	201.992,31	-	-	-	-
0471.00291.500-0	Itaituba	05	04	191.430,04	-	-	-	-
-	Jacareacanga	05	-	-	-	-	-	-
0475.00004.500-1	Jacundá	10	-	11.021,93	-	-	-	-
0475.00005.500-7	Jacundá	10	-	10.940,93	-	-	-	-
-	Itupiranga	05	-	-	-	-	-	-
0483.00172.500-7	Marabá	05	-	254.729,48	-	-	-	-
0483.00175.500-3	Marabá	05	-	16.547,06	-	-	-	-
-	Marabá	05	-	-	-	-	-	-
-	Marabá	05	-	-	-	-	-	-
-	Marabá	05	-	-	-	-	-	-
-	Marapanim	05	-	-	-	-	-	-
-	Medicilândia	22	-	-	-	-	-	-
-	Medicilândia	05	-	-	-	-	-	-
-	Medicilândia	05	-	-	-	-	-	-
-	Medicilândia	05	-	-	-	-	-	-
-	Nova Ipixuna	05	-	-	-	-	-	-
0493.00005.500-5	Moju	12	-	11.305,71	-	-	-	-
0495.00140.500-6	Monte Alegre	05	-	317.967,00	-	-	-	-
-	Novo Repartimento	-	04	-	-	-	-	-
-	Parauapebas	05	-	-	-	-	-	-
-	Parauapebas	05	-	-	-	-	-	-
0501.00019.500-6	Óbidos	05	-	33.974,98	-	-	-	-
0505.00021.500-0	Oriximiná	05	-	506.381,93	-	-	-	-
0505.00022.500-5	Oriximiná	05	-	60.266,70	-	-	-	-
0505.00023.500-0	Oriximiná	22	-	21.592,53	-	-	-	-
-	Oriximiná	05	-	-	-	-	-	-
-	Oriximiná	05	-	-	-	-	-	-
-	Oriximiná	05	-	-	-	-	-	-
0573.00009.500-9	Rondon do Pará	05	-	7.163,75	-	-	-	-
056.9.00002.500-2	Rio Maria	10	-	2.131,50	-	-	-	-
-	Palestina do Pará	05	-	-	-	-	-	-
-	Rurópolis	05	-	-	-	-	-	-
0535.00100.500-0	Santarém	05	03	1.541.113,08	-	-	-	-
0543.00006.500-0	São Domingos do Capim	14	-	1.980,00	-	-	-	-
0545.00013.500-5	São Felix Xingu	10	-	46.856,60	-	-	-	-
0557.00010.500-2	Soare	05	-	4.613,73	-	-	-	-
-	Soare	05	-	-	-	-	-	-
0561.00017.500-9	Tucuruí	05	-	5.940,00	-	-	-	-
0571.00015.500-5	Xinguara	10	-	2.047,65	-	-	-	-
-	Vitória do Xingu	05	-	-	-	-	-	-
TOTAL						50.606,00	131.081,71	

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sopat – 02/2014

ANEXO III.

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 46 - Plano de trabalho 2013 - Subcomitê Estadual da Agenda Ambiental na Administração Pública A3P

Área Temática	Ação	Objetivo	Metodologia	Público Alvo	Período	Recursos	Responsável	Executado
Racionalização dos recursos naturais e bens públicos;	Apresentação da Agenda Ambiental na Administração Pública A3P	Levar ao conhecimento dos servidores a implantação da A3P e a necessidade da Participação de todos	Reunião Geral dialógica	Servidores. Estagiários e terceirizados.	25\06\2013 15:00h	Deusdedit	Subcomitê	25%
	Realizar parceria com Grupo de teatro amador, Servo do Senhor – Igreja N.S. da Natividade.	Peça teatral encenando o dia a dia em uma repartição Pública, como conviver em harmonia e uso sustentável de materiais.	Peça teatral	Servidores. Estagiários e terceirizados.	Marcar período	Israel	Subcomitê	Em andamento
	Distribuir canecas de PORCELANA	Substituir os copos descartáveis, por canecas de alumínio aos trabalhadores internos	Distribuição aos servidores, estagiários e terceirizados.	Servidores, estagiários e terceirizados.	25\06\2013 15:00h	Subcomitê	Subcomitê	100%
	Retomar treinamento de Servidores e Estagiários para imprimir documentos Frente e Verso e utilizar formato Ecofont Vera Sans	Reduzir o consumo de papel e o consumo de Tonner	In loco	Servidores e estagiários	1 agosto	Equipe do Semin	MAX PEDRO	100%
Gestão adequada dos resíduos;	Confecção de Caixa de material reciclado para depósito de papel Tamanho officio,	Picotar o papel em máquina existente no Andar superior para disponibilizar às associações de catadores - reciclar	Distribuição nas salas	Servidores e estagiários	Agosto a dezembro	Salog/Carpintaria – Empresa Terceirizada	Salog	Em andamento
	Aquisição de copos térmico com tampa	Formalizar pedido para aquisição através de licitação	Distribuição nas salas	Servidores e estagiários	Agosto a dezembro	Salog/DIADM		Suspensão temporariamente

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Salog – Comitê E3P/ 03/2014